

Alex Martoni
Marcos A. Arraes
Vitor A. de Oliveira
Organizadores

Dilemas contemporâneos:
**Tecnologias,
Negacionismos,
Memória**

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Alex Martoni
Marcos A. Arraes
Vitor A. de Oliveira
Organizadores

Dilemas contemporâneos:
**Tecnologias,
Negacionismos,
Memória**

 **Atena**
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Prof^ª Dr^ª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dilemas contemporâneos: tecnologias, negacionismos, memória

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Soellen de Britto
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Alex Martoni
Organizadores: Alex Martoni
 Marcos A. Arraes
 Vitor A. de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
M387	<p>Martoni, Alex Dilemas contemporâneos: tecnologias, negacionismos, memória / Organizadores Alex Martoni, Marcos A. Arraes, Vitor A. de Oliveira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1760-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.606232108</p> <p>1. Tecnologia. 2. Memória. 3. Negacionismo. I. Martoni, Alex (Organizador). II. Arraes Marcos A. (Organziador). III. Oliveira, Vitor A. de (Organizador). IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 601</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este livro é uma coletânea cuidadosamente preparada a partir de uma seleção de textos apresentados no I Seminário Internacional de Crise da História, Assombros da Memória, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins e ocorrido de forma virtual em setembro de 2021. Tal como o evento que incitou a escrita desses textos, a coletânea que agora apresentamos é resultado de uma reflexão a respeito de temas inquietantes e que suscitam, na contemporaneidade da escrita desses textos, a curiosidade investigativa de diferentes ciências humanas e sociais.

Ao abordar, a partir de uma perspectiva multidisciplinar e dialógica, temas como o lugar da narrativa historiográfica na contemporaneidade, a memória, os negacionismos e os impactos das tecnologias bem como seus reflexos no estudo e no lugar social destes temas, esse livro chega em um momento importante e de maior esperança para a academia em geral e os pesquisadores em ciências humanas em particular. É um momento de retomada do diálogo entre a política pública, as universidades e instituições de pesquisa e a sociedade como um todo no que diz respeito a revalorização da racionalidade científica e socialmente engajada. Contudo, a reedição do debate público e da esperança não significam a conclusão ou irrelevância das pesquisas sobre os temas aqui tratados, que, em grande parte, ainda possuem lacunas abertas a serem exploradas e agenciadas por pesquisas ética e socialmente comprometidas, como as que ora se apresentam. Ao contrário, a realização de tais estudos é parte essencial de um enfrentamento a todas e quaisquer formas de esvaziamento do debate público comprometido com o desenvolvimento social e intelectual das sociedades e pessoas que as formam.

A coletânea está organizada em três linhas temáticas que se completam para formar uma análise em larga escala do que estamos aqui tratando como dilemas contemporâneos. Iniciando pelo texto de Fernando Santana de Oliveira Santos, *Histórias (Não) Recomendadas: negacionismo e capitalismo de plataforma*, o leitor encontrará uma instigante análise da dependência crescente das sociedades contemporâneas das tecnologias de informação e suas relações com os discursos negacionistas, focando na influência desses elementos na tomada de decisões cotidianas e políticas por parte das pessoas. Longe de adotar uma postura tecnófoba, o autor apresenta um estudo de base histórica dos objetos em debate e propõe caminhos para um enfrentamento aos perigos apresentados pelo que chama de “nova revolução industrial”.

Na sequência, o texto de Marcos Galindo, *A tecnologia da memória*, direciona a discussão sobre a tecnologia para um caminho paralelo, ao propor, a partir de aproximações e diálogos transdisciplinares com um vasto arsenal

de autores, uma inovadora abordagem dos estudos da memória: partindo das proposições de Marshal Macluhan, para quem os instrumentos produzidos tecnologicamente são extensões do homem, Galindo propõe uma leitura da memória como tecnologia e, portanto, transformadora do meio natural.

Abordando o tema da memória a partir de outra perspectiva, *No princípio da memória, a História: notas sobre o elogio da missão francesa na historiografia uspiana (1940-1950)*, de Diego José Fernandes Freire, traz um detalhado estudo da construção memorial em torno da vinda de historiadores franceses para lecionar na USP na década de 1930 do século XX. Diego Freire debruça-se sobre as diferentes narrativas produtoras da memória institucional e historiográfica do que ficou conhecido como a Missão Francesa para analisar a fundo a formação de um importante cânone historiográfico nacional.

Seguindo o debate historiográfico, Janaina Zito Losada realiza, a partir de um largo conjunto de pesquisadores e teóricos em *Discursos e experiências de negação nas fronteiras do humano: por uma historiografia das ausências animais*, um estudo-denúncia dos silêncios e negações, nos estudos históricos, de temas e sujeitos outros que não centrados no humano. A proposta da autora coloca o autor em estado reflexivo diante dos possíveis caminhos da contemporaneidade no enfrentamento de questões naturais de ordem urgente.

Elizete da Silva, em *Negacionismos e Religiosidades: uma perspectiva evangélica*, investiga como algumas posições religiosas tornaram-se elementos centrais para se pensar perspectivas de negação das vacinas e da ciência. A autora recupera aspectos históricos do protestantismo europeu e os contrapõe com a formação das comunidades evangélicas nos EUA e no Brasil, propondo uma reflexão sobre a relação do negacionismo com a Teologia da Prosperidade. Por fim, o texto expõe interessantes pontos de resistência à necropolítica dentro da própria comunidade evangélica.

George Seabra, por sua vez, em *Literatura, História e revisionismo: os “novos bandeirantes” e as disputas políticas na década de 1930* busca quebrar, a partir de diálogos com produções literárias, a memória do período 1930-1945, construída e consolidada historiograficamente, como um período coeso. Para tanto, propõe reabilitar o estudo do Movimento Bandeira como exemplo de alternativa à linha hegemônica e que foi enaltecida pela historiografia para o período estudado.

Encerrando o livro com incursões nos estudos psicológicos dos temas em debate, o texto de Flávio Vilas-Bôas Trovão, *Os limites do humano na representação cinematográfica de “Tiros em Columbine” e “Precisamos falar sobre Kevin”*, aproxima História e Cinema para fazer uma leitura estética e psicológica do episódio ocorrido na escola Columbine, nos Estados Unidos,

no ano de 1999. Muitos foram os discursos e buscas de entender o ato “des-humano”, como coloca o autor. Sendo assim, o estudo de Flávio Trovão vai para além da superfície das interpretações comuns sobre o evento e propõe um interessante diálogo analítico a partir de duas produções fílmicas que abordam a temática.

Eloy Sampaio e Vitor de Oliveira, em *Arqueologia dos sintomas coletivos: pensando recordação, repetição, e elaboração num plano histórico-social* investigam os limites da reflexão psicanalítica no plano das coletividades. Tomando por base a noção de Sigmund Freud de repetição para não recordação dos aspectos inconscientes, muito conhecida na aplicação do paciente e do indivíduo, os autores procuram entender como ou se é possível pensar essa base em para a psicologia coletiva, tomando como necessidade compreender como “emergem” elementos inconscientes em forma de sintomas coletivos.

Alex Martoni, Marcos Arraes e Vitor Oliveira.

CAPÍTULO 1	1
HISTÓRIAS (NÃO) RECOMENDADAS: NEGACIONISMO E CAPITALISMO DE PLATAFORMAS	
Fernando Santana de Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321081	
CAPÍTULO 2	18
A TECNOLOGIA DA MEMÓRIA ¹	
Marcos Galindo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321082	
CAPÍTULO 3	31
NO PRINCÍPIO DA MEMÓRIA, A HISTÓRIA: NOTAS SOBRE O ELOGIO DA MISSÃO FRANCESA NA HISTORIOGRAFIA USPIANA (1940-1950)	
Diego José Fernandes Freire	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321083	
CAPÍTULO 4	45
DISCURSOS E EXPERIÊNCIAS DE NEGAÇÃO NAS FRONTEIRAS DO HUMANO OU POR UMA HISTORIOGRAFIA DAS AUSÊNCIAS ANIMAIS ¹	
Janaina Zito Losada	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321084	
CAPÍTULO 5	55
LITERATURA, HISTÓRIA E REVISIONISMO: OS “NOVOS BANDEIRANTES” E AS DISPUTAS POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1930	
George Leonardo Seabra Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321085	
CAPÍTULO 6	74
NEGACIONISMO E RELIGIOSIDADES: UMA PERSPECTIVA EVANGÉLICA	
Elizete da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321086	
CAPÍTULO 7	90
OS LIMITES DO HUMANO NA REPRESENTAÇÃO CINEMATOGRAFICA DE “TIROS EM COLUMBINE” E “PRECISAMOS FALAR SOBRE O KEVIN”	
Flávio Vilas-Bôas Trovão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321087	
CAPÍTULO 8	100
ARQUEOLOGIA DOS SINTOMAS COLETIVOS: PENSANDO RECORDAÇÃO, REPETIÇÃO, E ELABORAÇÃO NUM PLANO HISTÓRICO-SOCIAL.	
Eloy San Carlo Máximo Sampaio	
Vitor Hugo Abranche de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6062321088	

HISTÓRIAS (NÃO) RECOMENDADAS: NEGACIONISMO E CAPITALISMO DE PLATAFORMAS¹

Data de aceite: 02/06/2023

Fernando Santana de Oliveira Santos

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2349178646023124>.

Nas primeiras décadas do século XXI, testemunhamos a intensificação de processos de desenvolvimento de códigos invisíveis (códigos fontes, dados, algoritmos) e sua aplicação na produção de resultados econômicos que impactam nas formas de organização social e política. Pode-se, então, falar de uma nova revolução industrial, até certo ponto, invisível, mas com efeitos bastante concretos. Neste texto, de cariz ensaístico, pretendo levantar algumas questões relacionadas ao poder desses códigos invisíveis na sociedade atual e a como eles têm se tornado poderosos aliados do negacionismo, um fenômeno bastante

citado e discutido nos últimos anos, mas que, por vezes, nessas discussões, aparece descolado da reestruturação do capitalismo no nosso século.

O isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19 evidenciou como nunca a nossa dependência das tecnologias da informação e, conseqüentemente, das empresas que exploram esse nicho. Pela possibilidade de estabelecer alguma socialização, continuar trabalhando e desenvolvendo pesquisas, mais do que antes, ainda que bastante envergonhados, diariamente, em nossas orações, agradecemos a existência da Google, do Facebook e da Amazon. Afinal, estamos convencidos de que a nossa vida não seria possível sem a santa trindade das plataformas. Rogamos também que a terra prometida do Vale do Silício continue próspera e a nos fornecer o alimento diário.

Essa é uma caricatura do tempo presente, obviamente. Mas, sem grande esforço, poderíamos listar os malefícios

1. Nota dos Organizadores: "O presente texto foi escrito e submetido à esta coletânea durante a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022) e faz referências a esse governo no presente. Optamos por deixar o texto como está, por guardar marcas do momento de sua escrita".

dessa dependência e, igualmente, o quanto as tecnologias da informação facilitam a nossa vida e o quanto precisamos delas. Nenhuma novidade. Apenas constatamos o que Marx já teorizava há quase dois séculos em sua extensa obra: a mercadoria se tornou essencial à reprodução material da vida. Hoje, no entanto, essas dependências têm sido potencializadas a níveis extraordinários, a ponto de que chegamos a trabalhar gratuitamente, por meio de navegação na internet e do uso de aplicativos digitais, para fornecer a matéria-prima do capitalismo informacional: os dados. Fornecemos a matéria-prima gratuitamente e, direta ou indiretamente, ainda pagamos pelo consumo do produto lapidado, seja porque contratamos algum dos seus serviços ou porque compramos os produtos de seus anunciantes.

Dois conceitos são importantes para compreender o funcionamento dessa nova face do capitalismo. O primeiro é o de *big data*, que consiste no enorme volume de dados coletado, armazenado e analisado por meio de tecnologias computacionais. São dados que fornecemos, por exemplo, a empresas e órgãos governamentais, ao nos cadastrarmos em suas plataformas digitais ou quando respondemos a questionários de um censo demográfico ou a uma ficha médica. Mas, também os fornecemos, mesmo sem muita clareza de que o fazemos, ao navegar pela internet ou ao utilizar aplicativos instalados no celular.

O segundo conceito é o de algoritmo, que se refere a um conjunto de instruções, definidas matematicamente, que orienta a resolução de um problema. Por meio dos algoritmos, pode-se coletar e gerir dados, dando-lhes diferentes finalidades. Assim, é possível agrupar informações sobre o uso do dinheiro público e torná-las acessíveis aos cidadãos, produzir automaticamente uma *playlist* com as canções preferidas ou receber sugestões de possíveis amigos em redes sociais. De forma mais frequente, no contexto das eleições brasileiras de 2018, o termo algoritmo acabou sendo incorporado no vocabulário de pessoas comuns, pelo tanto que foi utilizado por especialistas para explicar a intervenção repentina de perfis falsos num tópico de discussão de alguma rede social para defender um candidato ou, então, como os chamados robôs produziam engajamento de um determinado candidato através da “subida” de *hashtags*.

As corridas presidenciais nos Estados Unidos, em 2016, e no Brasil, em 2018, ambas marcadas pelo uso intensivo das redes sociais, pela massificação de notícias falsificadas e pela distribuição desproporcional de informações, ligaram o alerta para o perigo de os códigos invisíveis estarem influenciando pessoas, a ponto de impactarem negativamente nas democracias. Apesar desses recentes exemplos terem ganhado notoriedade, fazendo crer que se trata de problema nascido em 2016, os efeitos nocivos dos modelos matemáticos são sentidos desde bem antes e podem assumir diferentes formas. Entre outros usos, algoritmos têm sido empregados para calcular as chances de alguém ser uma boa contratação ou um mau pagador, para identificar criminosos por meio de reconhecimento facial e, amplamente, para assediar consumidores. Assim, algoritmos mal formulados e/ou enviesados podem ensejar situações críticas, a exemplo da reprodução de racismo, demissões e prisões injustas.

A matemática e cientista de dados Cathy O’Neil (2020) destaca um exemplo, fora do contexto das eleições, bastante elucidativo do potencial destrutivo de modelos matemáticos nocivos, que ela chama de armas de destruição matemáticas (ADMs): em 2009, foi implantado no distrito escolar de Washington, D.C., uma ferramenta de avaliação docente, com o intuito de erradicar os maus professores, que seriam os responsáveis pelo desempenho insatisfatório dos alunos. A ferramenta comparava resultados atuais dos estudantes nos exames finais com resultados do ano letivo anterior. Diversos professores foram demitidos com base nos *feedbacks* retornados pela ferramenta. No ano letivo de 2010-2011, a demissão de uma professora do quinto ano, com base nesses resultados, chamou a atenção, pois ela costumava ser bem avaliada por seu diretor, pelos pais e pelos alunos. Depois da demissão, investigações realizadas por jornais levantaram a suspeita de que uma escola do distrito inflava as notas com o intuito de falsear um desempenho superior para os seus estudantes. Muitos dos alunos da professora demitida estudaram o quarto ano justamente nessa escola, o que explicaria o desempenho inferior no quinto ano, mesmo que eles tivessem alcançado resultados semelhantes ao da maioria nos exames mais recentes.

Com esse exemplo, O’Neil evidencia a falsa neutralidade dos *feedbacks* gerados por modelos matemáticos. Os algoritmos são desenvolvidos por humanos e processam dados produzidos por inúmeros usuários. Logo, não podem ser neutros. Além de falhas técnicas de formulação, podem reproduzir vieses, intenções, prioridades e projetos, que são obscurecidos pela pretensão de objetividade e precisão atribuída aos números. Como bem sintetizou O’Neil (2020, p. 35), “Modelos são opiniões embutidas em matemática”. No caso da professora demitida em um distrito escolar de Washington, D.C., estava implícita, na avaliação de resultados, uma visão rasa da educação, que desconsidera toda a sua complexidade dentro e fora da escola. Ao traduzir a realidade da educação em números, foram desconsiderados fatores de ordem social e econômica que podem impactar nos resultados dos exames escolares. A consequência mais imediata, nesse exemplo, foi a demissão injusta de uma professora, mas é possível extrair outras consequências, como a falsa percepção de que a educação estava evoluindo e o incentivo de comportamentos indesejados, como a falsificação de resultados escolares para evitar sanções.

O’Neil (2020) considera que modelos matemáticos nocivos apresentam, em geral, três elementos: opacidade, escala e dano. São, assim, marcados pela ausência de transparência a respeito dos parâmetros de funcionamento e dos resultados que eles retornam. Também costumam hierarquizar pessoas e coisas, reduzindo a complexidade social a números, rankings e estatísticas. Por fim, direta ou indiretamente são prejudiciais às pessoas, sobretudo àquelas com maior vulnerabilidade. É possível que algoritmos assim formulados beneficiem alguns e proporcionem algumas vantagens imediatas. Entretanto, provavelmente, outros serão prejudicados em uma escala bem maior, especialmente num contexto em que o capitalismo se reestrutura a partir de grandes volumes de dados, dados

indistintamente produzidos e geridos para gerar lucro.

Faço esse breve panorama acerca dos impactos sociais de modelos matemáticos nocivos não com a intenção de enfatizar uma posição tecnofóbica, mas com o intuito descortinar o véu da imparcialidade e da neutralidade dos números, dos algoritmos e das tecnologias. O problema de que falamos não decorre da mera existência das tecnologias, mas de perigosos projetos políticos e econômicos que se aliam a um uso massivo e desregulado dos códigos invisíveis. A partir dessa perspectiva, pretendo relacionar o fenômeno do negacionismo com o capitalismo informacional, ou o capitalismo de plataforma, como denomina Nick Srnicek (2018).

CAPITALISMO DE PLATAFORMAS

Como resposta à crise financeira de 2008, acentuada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, que impactou as economias mundiais, o capitalismo se reestruturou, criando condições para a prevalência de um modelo focado no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Em particular, no século XXI, o capitalismo avançado está centrado na extração e aplicação de dados, configurando o que Srnicek (2018) chamou de capitalismo de plataformas.

De acordo com o economista canadense, os dados já eram empregados em modelos de negócios de forma limitada, principalmente na coordenação da logística global de produção. Porém, no século XXI, diante do barateamento das tecnologias para gravação de dados e da ampliação da disponibilidade de dados resultantes da comunicação digital, progressivamente, empresas passaram a explorar esse nicho, a princípio focadas na publicidade e na pesquisa de mercado com o fim de tornar os anunciantes mais competitivos. O modelo de negócio se expandiu com as plataformas, estruturas digitais que viabilizam interações entre dois ou mais usuários, desenvolvidas e mantidas por poderosas companhias de tecnologias, como Google, Facebook e Amazon, cujo potencial está na grande capacidade de extrair e analisar dados, dando-lhes diferentes aplicações (SRNICEK, 2018). Os dados funcionam como verdadeiras *commodities* nesse novo modelo de capitalismo.

Uma de suas marcas, e talvez uma das explicações do sucesso do modelo, é o fato de as empresas se apresentarem como antissistema, como se elas mesmas, por meio de suas plataformas, representassem alternativas capazes de humanizar ou reduzir os impactos do capitalismo sobre a vida das pessoas. Nesse sentido, Morozov (2018) evidencia como as empresas do Vale do Silício encampam a retórica da emancipação por meio do consumo: a plataforma Uber, por exemplo, seria uma alternativa mais barata do que a ofertada pelo setor de táxis existente, assim como a Airbnb ajudaria a evitar a dependência do setor hoteleiro e a Amazon a comprar livros sem passar pelas livrarias.

Poderíamos estender essa lista, ressaltando como a retórica dessas plataformas

pretende sugerir a inclusão de diferentes sujeitos e superar o controle da comunicação e da difusão cultural pelos grandes veículos de comunicação, por meio de soluções como YouTube e Instagram. O que, no entanto, esse discurso não revela são os reais interesses desses conglomerados e as formas de exploração que eles praticam, semelhantes (ou piores) ao tradicional modelo de capitalismo: os “colaboradores” da Uber são trabalhadores altamente explorados que não geram obrigações trabalhistas para os donos da plataforma; e a maioria dos produtores de conteúdo recebe apenas uma pequena remuneração pelo seu trabalho, mas, no todo, eles contribuem significativamente para alimentar o extrativismo de dados.

Em geral, essas plataformas fomentam o discurso do empreendedorismo e, assim, dizem livrar os seus usuários da exploração do patrão, garantindo-lhes flexibilidade e prosperidade na vida profissional. No entanto, em regra, prevalece a supressão de direitos, a criação de forte dependência dos usuários à plataforma e a concentração do poder econômico em um reduzidíssimo número de companhias, cujo funcionamento não depende da contratação direta de muitos trabalhadores. Enfim, a retórica antissistema cumpre bem a função ideológica necessária ao triunfo neoliberal.

As plataformas publicitárias representam o modelo mais antigo do capitalismo informacional. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi da Google, em fins da década de 1990, que, a pretexto de fornecer melhores resultados a seus clientes, categorizava dados de navegação para otimizar os resultados de buscas. Em seguida, passou a vender espaços virtuais personalizados para publicidade, com base nos itens pesquisados, *cookies* e outras informações fornecidas por seus usuários. Ao lado do Facebook, a Google continua se destacando nesse lucrativo mercado, sendo a publicidade digital a principal fonte de faturamento de ambas as empresas (SRNICEK, 2018).

Uma das formas mais conhecidas desse *marketing* virtual são os indesejados anúncios que aparecem antes, durante ou depois da exibição de um vídeo nos canais monetizados da plataforma YouTube, da Google. Além de cobrar pela veiculação da publicidade, a empresa remunera os produtores de conteúdo, com valores que variam em razão do engajamento do canal, ou seja, do seu poder de atrair cliques, visualizações e, conseqüentemente, novos consumidores. Nesse sentido, a gestão de dados por meio de algoritmos é fundamental para garantir que os anúncios de produtos e serviços alcancem usuários com maior propensão de consumi-los.

Aqui, começamos a levantar algumas suspeitas a respeito do porquê de o negacionismo ser um negócio lucrativo: páginas e canais com conteúdo enganoso são potenciais tabloides virtuais. O teor conspiratório, bombástico e supostamente revelador de verdades ocultadas, característico desse tipo de conteúdo, pode ser um poderoso atrativo, especialmente de pessoas mais vulneráveis, com menor capacidade de avaliar criticamente a qualidade da informação. Aliás, a vulnerabilidade é uma das razões que explicam o êxito desse tipo de negócio: pessoas com menos discernimento para checagem de informação

podem ser pessoas mais suscetíveis ao assédio do consumismo, inclusive de produtos e serviços de baixa qualidade.

Segundo O'Neil (2020), a vulnerabilidade foi fundamental para aquecer o mercado das “fábricas de diplomas” nos Estados Unidos. Universidades com fins lucrativos e de baixa qualidade passaram a mirar a propaganda online como meio de atrair estudantes vulneráveis, que dependiam de crédito estudantil do governo. Por estarem fora do ranking universitário, dificilmente, elas atrairiam jovens ricos e de classe média. Portanto, passaram a investir em anúncios voltados aos mais pobres, com a promessa de mobilidade social. De acordo com a autora, apenas uma dessas instituições investiu mais de 50 milhões de dólares em anúncios no Google, anúncios que carregavam implicitamente a mensagem de que as pessoas não estavam se esforçando o suficiente para mudar de vida e que um diploma poderia transformar essa realidade. A estratégia funcionou a ponto de que, em uma década, triplicaram as inscrições em universidades com fins lucrativos nos Estados Unidos.

Plataformas de empresas, como Google e Facebook, em razão do grande volume de dados que podem extrair de seus usuários, conseguem facilmente segmentar públicos por meio de algoritmos. Por isso, O'Neil (2020) especula que, no caso das faculdades estadunidenses com fins lucrativos, é possível que a publicidade tenha sido direcionada a CEPs de pessoas mais pobres, especialmente àquelas que tenham clicado em anúncios de empréstimos, que demonstraram estar ansiosas ou em busca de um emprego. Lamentavelmente, as pessoas atraídas pela publicidade predatória dessas instituições, ao final do curso, conseguem apenas um diploma com baixo reconhecimento no mercado e uma enorme dívida para quitar.

Podemos conjecturar quantas pessoas desempregadas ou com o seu microempreendimento quebrando, em um cenário de recessão, como no Brasil a partir de 2014, não pararam alguns minutos para assistir a vídeos que tinham a pretensão de explicar como a corrupção estava destruindo o país. Vídeos como esses poderiam afirmar falsamente que durante o regime militar era diferente, não havia corrupção e, portanto, as pessoas tinham trabalho e eram felizes. Ou, então, podemos imaginar um candidato não cotista que, frustrado por não ter passado no vestibular ou por não ter sido aprovado em um concurso público, reservou alguns minutos do seu tempo para ler um artigo que criticava as cotas raciais e, nessa linha, negava o racismo no país e todo o processo histórico que produziu o fosso social entre negros e não negros no Brasil. Apesar de serem aqui apenas imaginárias, não são situações improváveis de terem se repetido em muitos lares brasileiros recentemente, dado o contexto de disputas eleitorais, em que temas como corrupção e racismo foram explorados com a superficialidade necessária para enganar e desinformar o eleitorado.

Todos esses “sujeitos imaginários”, necessariamente, seriam também consumidores diretos ou indiretos, afinal de contas, numa sociedade capitalista, viver implica consumir.

Logo, é possível supor que algoritmos foram capazes de identificar e exibir a publicidade do produto ou serviço “ideal” para seduzi-los. Podemos imaginar, por exemplo, que anúncios de cursos “milagrosos”, que garantiam aprovação quase instantânea de vestibulandos e concurseiros, ou mentorias para empreendedores, que prometiam mudar a vida financeira em pouco tempo, tenham sido exibidos nas telas desses usuários de internet. Assim, ainda que apenas no campo das suposições, visto que a opacidade dos algoritmos utilizados nessas plataformas nos impede de levantar dados precisos sobre a relação entre o tipo de conteúdo e o tipo de anúncio exibido, há razões para crer que o capitalismo de plataformas e os negacionismos não são antagônicos. Ao contrário, a epidemia de desinformação que temos observado hoje no Brasil tem sugerido que eles podem conviver perfeitamente em protocooperação.

O NEGACIONISMO ONTEM E HOJE

O negacionismo não é um fenômeno novo, mas, nos últimos anos, o conceito tem sido empregado com maior frequência. Em razão da gestão catastrófica da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, no Brasil, o uso do termo foi muito utilizado para designar a recusa do governo federal de adotar medidas sanitárias para reduzir a circulação do vírus, bem como a aposta na propaganda e no uso de medicamentos ineficazes para tratar pessoas infectadas, ao invés de investir em medidas profiláticas e acelerar o processo de aquisição de vacinas, conforme insistiam os pesquisadores da área médica. É possível, ainda, destacar, nos últimos anos, o uso da expressão negacionismo para classificar a tentativa de grupos de extrema-direita de construir uma imagem positiva da ditadura militar no Brasil, por meio de discursos que negam a violência do regime e tentam criar a falsa impressão de que, no período, não havia corrupção no país.

As primeiras referências ao negacionismo, como prática sistemática de recusar o conhecimento científico ou uma determinada realidade consensualmente reconhecida por uma comunidade de pesquisadores, estão relacionadas com a negação do holocausto judeu. Discursos negadores do genocídio hitlerista já circulavam desde o fim da Segunda Guerra, mas, na década de 1970, ganharam notoriedade com Robert Faurisson, professor de literatura contemporânea da Universidade de Lyon, na França, que publicou textos negando a matança de judeus em câmaras de gás e nos campos de concentração nazistas. Todos os relatos em sentido contrário não passariam de mentiras, de mero conspiracionismo patrocinado pelo Estado de Israel.

Faurisson era um acadêmico e, por isso, gozava de prestígio suficiente para atrair holofotes para as suas polêmicas. No entanto, ele também não estava sozinho. Segundo o historiador Pierre Vidal-Naquet (1988), a “corrente revisionista” que negava a Shoah era uma espécie de seita minúscula, mas, naquela altura, começava a apresentar sinais de crescimento. Eram, em geral, acadêmicos e pessoas letradas que se dirigiam

também a um público igualmente letrado. Além da publicação de artigos, eram capazes de organizar eventos para esse restrito público. Por tudo isso, as possibilidades de difusão do negacionismo eram reduzidas. A crítica ao negacionismo de Faurisson também foi intensa dentro e fora da academia, por uma razão óbvia: não era tolerável vilipendiar a memória da maior catástrofe humanitária do século XX. Na França, inclusive, o Parlamento foi pressionado a criminalizar a negação do holocausto, que resultou na aprovação da Lei Gayssot em 1990. Faurisson, por insistir na negação das câmaras de gás nazistas, foi o primeiro condenado nos termos da lei francesa.

Vidal-Naquet (1988), em uma série de ensaios criticando os negadores do holocausto, posteriormente reunidos na obra *Assassinos da Memória*, chamou-os de revisionistas. Hoje, a definição de negacionistas parece mais adequada, pois consegue traduzir com maior precisão o papel desses sujeitos. Afinal, conforme salientou Traverso (2012), por parte dos falseadores da história, não há qualquer pretensão legítima de estabelecer um debate honesto, baseado em fontes e métodos, a respeito de fatos e processos históricos. Os objetivos e projetos deles são outros. O próprio Vidal-Naquet (1988) ressaltou a desonestidade e a falta de compromisso com a verdade por parte dos negadores do holocausto. Simplesmente, recorriam a uma documentação fantasiosa ou, então, pinçavam fontes que pudessem sustentar as suas convicções (ou suas pretensões), isolando-as de um *corpus* documental que indicava o contrário.

Fora do âmbito da História, o termo negacionismo passou a ser utilizado para nomear práticas semelhantes que se encarregavam, por exemplo, de negar os impactos da atividade humana no aquecimento global ou de relativizar o perigo da epidemia de Aids, como na África do Sul, onde o presidente Thabo Mbeki passou a sustentar a ideia de que a circulação de um vírus sexualmente transmissível não era a causa da doença. De toda forma, a produção de mentiras, a descontextualização de fatos e processos, o descrédito do conhecimento científico e a recusa de fundamentos éticos que devem sustentar a produção desse tipo de saber são características que se repetem no *modus operandi* dos negacionistas. Entretanto, esses aspectos não são o cerne do negacionismo; são estratégias importantes, meios que conduzem ao ofuscamento da realidade para que os projetos a que os negacionistas estão atrelados possam ser plantados. Portanto, o fenômeno não se circunscreve a uma briga entre a ciência e a não ciência. Fornecer sustentação a determinados projetos políticos, ideológicos e econômicos é a sua essência.

Casos bastante elucidativos foram estudados por Naomi Oreskes e Erik Conway (2020), em *Mercadores da dúvida*, que trata de cientistas contratados por indústrias para desacredenciar estudos que demonstravam o impacto das atividades humanas no aquecimento global, os malefícios do tabaco na atividade humana e uma série de questões ambientais e sanitárias. Nas décadas de 1980 e 1990, pessoas intituladas especialistas criaram polêmicas em torno de consensos construídos no campo científico que incomodavam determinados setores da indústria. Frequentemente, os negacionistas atacavam tanto

os estudos, produzidos conforme a ética da pesquisa científica, quanto os seus autores, acusando-os de enviesamento político. Apesar de não serem de fato especialistas nas temáticas sobre as quais pretendiam falar, os negacionistas conquistaram espaço no meio político. Mesmo com a reação de verdadeiros especialistas, de agências de pesquisa e de revistas renomadas, os ataques à ciência perpetrados por eles repercutiram por anos, abrindo espaço para que temas tão sensíveis fossem tratados de forma inconsequente. Nesses casos, a garantia do lucro, a despeito dos impactos ambientais e sanitários, constituía o principal projeto por trás das polêmicas negacionistas.

Podemos, ainda, recorrer a exemplos próximos de nós. A negação da ditadura militar brasileira como regime violento, que praticou inúmeros crimes contra a humanidade, e a produção de uma versão positiva desse passado para se contrapor a fatos amplamente documentados são partes de um projeto político de uma direita autoritária e ressentida, que, na incapacidade de golpear a democracia com tanques e fuzis, precariza as suas bases, engana o eleitorado e criminaliza os seus opositores. Ao pintar a ditadura com tintas de idoneidade e prosperidade econômica e criminalizar os grupos que lutaram contra o regime, Bolsonaro e seus aliados pretendiam construir uma “solução militar” para a crise econômica e a corrupção no país, cujas responsabilidades recaíam em um partido mais alinhado à esquerda. Além de ser um capitão da reserva, Bolsonaro conta com significativo apoio da ala militar. Porém, sem ter um projeto político a oferecer ao país, e considerando que a história recente da ditadura não os favorecia, era preciso inventar um passado glorioso, em que os militares, ao invés de golpear a democracia com o apoio da burguesia, figuram como os paladinos da ordem, que teriam salvado o país de um golpe comunista.

Da mesma forma, o negacionismo que tem marcado a gestão da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 no Brasil, por parte do governo federal, não é mero desprezo pela ciência. Há uma tentativa de esconder um projeto econômico por trás desse negacionismo, por meio de notícias fraudulentas, conspiracionismo, falsa ciência e relativização de dados. A insistência de que a economia não pode parar (como se de fato fosse necessário ter que escolher entre salvar a economia e salvar pessoas) ou de que não há dinheiro para garantir assistência social e saúde aos mais pobres denuncia a face mais cruel da política neoliberal apoiada pelo governo, que, para garantir a integridade do lucro do capitalista, cria uma fachada de normalidade e desdenha a vida dos mais vulneráveis.

A produção de discursos de verdade, que possam ser inculcados sem questionamento, sem estimular discussões e divergências dentro de determinado círculo de pessoas, e que, às vezes, sirvam apenas para confirmar convicções anteriormente formadas, é uma das chaves do sucesso do negacionismo. Nesse sentido, é fundamental a consagração do poder simbólico entre aqueles que falseiam a realidade (os negacionistas profissionais) e aqueles que apenas recebem e reproduzem as mentiras. Conforme afirmou Bourdieu (1989), trata-se de um poder quase mágico, que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força física ou pelo poder econômico, capaz de fazer crer em experiências

confusas e, assim, fazê-las existir. O uso de uma linguagem supostamente patriótica e religiosa adiciona liga nessa relação, instituindo leituras da realidade que independem do uso da razão.

Os reprodutores são partes importantes para sustentar o funcionamento da máquina negacionista, pois eles precisam crer nas mentiras de modo a reproduzi-las inconsequentemente. No entanto, os projetos que eles apoiam, quase sempre, são projetos desenhados para servir aos interesses dos negacionistas profissionais. Afinal, da grande massa “fantasiada” com o uniforme da seleção brasileira de futebol que reivindica intervenção militar, quantos se beneficiariam com a supressão da democracia? Quem de fato lucra com a propaganda e o aumento da produção de medicamentos sabidamente ineficazes para o tratamento de uma doença? A quem interessa a manutenção da circulação de pessoas e, conseqüentemente, do consumo em meio a uma pandemia que atinge principalmente as pessoas mais pobres?

Os discursos negacionistas, geralmente, estão atrelados a práticas que buscam instituir no mundo concreto uma aparência de verdade. Incluem-se aí práticas como a precarização da educação, o descrédito da universidade, a manipulação de dados estatísticos, a censura, os silenciamentos, o corte de verbas para a pesquisa e projetos de esquecimento – a exemplo do que vem sendo praticado na Fundação Cultural Palmares, sob a direção de Sérgio Camargo. Essa sincronização de práticas e discursos reforçam a convicção de que os negacionismos visam projetos. A sua vitória, portanto, não se realiza de fato quando a ciência queda fragilizada, mas quando os objetivos perseguidos por esses projetos se concretizam: quando o neoliberalismo triunfa, a democracia se esfacela e os oprimidos não conseguem resistir.

A falsificação, o apelo a fontes inexistentes, a descontextualização de fatos e a relativização de eventos são estratégias correntes dos negacionistas. No tempo presente, no entanto, o fenômeno ganha sutilezas nas formas de produção e difusão que o diferenciam de modos pretéritos. Nesse sentido, a ascensão das tecnologias da informação e da comunicação possuem um papel importante. Se antes, o negacionismo concentrava-se em um campo intelectual, hoje, a sua produção e difusão têm ocorrido por formas que podem estar ancoradas em uma fachada acadêmica, mas, essa não é mais uma regra. O descrédito da ciência tem dispensado, até mesmo, os falsos especialistas e a necessidade de criar uma narrativa aparentemente coerente e fundamentada.

A comunicação virtualizada é capaz de propagar inverdades rapidamente, alcançando um público bem maior e mais vulnerável do aquele para o qual Faurisson falava, por exemplo. Narrativas curtas, montagem de imagens do tipo que chegamos a interrogar “como alguém acreditou nisso?”, produzem um efeito devastador, pois, além da massividade, aproveitam-se da instantaneidade, da fluidez desse tipo de comunicação que não pretende instigar discussões ou críticas, mas atender ao tempo do capitalismo, o tempo “produtivo”, o “tempo-dinheiro”. Ademais, a desinformação, uma vez lançada

na rede, poderá ser preservada indefinidamente em diversos suportes digitais e, assim, continuar a ser compartilhada mesmo depois de a página, o vídeo ou o comentário originais terem sido apagados.

O êxito do discurso negacionista depende, enfim, da capacidade de ser apreendido como um dogma. Ele não precisa ser coerente, basta não suscitar questionamentos ou dúvidas, daí porque é tão receptível à comunicação mediada por tecnologias digitais. Ao se oporem a consensos mínimos produzidos no campo científico, os negacionistas não pretendem abrir um diálogo honesto nem questionar as epistemologias que lastreiam a produção do conhecimento, mas promover silenciamentos e impedir a crítica a todo custo. Por essa razão, frequentemente, eles não atacam os argumentos e as fontes do adversário, mas o próprio adversário. Assim, adjetivações do tipo “comunista”, “esquerdista” e “doutrinador” tornam-se tão correntes nos seus vocabulários.

SISTEMAS DE RECOMENDAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

Um dos aspectos que marcam o encontro entre negacionismo e capitalismo de plataformas foi antecipado acima, ao falar das plataformas publicitárias: páginas e vídeos com conteúdo conspiracionista ou sensacionalista podem ser um poderoso atrativo de cliques e visualizações e, assim, alimentar algoritmos que procuram espaços “nobres” para exibir anúncios. Os próprios anúncios podem conter informações falsificadas, com o objetivo de apenas despertar a curiosidade dos internautas. Ou, ainda, podem ser utilizados para atrair e conduzir o usuário a outra página onde ele disponibilizará dados. São os chamados *clickbaits*, “iscas” para gerar cliques, uma arma poderosa para os extrativistas de dados, que visa promover tráfego online por meio de conteúdos enganosos.

A monetização de canais em plataformas como o YouTube é outro meio amplamente utilizado para incentivar a geração de cliques e visualizações. Os produtores de conteúdo, em contrapartida, são remunerados de acordo com o engajamento do seu canal. Portanto, é um negócio que pode ser lucrativo para quem cria conteúdo e, sem dúvida, é muito lucrativo para a plataforma, que, como vimos, lucra com a comercialização de anúncios virtuais personalizados. No contexto do bolsonarismo, esse recurso tem sido, ao mesmo tempo, uma importante fonte de capital político para o governo e um negócio apetitoso para seus apoiadores com maior engajamento na rede.

No caso do negacionismo sanitário relativo à pandemia de Covid-19, por exemplo, diversos canais de apoiadores do governo passaram a reproduzir falas de Bolsonaro que relativizavam o perigo do vírus ou recomendavam tratamentos ineficazes contra a doença. Segundo relatório da Google entregue à CPI da Covid, em junho de 2021, foram excluídos da plataforma YouTube 385 vídeos sobre a pandemia classificados como desinformação. No topo da lista, destacam-se quatro canais de apoiadores de Bolsonaro, que juntos teriam lucrado cerca de R\$ 230 mil. Encabeça a relação o canal do jornalista Alexandre

Garcia, com quase R\$ 70 mil de remuneração, seguido pelos canais de Gustavo Gayer, com cerca de R\$ 40 mil, Notícias Política BR, com R\$ 20,7 mil, e Brasil Notícias, com R\$ 17,7 mil (PORTINARI, 2021). Esses são valores apurados apenas pelos donos dos canais, em razão da publicidade veiculada nos seus vídeos. Logo, é possível supor que, para a plataforma, que aferiu cifras bem mais vultosas, o negacionismo sanitário foi um negócio bastante lucrativo.

Segundo levantamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no inquérito que apura ataques ao sistema eleitoral, onze canais bolsonaristas lucraram mais de R\$ 10 milhões entre janeiro de 2019 e agosto de 2021, apenas com vídeos hospedados na plataforma YouTube, que disseminavam mentiras sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e das eleições. Alguns são também investigados no inquérito sobre os atos antidemocráticos contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o que sugere uma ação sincronizada em benefício de pautas do governo. Conforme disse acima, o negacionismo não se sustenta apenas com discursos falsos; demanda práticas que possam legitimá-los. Nesse sentido, em setembro de 2021, Bolsonaro enviou ao Congresso uma medida provisória que criava restrições ao combate de notícias falsas (ONZE, 2021). A medida foi devolvida pelo Congresso, mas não deixa de evidenciar uma tentativa de resguardar uma das principais fontes da governabilidade de Bolsonaro, a desinformação, e de assegurar o lucrativo comércio de seus apoiadores.

A mesma dinâmica se repete com canais que disseminam o negacionismo histórico. Talvez, com um agravante: esse tipo de negacionismo não ganha a mesma projeção que o negacionismo sanitário e a propagação de desinformação sobre as eleições e, portanto, dificilmente o conteúdo será excluído da plataforma, mesmo que, em alguns casos, possa servir para propagar racismo, discriminação e influenciar indevidamente as disputas eleitorais. Por um lado, algoritmos são inábeis para aferir a qualidade do conteúdo científico disponibilizado na rede, mas vieses comerciais os tornam bastante eficientes para localizar conteúdos potencialmente lucrativos. Por outro lado, realizar uma avaliação qualitativa pode não ser tão lucrativo para as plataformas e, mesmo quando elas a realizam e promovem a exclusão de vídeos e páginas, só as fazem tardiamente, depois de um grande estrago (e de ter gerado muitas cifras), como nos casos recentes que citei das notícias falsificadas sobre a Covid-19 e as eleições. O fato é que conteúdos de baixa qualidade permanecem gerando lucro às plataformas e a alguns donos de canais, inclusive com recursos públicos, visto que, cada vez mais, governos têm investido nesse tipo de publicidade.

Os sistemas de recomendação das plataformas também têm sido poderosos aliados do negacionismo. Alimentados pelo extrativismo de dados, são algoritmos de classificação, organização e recomendação de produtos, que auxiliam os usuários na tomada de decisões diante de uma grande quantidade de informação. Eles recomendam itens com base em interesses explícita ou implicitamente registrados pelos usuários durante a navegação em rede (SANTINI, 2020). Os sistemas de recomendação estão presentes em diversas

plataformas e são responsáveis por sugerir produtos a serem consumidos, a exemplo da indicação de vídeos em serviços de *streaming*, por meio de listas baseadas na predição de gostos. Assim, mais que organizarem conteúdos, esses algoritmos passaram a influenciar nossas tomadas de decisões frente ao consumo.

O modelo mais conhecido e que mais nos interessa aqui é o do YouTube, uma plataforma da Google que hospeda enorme volume de vídeos, que, em sua maioria, podem ser acessados gratuitamente pelos internautas. A partir de uma busca na plataforma, o usuário é bombardeado por uma série de vídeos semelhantes e/ou acessados por pessoas com perfil identificado pelos algoritmos como similar ao dele. Cada usuário representa também um canal da plataforma, ao passo que ele poderá inserir seus próprios vídeos com acesso aberto ao público ou limitado a algumas pessoas, inclusive com possibilidade de monetizá-los, isto é, de ser remunerado pela veiculação de anúncios nos seus vídeos, com base em critérios definidos pela empresa proprietária.

Nos sistemas de recomendação, a relevância de um produto é normalmente apresentada em forma de ranking, que ordena as chances de um determinado usuário consumir um item específico. Depende, portanto, da capacidade de localizar o item buscado e de classificar um conjunto de produtos semelhantes de acordo com o perfil do usuário. Porém, como se tem insistido, os modelos matemáticos que dão suporte a ferramentas como essas podem estar enviesados por objetivos comerciais e, assim, secundarizar critérios de utilidade e relevância do produto para o usuário.

Santini (2020), em estudo que analisa o sistema de recomendação da Last.fm, uma plataforma de músicas online que foi bastante popular na primeira década do século XXI, considera que, ao contrário das rádios tradicionais, a digitalização dos conteúdos e seu acesso online por meio de sistemas de recomendação podem propiciar uma oferta cultural mais variada e plural. Ou seja, os usuários não ficam condicionados a escutar apenas aquilo que as rádios tocam e, com base em recomendações colaborativas, em que são sugeridos itens avaliados por usuários com gostos similares, podem escapar da massificação promovida pelas Indústrias Culturais clássicas. O estudo realizado por Santini (2020) é particularmente importante para nossa análise, não por permitir analogias entre a Last.fm e o YouTube, mas para ressaltar suas diferenças e como, em uma década, esta última plataforma aperfeiçoou os sistemas de recomendação em função de uma lógica primordialmente comercial.

Primeiro, não podemos deixar de registrar uma das características do capitalismo de plataformas de que falamos e que a pesquisadora acaba deixando implícita no seu trabalho: as plataformas se apresentam como antissistema (o consumo de músicas sem passar pelas rádios, no caso da Last.fm) e prometem resolver problemas do capitalismo por meio de novas formas de consumo. No caso do YouTube, são apresentadas não apenas “alternativas” musicais, mas uma série de sugestões de conteúdos educativos, filmes, notícias etc. Os sistemas de recomendação têm ampliado sua influência em diversos

aspectos da vida cotidiana e, como ressalta Santini (2020, p. 15) construído “Uma bolha de segurança que protege cada um das complexidades do mundo exterior e nos retorna informações e sentido baseados na comodidade de nossas crenças, com aquilo que estamos familiarizados e nos agrada”.

De fato, em estruturas como a da Last.fm, ainda que não se possa desconsiderar o seu caráter comercial, as possibilidades de experimentação e de descoberta de produtos culturais poderiam ser bem maiores do que são em plataformas como o YouTube, pois eram empregados software livre e algoritmo aberto, que permitiam o acesso aos dados sobre as práticas culturais dos usuários cadastrados, o que pode reduzir a inclusão de vieses comerciais. No caso do YouTube, a opacidade dos seus algoritmos desperta suspeitas sobre o peso do poder econômico nas recomendações. Aliás, esse tipo de viés parece ser inafastável do modelo adotado pela plataforma da Google, pois, no afã de gerar visualizações (e renda), os produtores de conteúdo focam em estratégias que tornam os seus vídeos mais atrativos, o que pode incluir conteúdo negacionista e notícias falsas. Além disso, o YouTube não possui critérios muito rígidos quanto à qualidade do material que hospeda e, mesmo aqueles vídeos que contrariam suas diretrizes, a exemplo dos que promovem desinformação, podem levar muito tempo para serem identificados e excluídos. Até lá, continuarão sendo recomendados e, quanto mais engajamento puderem gerar, mais se tornarão visualizáveis.

Não se pode negligenciar o poder de influência dos sistemas de recomendação. A Netflix, por exemplo, estima que 80% dos filmes assistidos na plataforma são baseados nas suas recomendações. O sistema de recomendação do Google News seria responsável por quase 40% dos cliques de notícias em seu site e, em 2015, trinta por cento das visualizações no site da Amazon teriam sido influenciadas pelos algoritmos de recomendação (SANTINI, 2020). No caso de conteúdo negacionista, o poder de influência pode ser reduzido em razão da capacidade dos usuários avaliarem criticamente o conteúdo. Mas, a grande questão é que há um público mais vulnerável na rede, com menos condições de promover esse discernimento, e é justamente neste que o arsenal algorítmico vai focar. Assim, os sistemas de recomendação podem acabar incluindo os usuários mais vulneráveis em um grande ciclo de conteúdo de baixa qualidade, ao classificá-los dentro de um perfil que consome um determinado item ou que se assemelha a outros perfis que o consomem.

Há outra diferença importante entre o modelo de plataforma estudado por Santini (2020) e os vídeos com conteúdo informativo do YouTube: os critérios de avaliação da qualidade do conteúdo. No caso da Last.fm, o interesse por um determinado gênero musical, a reação provocada pela estética musical e o contexto pessoal do usuário são suficientes para que ele aceite ou rejeite a recomendação. É evidente que um especialista em música poderá empregar diversos outros critérios de avaliação qualitativa, mas essa não é a regra entre os usuários desses serviços. Em relação ao YouTube, a oferta não está circunscrita a produtos artísticos, fornecidos pelas Indústrias Culturais. Assim, classificar um

vídeo informativo ou de cunho científico, relacionado à saúde, à história, ao meio ambiente, entre outros, pode demandar maior expertise ou, pelo menos, um poder de crítica mais apurado por parte dos usuários, de forma que se sintam estimulados a questionar e a fazer verificação do conteúdo.

Algoritmos não são tão eficientes quanto o cérebro humano para realizar tarefas que demandam avaliações qualitativas. O'Neil (2020) ilustra essa discrepância ao comparar o funcionamento do *machine learning* (aprendizado automático de máquina) e o cérebro de uma criança. Segundo ela, é possível que a criança aprenda de forma rápida e definitiva que colocar o dedo no fogão quente pode provocar uma queimadura e muita dor. Já um programa de *machine learning* demandará milhões ou bilhões de pontos de dados para criar modelos estatísticos de causa e efeito. Portanto, ainda que os sistemas de recomendação tenham se aperfeiçoado muito nos últimos anos, a ponto de simular redes neurais, como as técnicas de *deep learning* (aprendizagem profunda) utilizadas pelo YouTube, não podemos crer que eles promoverão a filtragem de conteúdo com a rapidez necessária para evitar os efeitos deletérios do negacionismo e da desinformação.

Parece evidente que, neste modelo de recomendação baseado no extrativismo de dados, um grande volume de interações em um vídeo não é sinônimo de boa qualidade de conteúdo. Mas, esse engajamento pode influenciar na “decisão” dos algoritmos. Assim, além do viés econômico já abordado, não esqueçamos de fatores externos que podem impactar nos *feedbacks* de recomendação. Em um contexto em que bolsonarismo se serve sobremaneira das redes sociais para propagar desinformação, por exemplo, vídeos com conteúdo duvidoso acabam ganhando engajamento, por meio da massificação de compartilhamentos na extensa rede formada por páginas, canais e aplicativos de seus apoiadores.

A preocupação em relação à plataforma YouTube é maior porque, cada vez mais, ela é explorada por estudantes como suporte de pesquisa e como fonte de informação do público em geral. Diante da intensa disputa de narrativas sobre alguns temas, atualmente no Brasil, a busca por “respostas” e informações sobre consensos questionados pode levar os usuários a acessarem conteúdos negacionistas. Ao realizar buscas do tipo “houve ditadura no Brasil realmente?”, “quem foi Zumbi dos Palmares?” ou “a verdade sobre a escravidão no Brasil”, há grandes chances de que o internauta encontre nas primeiras recomendações vídeos com conteúdo duvidoso. Isso tem relação com o fato de que o negacionismo se aproveita de chamadas sensacionalistas, que supostamente trazem verdades a público. Para impulsionar a busca por seus vídeos, os produtores investem em descrições e *tags* (palavras-chave) que façam menção a termos como verdade, mentira e realidade. Basta um clique para iniciar o ciclo de desinformação.

Por fim, a crença de que “se está na internet é verdade”, de que a rede é um repositório de todo o conhecimento até então produzido, associada à facilidade de acesso aos conteúdos prontamente recomendados, podem aumentar a vulnerabilidade dos usuários.

Nesse sentido, os sistemas de recomendação atuam para minar o poder de escolha e desarmar a crítica, fragilizando pessoas que sempre estão em situação de desvantagem frente às plataformas, visto que a opacidade dos algoritmos impede compreender, de fato, os caminhos percorridos pelos códigos invisíveis. Além disso, conforme adiantamos, neste modelo de capitalismo, o lucro pode ser diretamente proporcional à vulnerabilidade dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Insisto que esse debate precisa estar centrado na existência de um modelo de extrativismo de dados que favorece o fortalecimento de projetos antidemocráticos, discriminatórios e alienantes, e não nas tecnologias da informação por si mesmas. Sem dúvida, elas facilitam nossas vidas, potencializam as possibilidades de pesquisa e, inclusive, as redes sociais podem configurar importantes espaços de difusão científica. No entanto, o caminho a ser percorrido no enfrentamento do negacionismo não parece ser o da tecnolatria.

Tornou-se frequente falar da necessidade de historiadores e outros pesquisadores “invadirem” as redes a fim de fazer frente à propagação da desinformação. De fato, é importante que pessoas de fora desse círculo tenham acesso a material de qualidade. Ademais, dar publicidade ao conhecimento produzido é parte do trabalho de pesquisadores e cientistas. Mas, apostar nas redes como única estratégia de enfrentamento do negacionismo e da desinformação talvez seja um tanto ilusório. Primeiro, porque não somos capazes de dominar os códigos invisíveis e driblar os seus vieses. A falta de transparência dos algoritmos é parte do sucesso do negócio e, portanto, mesmo sem saber, podemos acabar impulsionando conteúdos negacionistas com maior engajamento. Segundo, porque não podemos esquecer dos projetos que lastreiam o negacionismo e a desinformação. Em geral, são grandes projetos que dispõem de força econômica e conseguem se impor publicamente.

Além disso, não devemos ceder ao discurso antissistema das plataformas. A retórica de emancipação por meio do consumo, conforme evidenciou Morozov (2020), é um dos fundamentos do capitalismo informacional. Portanto, apostar na divulgação científica nas redes como meio de derrotar o negacionismo seria como crer que o modelo da Uber pode reduzir a exploração nas relações de trabalho. Ainda que pudéssemos tornar a divulgação científica um negócio tão lucrativo quanto o consumo de conteúdo enganoso, teríamos que lidar com a reatividade de estruturas políticas e econômicas cuja hegemonia depende do ofuscamento da realidade.

O fortalecimento do ensino tem sido outra saída apontada contra o negacionismo. Considerando o impacto da escola na cultura de uma comunidade, realmente, é possível reconhecer a importância de promover um ensino de qualidade como forma de munir

pessoas da capacidade de distinguir um conteúdo relevante de um conteúdo ruim. Mas, nesse ponto, a questão não se encerra no acesso a um conhecimento especializado. Aliás, a dimensão que o negacionismo tem tomado não parece ser decorrência de uma eventual falta de bons professores de história, com condições de mediar esse conhecimento especializado. Por isso, a demanda aqui é mais no sentido de promover um modelo de educação que crie condições para o exercício da crítica, que não reproduza o modelo virtual dos sistemas de recomendação, em que o usuário/aluno sempre aguarda e segue a indicação do próximo item a ser visto/estudado.

De outra banda, não podemos correr o risco de debruçar apenas sobre os ombros da escola mais essa tarefa. O negacionismo é um fenômeno perigoso, que pode contribuir para a precarização da democracia, deslegitimar políticas públicas, influir negativamente no jogo político, suprimir o pluralismo e silenciar determinados sujeitos históricos. Portanto, o seu enfrentamento precisa ser percebido como uma responsabilidade de diversos sujeitos e instituições. Um fenômeno tão complexo, que mobiliza estruturas políticas, sociais, econômicas e, inclusive, interfere nas estruturas cognitivas, demanda soluções amplas e diversificadas. Mas, penso que o enfrentamento precisa mirar nos projetos que lhes dão sustentação e não apenas promover um enfrentamento discursivo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Santo André: Editora Rua do Sabão, 2020.

ONZE canais bolsonaristas lucraram R\$ 10 milhões com propagação de fake news. *Carta Capital*, Brasil, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/onze-canais-bolsonaristas-lucraram-r-10-milhoes-com-propagacao-de-fake-news/>. Acesso em: 29 out. 2021.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik. *Mercaderes de la duda: cómo un puñado de científicos ocultaron la verdad sobre el calentamiento global*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2020.

PORTINARI, Natália. Canais na internet ganharam dinheiro com fake news sobre Covid, informa Google à CPI. *O Globo*, Brasília, 12 jun. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/canais-na-internet-ganharam-dinheiro-com-fake-news-sobre-covid-informa-google-cpi-25058339>. Acesso em: 29 out. 2021.

SANTINI, Rose Marie. *O Algoritmo do Gosto: Os Sistemas de Recomendação On-Line e seus Impactos no Mercado Cultural*. Curitiba: Appris, 2020.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de Plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Portugal: Edições Unipop, 2012.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: "Um Eichmann de papel" e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus, 1988.

A TECNOLOGIA DA MEMÓRIA¹

Data de aceite: 02/06/2023

Marcos Galindo

Professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPE; Coordenador do Laboratório LIBER - Tecnologia para o Conhecimento. Laboratório Liber, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco

Entre a Tecnologia e a Cultura

Os conceitos de Tecnologia e Cultura muitas vezes se sobrepõem reclamando significância gemelar. No texto *Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo* de 1963, Paulo Freire explicava de forma redutora, mas didática, seu entendimento sobre a noção de Cultura, definida como o: “acrescentamento que o homem faz ao mundo, daquilo que a natureza não fez”.

Assim, a cultura emerge como resultado do trabalho do homem. Do seu “esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] cultura é toda criação humana.”²

Essa visão admite como cultura tudo que existe na paisagem que não estava lá antes da intervenção humana, Cultura, todavia, não é só material, abrange aspectos simbólicos que escapam à dimensão atômica da natureza. A música, a matemática, a lógica, são representantes notórios da Cultura, mas não podemos tocar nelas. Elas nos tocam através da inteligência do espírito humano.

A antropologia, fórum por excelência deste debate, acolheu uma definição genérica proposta por Edward Tylor no final do século XIX, na qual a cultura figura como todo “aquele complexo que inclui o

1 Crise da História e assombros da memória, 22 de setembro de 2021, mesa “Memória e Tecnologia”, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Departamento de História.

2 “Descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cancionero popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.” (Freire. 1963).

conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem enquanto membro de uma comunidade.”³ (TYLOR, 1920:1).

Tecnologia, por sua vez, remete ao senso grego de “arte, habilidade, destreza manual”. Pode ser definida ainda como a soma de técnicas, habilidades, métodos e processos usados na produção de bens ou serviços ou na realização da investigação científica, por exemplo. Nesse sentido, comparada à noção de cultura, tecnologia se define como uma das faces da própria cultura, visto que, abrange o mesmo conjunto de significados, acrescido da ideia de ferramenta. Nesse contexto, a tecnologia se enquadra como uma dimensão instrumental da cultura.

Instrumentos são extensões desenhadas para projetar a inteligência humana na dimensão material das coisas. São instâncias artificiais — emulantes de capacidades naturais — criadas para realizar tarefas que se situam para além da capacidade do aparelho corporal humano. Assim, compreende-se que todo instrumento, independente de sua complexidade é uma instância artificial, alienígena à natureza. Sempre será uma criação humana e, também, sempre demandará um aprendizado para seu uso eficiente.

Instrumentos podem ser técnicos, como aqueles facilitadores que potencializam tarefas físicas e as capacidades do corpo, tais como um martelo ou um automóvel. Podem ser também, instâncias lógicas aviadoras de tarefas agentes no mundo da inteligência, e que não possuem existência no plano material, tais como a matemática, a escrita, a ética, a lógica, por exemplo. A combinação entre os instrumentos técnicos e os instrumentos lógicos promovem uma categoria hipercomplexa dos instrumentos tecno+lógicos como os da informática, da automobilística, da construção, da alimentação, entre tantos outros.

Mesmo os instrumentos mais elementares — para além da dimensão ontológica, puramente técnica — portam uma parte lógica. Deste modo, uma simples caneta esferográfica possui uma camada técnica, representada pela carcaça material, pelo reservatório de tinta, pela ponta de tungstênio que permite a distribuição homogênea, dosada e constante de pigmento. Mas essa mesma esferográfica, tem um software, uma parte não material que nos diz, como usar, onde usar, como armazenar aquele instrumento, mesmo quando essa camada tecnológica não está explícita.

Assim, todo instrumento é composto por uma parte que é, em essência, mutante, vigente, em suma, evolutiva que progride para acompanhar as demandas sociais, para realizar com eficiência e produtividade, as tarefas para que foi desenhado, e que chamamos de *hardware*. Mas todo instrumento, independente de sua complexidade, porta uma dimensão que não muda com o tempo, refiro-me àquela parte que preserva as propriedades, conserva o propósito para o qual da ferramenta foi criada e marca a

3 (TYLOR, 1920:1)“CULTURE or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other (capabilities and habits! acquired by man as a member of society.” Tradução nossa. Ver também LARAIA, Roque de Barros. Cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

função social dos instrumentos. Mesmo considerando a imprecisão terminológica vou descrever essa instância como *software*. Essa particularidade é responsável pela fidelidade instrumental, é ela que garante que um instrumento não escape à sua missão, ou quando a mudança é inevitável por imperativos de evolução, muta para permitir a recriação tecnológica, e para criação de novos instrumentos com base na deriva da função social. É essa particularidade que fez desaparecer o arco e flecha, ou melhor, que promoveu a mutação/evolução do instrumento ancestral do arco e flecha, para as armas modernas propulsadas pela química explosiva da pólvora.

Instrumentos criados pelo homem emulam as capacidades naturais dos instrumentos nativos do corpo. Marshal McLuhan explorou exaustivamente a condição tecnológica humana, e desenvolveu um modelo teórico no qual os instrumentos figuram como extensões do corpo e das faculdades humanas. Registrou McLuhan, “quer se trate das roupas, habitação, quer se trate dos tipos mais familiares de tecnologias, como as rodas, os estribos, que são extensões de várias partes do corpo.” E conclui: “a necessidade de amplificar as capacidades humanas para lidar com vários ambientes dá lugar a essas extensões tanto de ferramentas quanto de mobiliário.” (MCLUHAN, 2005, p. 90). Na teoria de McLuhan, nada seria mais humano, nada mais caracterizaria a humanidade que os artefatos humanos “língua, leis, idéias, hipóteses, ferramentas, vestuário, computadores” todos, extensões do corpo físico”⁴ (Ibid, p. 335 e 341). Essa assertiva é repetida de diversas maneiras e variadas formas por muitos pesquisadores. Noam Chomsky define a linguagem como um recurso cognitivo e enfatiza: “é um elemento central da natureza humana: é provável, inclusive, que seja o elemento que nos distingue. (...) e que dá aos seres humanos uma extraordinária vantagem cognitiva” (CHOMSKY, 2014, p. 25)

Assim, para efeito de nosso debate, aqui emerge a ideia que põe a cultura como esse corpo genérico de realizações que o homem acrescenta à natureza e a tecnologia como a instância instrumental que viabiliza a transformação da natureza através de extensões da técnica e da lógica humana. Apesar de redutora, essa amarração nos ancora no leito do vasto oceano das ideias, permitindo um pouco de estabilidade nesse mar de correntes e ventos insondáveis.

O terceiro ponto que reclama esclarecimento e desambiguação é o campo que intersticial que envolve a memória e a história, a informação e o conhecimento. Como explicou-nos Carlo Borghi “As memórias dos sucessivos ‘presentes’ ou dos sucessivos ‘agora’ [...] como sabemos são a base da ciência que é a história” (BORGHI, 1967, p.30). Como qualquer instrumento, a memória é um reflexo de uma faculdade biológica que permite a fixação daquilo que apreendemos no acervo da cultura. Destarte, a memória pode ser vista como um tipo de biomáquina que congela o tempo na forma de registros.

4 Quaisquer extensões humanas são expressões de nosso ser e, em essência, literalmente lingüísticas. Quer se trate de sapatos ou de bengalas, de zíperes ou de tratores, todas essas formas são linguísticas na estrutura e exteriorizações ou expressões do homem. Têm sua própria sintaxe e gramática, como qualquer forma verbal. [...] não há diferença entre hardware e software, (nem) entre tecnologia verbal e não-verbal. (MCLUHAN, 2005, p. 341).

Por excelência, ela é o único artefato da cultura capaz de promover a comunicação entre gerações separadas no tempo e no espaço. A memória não permite conversas síncronas como na comunicação presencial, mas viabiliza um monólogo seminal, através do qual, os espíritos do nosso tempo escutam as vozes do passado para construir um futuro presente.

O historiador Carlo Ginzburg escreveu, certa feita, que o ofício do historiador podia ser comparado ao trabalho do detetive, o que ele chamou de paradigma indiciário,⁵ em que ambas as profissões deveriam solucionar problemas, coletando evidências, analisando provas, questionando fatos, depoimentos e discursos. Procedendo dessa forma, lograva construir uma cadeia de raciocínio, na qual cada peça desse quebra-cabeça, gradativamente se encaixava para, assim, fornecer novas formas de interpretar e compreender acontecimentos históricos.

A memória está ligada ao sistema de saberes da história, talvez um campo teórico preso ao mesmo ramo da árvore do conhecimento, mas, por se servir de métodos e práticas científicas diferentes, acaba produzindo frutos distintos. Julio Pinto (*apud* COGO, 2011) faz uma distinção fundamental para o entendimento da memória. Segundo este autor, ela “recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica”. Enquanto a história busca produzir análise crítica e conhecimento racional (*ibidem*, 2011) através da exposição lógica dos acontecimentos do passado, com base no testemunho de fontes, a memória; todavia, há de ter-se em mente que a memória não é um órgão singular de recomposição, com o qual o passado torna à vida.

Enfim, pode-se dizer complementarmente que a memória é a ciência das cicatrizes, das marcas construídas durante o desenvolvimento dos seres culturais. Como se percebe na reflexão de Carlo Borghi, o presente é resultante das interações e da responsividade, onde cada objeto é causa de outros efeitos sobre todos os outros. Sobre este princípio mais bem explicado no ensaio *Fenomenologia e definições da dimensão temporal*, Carlo Borghi escreveu: “Podemos dizer que o passado é o conjunto das memórias dos efeitos que estão condicionando o presente, e, por causa das interações deles, o presente é indeterminando.” (BORGHI, 1967, p.30)

Outro importante aspecto levantado por Carlo Borghi, nos alerta para o fato de que, em que pese a condição instrumental, muitas vezes a memória não é produzida pelo homem de forma intencional, mas utilizada por ele em benefício social. Lembra Borghi: “Ainda uma vez, o nome ‘memória’ deve induzir no erro de crer que cada memória seja ‘memória consciente’, pelo antropomorfismo que é o pendor natural das nossas interpretações.” E conclui: “Um golpe de cinzel deixa uma memória de si sobre o objeto que recebeu o golpe, mas também o cinzel é um pouco deformado por cada golpe, e cada golpe que ele dá agora leva consigo a memória de cada golpe anterior.” (BORGHI, 1967, p.30)

5 Sobre o paradigma indiciário, ver “Morfologia e história”, capítulo 1 de *Mitos, emblemas, sinais* (1989) de Carlo Ginzburg.

Um ensinamento amplamente difundido na tradição filo-religiosa hinduísta diz: “Sê como o sândalo, que perfuma o machado que o fere.” De modos diferentes, tanto a metáfora do malho e o cinzel, quanto a da lâmina e o sândalo, nos levam a entender, que a interação deixa marcas em sua passagem. A memória depende destas marcas, das narrativas para construir a permanência de suas representações simbólicas.

Ainda, sobre a formação do registro, cabe lembrar que a memória também é produzida naturalmente, como, por exemplo, no registro paleontológico, que, apesar de ter sido formado em processos geológicos, o homem se apropria de sua linguagem, a interpreta, e a partir da escrita natural constrói conhecimento novo.

Memória como tecnologia

A visão instrumental mostra-nos as ferramentas da tecnologia como instâncias desenhadas para lançar a inteligência humana na dimensão material das coisas. Projetadas artificialmente para realizar ações técnicas, que viabilizam tarefas impossíveis ao aparelho biológico, e lógicas, que aviam tarefas no mundo da inteligência, que não possuem existência no plano material.

Com McLuhan, entendemos os instrumentos como extensões, ou melhor como a evolução natural de nossas capacidades naturais. Somos portadores de ferramentas nativas, como unhas e dentes, por exemplo, que têm função muito específica de cortar, segurar, dilacerar. No célebre postulado “A arte imita a natureza”⁶, Aristóteles se serve de conceitos como: “arte” (*techné*), “imitação” (*mimesis*) e “natureza” (*physis*) para explicar que a inteligência escolhe sempre o caminho de imitar a natureza. No caso específico, a evocação aristotélica acima refere-se à ideia de que a técnica procura mimetizar no artefato manufaturado a essência e propriedades da coisa natural. Se a arte imita a vida como queria Aristóteles, instrumentos, são a arte da *techné*, que emulam a natureza dos humanos e potencializam sua capacidade de solução. Isso explicaria, por exemplo, que uma faca imita uma garra que a evolução subtraiu em seu percurso, nos humanos modernos. Uma máxima dos anos 1980’s, celebrizada pelo astrofísico Carl Sagan na série Cosmos diz: “O nitrogênio em nosso DNA, o cálcio em nossos dentes, o ferro em nosso sangue, o carbono em nossas tortas de maçã, foram produzidos no interior de estrelas em colapso.” Somos pó das estrelas, somos a própria natureza.⁷

A natureza da memória muitas vezes confunde o observador visto que, ao tempo que é uma disciplina, um campo de lavra teórica, também é propriedade fisiológica que qualifica define a humanidade. Para o pensador coreano Byung Chul Han, na memória “o passado se modifica constantemente. É um processo progressivo, vivo, narrativo.” (CHUL HAN, 2017, p.19). Instrumentos naturais como a memória biológica são projetados/

⁶ Vide Física de Aristóteles, livros II, 2002.

⁷ “The nitrogen in our DNA, the calcium in our teeth, the iron in our blood, the carbon in our apple pies were made in the interiors of collapsing stars.” – Carl Sagan

materializados na forma de artefatos da inteligência como livros, filmes e dados digitais que atuam emulando em meio atômico a tarefa natural da conservação da informação armazenada a nível molecular. A memória registrada nos artefatos é, portanto, extensão do pensamento humano, no mais *stricto sensu* macluhaniano.

Até onde se tem conhecimento, os humanos são os únicos seres vivos que produzem memória extrudida a partir desta fisiologia, na forma de narrativas ou exo-memórias. Foi Garcia Gutierrez que pela primeira vez definiu a noção de exomemória. Para esse autor, somos a única espécie que registra sua própria memória em interfaces documentais. Criamos próteses mentais ou exo-memórias com o fim deliberado e sistêmico de desonerar o aparelho cerebral, armazenar inteligência para fins científicos, econômicos, sociais e para geração de conhecimento novo⁸. Permitimo-nos, portanto, uma classificação inicial para as memórias como as interna ou bio-memórias e as memórias externalizadas, projetadas em narrativas e registradas em suportes tecnológicos que chamaremos de exo-memórias.

Nas duas últimas décadas, houve uma verdadeira revolução em nossa compreensão sobre a memória biológica. Neurocientistas e biólogos têm boas razões para acreditar que todas as atividades da mente emergem do encéfalo, bem como dos processos que se dão nessa parte especializada de nosso organismo quando aprendemos e lembramos. A máxima "*Cogito, ergo sum*" (penso, logo existo.) passa a ideia cartesiana de que somos humanos porque somos capazes de pensar. As recentes descobertas nesse campo mostram, entretanto, que existimos, não apenas porque pensamos, mas porque somos capazes de aprender e gerar novos significados a partir da memória (DAMÁSIO, 1994). Como enfatizaram, Larry Squire e Eric Kandel em *Memória: da mente às moléculas*: "Não somos aquilo que somos simplesmente porque pensamos. Somos aquilo que somos porque podemos lembrar aquilo que pensamos." (SQUIRE, 2003, p. 14).

Essa sutileza é fundamental para compreensão da memória. Para esses autores, a humanidade deve seus mais importantes avanços sociais à capacidade de registrar e armazenar experiências (memória) permitida pela evolução e especialização dos nossos encéfalos. Para esses autores, a memória é considerada como "o cimento que une nossa vida mental, o arcabouço que mantém nossa história pessoal e torna possível crescermos e mudarmos ao longo da vida." (SQUIRE, 2003, p. 14). Essa dinâmica é melhor perceptível diante de problemas fisiológicos, como a perda da memória agenciada pelo mal de Alzheimer, que retira das pessoas afetadas a capacidade de recriar o passado e, como consequência, se perde a "conexão com nós mesmos e com os outros." (SQUIRE, 2003, p. 14). Patologias que afetam a memória muitas vezes deixam efeitos visíveis apenas no aspecto intelectual. Privando o espírito da memória, perde-se a identidade que nos conecta e gera pertencimento nos circuitos sociais. Sem ela, desfaz-se a racionalidade adquirida

⁸ Para Garcia Gutierrez, a noção de exomemória se apresenta como um genérico que abraça "todas as inscrições humanas, em suporte físico ou digital, sejam eles conhecimentos ou lembranças." (GARCÍA GUTIÉRREZ. 2006). Extrato de conferência proferida no Seminário Unesco Chemins de la pensée. Rio de Janeiro, 1-2 junho 2006. Tradução de Nemézio Amaral Filho.

na evolução.

A memória também é a matéria prima com a qual se constrói o sentido de identidade, tanto coletivo quanto individual, como fruto de um trabalho de representação do fenômeno social de construção constantemente negociada.⁹ Para o fisiologista alemão Ewald Hering (1834–1918), pioneiro dos estudos da memória biológica: “A memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário [...] não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos.” (HERING, 1897, p.63). Esse princípio do indivíduo aplica-se confortavelmente à memória das sociedades. A memória é, de muitas formas, responsável por dar liga e substância a identidade das nações.

Para a neurociência, a memória é vista como um processo natural e evolutivo, através do qual o conhecimento aprendido pelos seres vivos persiste na forma de lembrança ao longo do tempo. Nesse sentido, as capacidades do aprendizado e da memória estão inextricavelmente aneladas. Por essa via, também se percebe a intensa conexão entre memória e identidade como propriedade social. É por meio da memória social, aquela partilhada comunitariamente, que adquirimos e disseminamos novos conhecimentos acerca do mundo. Esta circunstância se explica porque a vivência das experiências “modificam nossos encéfalos e, uma vez que aprendemos, é possível mantermos frequentemente o novo conhecimento em nossa memória por um tempo bastante longo, pois alguns aspectos dessas modificações persistem em nosso encéfalo” (SQUIRE, *ibidem*). Desse modo, fica patente que os humanos são humanos, em grande medida graças à capacidade de aprender e lembrar daquilo que incorporamos ao acervo intelectual fisiologicamente registrado.

Conforme esses autores, a maior parte daquilo que sabemos sobre o mundo não estava registrado em nosso encéfalo quando nascemos, mas “foi adquirida por meio da experiência e mantida pela memória”. (ORTEGA y GASSET, 2006: 29). Ortega y Gasset, nos explica melhor essa circunstância, o homem, diz o pensador espanhol: “herda as formas de existência, as ideias, as experiências vitais de seus ancestrais e parte, portanto, do nível representado pelo passado humano acumulado sob seus pés” (ORTEGA y GASSET, 2006: 29).

A memória, porém, é parte de um sistema maior e não apenas um ambiente de registro de experiências pessoais. A memória permite a interoperabilidade de conhecimento com humanos, através da linguagem, e incorporar socialmente novas memórias ao grande acervo que denominamos de cultura. É esse acervo que transmitimos de geração em geração.

A capacidade mais fundamental dos humanos — até onde a genética e a biociência

9 Pierre Nora cunhou a noção de “lugar de memória” na publicação “La mémoire collective” de 1978, desenvolvida em sua produção posterior. Entre 1978 e 1981, em seminários realizados na *École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris*, se debatiam temas como memória e identidade na construção da história da França “a partir de uma abordagem crítica e não-comemorativa”. Esses debates contribuíram para a consolidação no conceito, que aparece formalmente somente com a publicação dos primeiros tomos dos *Lieux de Mémoire* (NORA, 1993).

podem alcançar — é a habilidade de pensar simbolicamente, elaborar significados interpretados do mundo que nos rodeia. A célebre máxima de Ortega y Gasset, “O homem é o homem e suas circunstâncias”, reflete sobre o homem em um mundo dinâmico e metamórfico, no qual a humanidade somente podia ser compreendida a partir do sujeito ativo, que agencia a dinâmica do seu entorno, inserido no contexto de seu tempo histórico¹⁰.

O desenvolvimento da memória antecede a emergência do pensamento simbólico, mas certamente era limitada às demandas dos pré-hominídeos *Sapiens Sapiens*, estes, portadores de sistema de comunicação que inclui linguagem complexa. Esta capacidade exclusiva dos humanos — segundo os estudos do linguista Noam Chomsky — advém da mutação genética havida em uma família de genes denominados Fox P 12, que permitiu, a seu turno, que desenvolvêssemos capacidades singulares como a fala, a linguagem, a expressão gráfica (artística) e a comunicação. Segundo a teoria defendida pelo célebre linguista, esta mutação teria se dado em um único indivíduo, entre 80 e 100 mil anos antes do presente, e se difundido por sua prole, até que, os portadores dessa mutação se tornaram dominantes e ganharam vantagens competitivas suficientes para suplantar os demais símios do gênero homo. (CHOMSKY, 2014, p. 29).

Deste modo, tudo que o homem acresce à natureza, tudo que excede ao mundo natural, é cultural, é devedor desta singular mutação genética e da evolução das capacidades biológicas da memória. Nós humanos somos portadores de um conjunto de capacidades que nos permite observar a natureza, classificá-la em categorias e representar nosso entendimento em interface externa ao cérebro, inteligível a outros seres humanos que dominam o código simbólico de suas representações. Esta especial natureza vicária é privativa dos humanos. Nenhum outro ser da criação é capaz de fazer representar em enunciados simbólicos complexos, abstrações do pensamento.

A expressão é uma projeção representacional da inteligência processual que se materializa no ambiente físico da existência. Assim, como tudo que é traço da humanidade, é vicário de uma outra natureza abstrata que só se realiza socialmente através de suas representações.

A este especial conjunto de representações da cultura, no modal registro — objeto de interesse fulcral da ciência social da informação — denominamos de memória. Este é o lugar de onde falamos, de onde percebemos, exploramos e representamos.

A natureza entrópica do universo, o “*Tempus edax rerum*”¹¹ reifica a ideia do curso inevitável do tempo, independentemente dos humanos, e suas conseqüências na vida em sociedade. Esta noção confronta-se com a natureza antrópica humana que age sobre a natureza mãe, na vã expectativa de converter a entropia que o cerca e o invade. Apesar de contrárias, essas duas faces da natureza não são contraditórias, não anulam uma à outra.

10 O conceito “Eu sou eu e minha circunstância” emerge principalmente nas obras *Meditações do Quixote* (1914) e *O Tema de Nosso Tempo* (1923). ORTEGA Y GASSET, J. *Meditações do Quixote*. São Paulo: Iberoamericana, 1967. ORTEGA Y GASSET, J. *O Tema de nosso tempo*. Madrid: Revista del Occidente.

11 *Tempus edax rerum*, expressão imortalizada pelo poeta Ovídio em *Metamorfosis*.

Da tensão entre o poder desagregador do tempo e o poder construtivo da cultura, resulta a evolução das sociedades.

Cultura e memória são efeitos das manifestações da inteligência. Produzimos conhecimento e memória porque somos animais sociais. Documentar a memória é uma natureza ontológica humana, e guardar a memória armazenada na forma de estoques de conhecimento, produzida pelas gerações que nos antecederam, é parte daquilo que nos faz humanos.

Memória social é um trabalho originalmente coletivo. Não aceita grilhões e não reconhece autorias, é montada pelo poder de agenciadores anônimos como contribuidores e criadores, portadores do dom da sinapse e do *insight*. Os estoques da memória — no senso defendido por Aldo Barreto¹² — são alimentados diuturnamente por exércitos de agenciadores ao redor do mundo, mas carecem do suporte para se manter como recurso ativo no tempo e espaço. Sem a cinética do acesso, a função da custódia é nula e a memória se perde no tempo que tudo devora.

A memória é construída a partir de um fato ou evento histórico social, mas esses eventos não se mantêm sem escoras. Por isso Maurice Halbwachs defendia a ideia de que ela precisava de materialidade para se sustentar no tempo e espaço, e, a única forma de preservar a memória é fixá-la a uma estrutura narrativa, visto que a materialidade perpassa as gerações¹³ (HALBWACHS, 2003, p. 101). Corrobora com Halbwachs o provérbio latino “Verba volant, scripta manent”, as “palavras se vão, os escritos permanecem”.

Sem estes suportadores da memória não haveria história social como a conhecemos, como foi definido por Maurice Halbachs e Michael Pollak.¹⁴ De longe registramos somente, apenas aquela pequena parte do encoberto, que nossa visão limitada nos permite observar. Documentamos memórias para clarear, com filtros pessoais do indivíduo, de modo singular, um olhar. Narramos para estabelecer uma verdade individual, vigente e temporal. Sem narrativas memoriais, cada ser humano seria apenas o porta voz solitário de sua própria existência.

Somente o registro e o acesso à memória dos indivíduos podem levar nossas verdades restritas ao extenso lago da memória social, onde estes registros privados desaguam para se converter em memória coletiva. São os lugares de memória, os arquivos e unidades de memória conforme defendem Pierre Nora (1993); Birger Hjørland (2007); Lorcan Dempsey, (1999) Hjerppe, (1994). As casas de custódia de memória, são organismos criados pela ação social humana para reunir a memória dos indivíduos em memoriais sociais. São elas que, para além da custódia, montam os repositórios e que

12 Segundo Aldo Barreto «estoques de conteúdos de informação» é o termo utilizado para qualificar «toda reunião de estruturas de informação. Estoques de informação representam, assim, um conjunto de itens de informação organizados (ou não), segundo critério técnico, dos instrumentos de gestão da informação e com conteúdo que seja de interesse de uma comunidade de receptores» (BARRETO, 2000).

13 O texto de Maurice Halbwachs diz literalmente: “o único meio de preservar essas lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem” (Halbwachs, 2003, p. 101).

14 POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

tecem os inventários, que, por sua vez, dão lugar à invenção como definiu em feliz momento Lourival Holanda. (HOLANDA, 2019)

Este mandato social não acontece por geração espontânea. Por trás da ação planejada, consciente de ordenar a memória e o conhecimento, reside um algoritmo, um desenho ancestral, inscrito no DNA de cada pessoa, que nos ordena a ordenar, a classificar, custodiar e distribuir memória. É da natureza humana, ser conhecedor do bem e do mal,¹⁵ somos assim por mutação e imposição genética. O DNA faz assim para que sua informação permaneça e se propague no tempo e se expanda no espaço.

Como vimos antes, somos humanos não somente porque pensamos. (DAMÁSIO, *op cit*). Somos humanos porque lembramos e construímos com tecnologia a memória que alimenta a ciência e o conhecimento comum que destinamos as gerações vindouras.

A capacidade de ler é um processo artificial de conquista tardia derivado da capacidade biológica de falar inerente ao ser humano (CHOMSKY, 1994). A leitura, a seu turno, não é um processo geneticamente codificado e, portanto, não é transmitido de pais para filhos. É uma conquista de cinco milênios, recentíssima do ponto de vista da evolução da comunicação e inteligência humana. Se capacitar aos instrumentos da escrita é uma tarefa que se repete arduamente a cada geração e exige trabalho de aprendizado e memória que consome anos.

Por isso, os ancestrais dos povos de tradição hebraica declaravam que no princípio estava o verbo, a partícula de Deus que se traduz como conhecimento. Comer o fruto da árvore do conhecimento, significa ter acesso a essa inteligência social, rizomática, micélica, que resulta da comunicação entre os homens. O verbo é, por excelência, a ferramenta, que nos permite alçar o universo das ideias coletivas através da comunicação, e à formação de complexidades maiores, partições sociais de ideias que se convencionou socialmente chamar de conhecimento.

O Hubble não criou as nebulosas, nem tampouco foi o responsável pela criação do universo, mas foi a ferramenta que tornou possível a visualização da ideia de um mundo complexo. Assim funciona a nova capacidade, a conquista da escrita não criou a humanidade, mas instrumentalizou a difundir ideias em larga escala, e ampliou a condição natural humana de reconhecer as coisas, abstrair sentido delas, formar opinião e comunicar, de modo que o sentido particular dos indivíduos e comunidades possa a ser socializado e processado (renderizado) por uma coletividade. Destarte, a humanidade não é uma coisa em si, é um processo contínuo de construção da civilidade, através da consciência. Os valores da humanidade são parte de um processo em permanente evolução.

Em um dado momento da evolução a fala e a linguagem se encontram em um estágio de maturação que permite a criação de novos instrumentos de comunicação. A escrita surge nesse contexto de extrusão do conhecimento do plano fisiológico para o

¹⁵ Ora, Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão, e vós, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal!" Gênesis 1:26

mundo material na forma de registros codificados e recuperáveis de projeções culturais.

A esse processo de extrusão do conhecimento fisiológico e projeção para o mundo atômico da matéria, chamamos de representação complexa, porque ele representa, de modo linear, fragmentar, sintético, datado, um conhecimento dinâmico. A linguagem e a escrita aprisionam as ideias, processam significados pasteurizados, para que eles possam sobreviver (na condição de semente) no ambiente hostil da matéria.

Esse novo plano das ideias é o voo da *crisálida* que permite o armazenamento, padronização, conservação das propriedades de autenticidade e o escrutínio social partindo de bases fatoráveis e verificáveis. A canonização do conhecimento ganha na dimensão material das ideias, escala e produtividade. Muitos homens renderizam e processam significados em um sistema socialmente distribuído, de forma precisa e ordenada, que não seria possível a um único indivíduo. Nesse aspecto, somos biomáquinas processadoras de conhecimento.

Importa aqui, reiterar, que há, então, no mundo do conhecimento, dois grandes corpos de inteligência. A inteligência fisiológica e social, nativa, pertinente a todos os humanos, e o corpo formado pelo acúmulo dos registros passados, produzidos no decurso da história da humanidade. Esse magnífico acervo do conhecimento humano é visível a partir do somatório dos registros ancestrais de vidas extintas, inscrito sobre os restos das muitas inteligências que viveram e morreram no passado. Por esta razão, Ortega y Gasset diz: “principiamos do passado acumulado sobre nossos pés” (ORTEGA y GASSET, *ibidem*)

A memória como registro é uma fronteira sem arquiteturas, um campo aberto não aventurado pelas ciências. Até bem pouco tempo, não havia instrumentos que permitissem enxergar essa dimensão em sua complexidade sistêmica. Não havia ainda ferramentas que nos permitissem abstrair de sua sintaxe as propriedades emergentes de um complexo sistema da inteligência em sua dimensão registral.

Penetrar na razão secreta dos fenômenos da inteligência não é possível apenas com os instrumentos das Ciências Sociais Aplicadas. A memória estudada pela Ciência da Informação moderna parte do conhecimento permitido pelos avanços de Paul Otlet, mas o repertório das possibilidades permitido pelas Ciências Cognitivas e biológicas se mostram como uma nova e promissora fronteira a ser explorada, provendo *insights* mais profundos e produtivos que a visão cortical e analítica oferecida pelas ferramentas da documentação. Estudar a ciência dos esqueletos da inteligência é uma tarefa para as metodologias das ciências cognitivas afeta ao domínio das ciências naturais, tal qual propõe Noam Chomsky para as ciências da linguagem (CHOMSKY 2014:14).

Se consideramos a ciência da memória como uma ciência natural, objetiva, que trata da memória como um sistema de base biológica que evoluiu para prover representação simbólica para uso social na forma de instrumentos de comunicação tecnológica, uma teoria para a memória teria, necessariamente, que partir de uma teoria mais ampla da natureza humana que abrace a memória.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Física de Aristóteles, livros I e II, Clássicos da Filosofia (Cadernos de Tradução nº 1, Campinas, FCH/Unicamp, 2002).

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os Agregados de informação - Memórias, esquecimento e estoques de informação. *Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação* - v.1n. 3 junho de 2000. Disponível em: <http://www.alternex.com.br/~aldoibct>. Acesso: 18/09/2012, 20hs28min.

BORGHI, Carlo. Fenomenologia e definições da dimensão temporal. *Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, Vol. 7, ns. 2-3, 1-211 P- 1.40 abril/set. 1967. Acesso em 11 março de 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/255165/41968>

CASTELLS. Manuel. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHOMSKY, Noam. *A ciência da linguagem: conversas com James McGilvray* / Noam Chomsky; tradução Gabriel de Ávila Othero, Luisandro Mendes Souza, Sérgio de Moura Menuzzi. - 1.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COGO, Rodrigo. *Memória como recuperação da história vivida*. Ensaio publicado em 18 de maio de 2011 na página da Associação Brasileira de Comunicação empresarial – ABERJE. Acesso em 25 de junho de 2021. Disponível em <https://www.aberje.com.br/?coluna=memoria-como-recuperacao-da-historia-vivida>

DAMASIO, A. R. *Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain*. Putnam Publishing Group, New York, 1994.

DESCARTES, R. (1637). *The Philosophical Works of Descartes*, traduzido por Elizabeth S. Haldan e G. R. T. Ross, vol. 1. Cambridge University Press, New York, 1970.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dez.2002, p.314-332.

FREIRE. Paulo. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. In: *Revista de Cultura da Universidade do Recife*. Recife, Universitária, número 4, abril-junho de 1963.

GINZBURG, Carlo *Morfologia e história* o capítulo 1 Mitos, emblemas, sinais, de Carlo Ginzburg. 1989.

HERING, Ewald. *On Memory: The specific energies of the nervous system*. 2 ed. Chicago. The Open Court Publishing Company (London: Kegan Paul, trench, Truebner & co.) 1897. Acesso em 05 /01/2022. Disponível em <https://archive.org/details/onmemoryspecific00herich>

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HJØRLAND, Birger. 16-01-2007. http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/memory_institutions.htm. Capturado em 12/10/2012.

HJØRLAND, Birger. Documents, Memory Institutions and Information Science. In: *Journal of Documentation*, Vol. 56, No. 1, January 2000. Acessível em: [http://iva.dk/bh/Core Concepts in LIS/articles a-z/Documents_memory institutions and IS.pdf](http://iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/Documents_memory_institutions_and_IS.pdf). Capturado em 12/01/2022.

HOLANDA, L. Memória: multiplicidade e permanência. *IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 17-25, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93391>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora da USP, 1972.

MCLUHAN, Marshall. *McLuhan por McLuhan: conferências e entrevistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

NORA, Pierre. *Entre história e memória: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NORA, Pierre (1978). *La mémoire collective*. La Nouvelle Histoire. Paris: Retz-CEPL. pp. 398–401

NUNES DA SILVA, Maria Beatriz. PE e a cultura da ilustração. Recife, Editora Universitária, 2013. Página 143

ORTEGA y GASSET. José. *Missão do bibliotecário!* Tradução e pós-fácio de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

PEREIRA, V. A. Consciência e memória como objetos da comunicação: o approach de Marshall McLuhan. in: Revista FAMECOS, n° 24. Porto Alegre: julho 2004.

PINTO, Júlio Pimentel. *Todos os passados criados pela memória*. In: LEIBING, Annette; BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle (Orgs.). *Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória*. São Paulo: Mandarim, 2001. p.293-300.

SQUIRE, Larry R. *Memória: da mente às moléculas* / Larry R. Squire e Eric R. Kandel; trad. Carla Dalmaç e Jorge A. Quillfeldt - Porto Alegre. Artmed,2003.

TYLOR. Edward Burnnett. *Primitive Culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion language, art, and custom*. vol. 1. 6.ed. London. John Murray ed. 1920. Acesso em 23 de dezembro de 2021. Disponível <https://archive.org/details/primitiveculture01tylouoft/page/n17/mode/2up?view=theater> .

NO PRINCÍPIO DA MEMÓRIA, A HISTÓRIA: NOTAS SOBRE O ELOGIO DA MISSÃO FRANCESA NA HISTORIOGRAFIA USPIANA (1940-1950)

Data de aceite: 02/06/2023

Diego José Fernandes Freire

Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) e professor da Universidade Potiguar (UNP) e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte (SEEC-RN); Link do currículo lattes em: <http://lattes.cnpq.br/7824839450030326> .

I

Em fins de 1994, uma expressão historiográfica surgiu entre os historiadores e as historiadoras do Brasil, gerando, a partir de então, acirrados debates (MALERBA, 2002, p. 181-214): escola uspiana de história. O vocábulo, tanto com pretensões conceituais quanto como dado da realidade, veio à tona quando três historiadoras do Departamento de História (DHIS) da Universidade de São Paulo (USP) foram instadas a escrever sobre os 60 anos do referido lugar institucional. Nesta conjuntura de comemoração, Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini assinalaram a existência de uma escola uspiana de

história, isto é, de “uma tradição de pesquisa diferenciada”, de “um estilo profissional de trabalho” (CAPELATO ET AL, 1994, p. 356), sustentado, singularmente, na vinda de mestres franceses que teriam fundado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP em 1934.

Na ótica das autoras, “a tradição francesa” teria marcado o DHIS da USP, definindo inclusive um “perfil acadêmico, de 1934 até o início da década de 1970”, quando “novos padrões de produção científica passaram a vigorar, com parcial influência do modelo norte-americano” (CAPELATO ET AL, 1994, p. 350). Durante várias décadas, os ditos mestres franceses teriam imprimido um “modo francês de fazer história” (CAPELATO ET AL, 1994, p. 356) em seus discípulos brasileiros, com os quais passaram a conviver proximamente durante o período em que estiveram lecionando no Brasil. “Preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental” (CAPELATO ET AL, 1994, p. 351) seriam os traços de tal matriz francesa formadora dos historiadores e das

historiadoras que se graduaram na USP durante as décadas iniciais do século passado. A própria marca dos *Annales* não deixaria de estar aí presente, vinda com os franceses e assimilada pelos brasileiros de maneira entusiasmada.

Muito já se falou a respeito tanto da fundação do curso de história da FFCL - USP quanto sobre a relação entre a historiografia desenvolvida neste local de ensino e a *école des Annales* (ROIZ, 2012; D'ALÉSSIO, 1994). O papel da dita missão francesa nos cursos de história (MARTINEZ, 2002), o fazer pedagógico e historiográfico dos elevados mestres que ocuparam as cátedras de História (COSTA, 2018), as disputas institucionais e políticas das cátedras (RODRIGUES, 2012), o perfil discente das primeiras turmas (ROIZ, 2007) foram e são alguns dos temas abordados por historiadores e historiadoras em pesquisas de fôlego nas últimas décadas (COSTA, 2020, p. 121-145). O que parece estar ainda em aberto, contudo, é justamente o momento em que uma memória enaltecida da influência francesa no curso de história da USP começou a se formar, circulando pelos interstícios do departamento e modelando várias práticas e discursos.

O texto de Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lucia Amaral Ferlini não representa, de modo algum, tal nascedouro. No momento em que estas autoras realizaram a graduação e a pós-graduação em história na USP, entre os anos 1960-1980, já circulava uma tradição memorialística de forte elogio ao legado francês. O escrito de 1994 destas historiadoras evidencia na historiografia uspiana uma espécie de ressaca memorialística pró-herança francesa. Nos idos de 1990, a memória dos mestres franceses já estava estabelecida e consolidada, ao ponto de estruturar falas e escritos sobre o passado da historiografia brasileira, para além dos muros da Universidade de São Paulo.

Na mesma edição em que o texto a respeito da escola uspiana de história apareceu, veio junto com ele uma entrevista com Fernando Novais, sugestivamente intitulada “Braudel e a missão francesa”, a qual se iniciava com a seguinte pergunta: “Qual a contribuição dos historiadores franceses e dos cientistas da França para a evolução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras?” (ESTUDOS AVANÇADOS, 1994, p. 161). A resposta do entrevistado mobilizou um discurso igualmente já dado, ao destacar o papel fundamental dos franceses na área de história: “Jean Gajé, Émile Leonard, Émile Coornaert e, naturalmente, Braudel. Todos eles de primeira qualidade” (ESTUDOS AVANÇADOS, 1994, 1964). Eduardo de Oliveira França, ex-aluno e ex-assistente de professores franceses, foi outro entrevistado que se valeu de uma memória francófona para positivar o legado de Braudel e Cia. Ao final, nos dois depoentes, creditou-se ao estrangeiro a modernização das ciências sociais no Brasil, replicando uma explicação exógena para grandes transformações nacionais.

Diante desta descarga memorialística enaltecida dos franceses, cabe levantar alguns questionamentos, ampliando o que já se sugeriu: como e quando surgiu tal memória? Quais foram os seus artífices? Que transformações ela passou ao longo do tempo, até ser veiculada como que oficialmente pelo Departamento de História da USP nos anos de 1990? De que modo ela se relaciona com a historiografia brasileira contemporânea, chegando,

inclusive, a se generalizar para toda a História no Brasil?

Tais são as possíveis questões a se abordar e para as quais o presente ensaio tentará conceder algumas contribuições. Nesse sentido, as próximas linhas tentarão abarcar um momento preciso da memória disciplinar em foco, qual seja, o seu alvorecer, a sua primeira aparição institucional, a ocasião em que se organizou e se disseminou pioneiramente uma enunciação favorável ao legado francês na historiografia uspiana, em particular, e brasileira, em geral. Desse modo, o texto a seguir traz à luz um relato inaugural, entendido e analisado como um *texto primeiro*, isto é, como um discurso fundador de uma dada memória disciplinar e institucional, o ponto inicial de narrativas aparentadas, “um discurso que renasce em cada um de seus pontos, que reaparece sem cessar, em todo frescor, a partir das coisas, dos sentimentos ou dos pensamentos” (FOUCAULT, 2012, p. 22).

II

A origem é mítica, o começo é histórico.

Paul Ricoeur.

Segundo Fernanda Peixoto Massi, a vinda de docentes da França para fundar cadeiras nos cursos de história e geografia, filosofia e sociologia na USP encerrou-se formalmente nos últimos anos de 1940, após pouco mais de uma década de cooperação franco-brasileira. O retorno de Jean Gajé no final do ano letivo de 1946, após reger a cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, pode servir como marco conclusivo deste empreendimento cultural diplomático entre a França e o Brasil. Ainda conforme a supracitada autora, “a partir dos anos 50 os brasileiros formados pela Universidade passaram a ocupar as cadeiras deixadas pelos franceses” (MASSI, 1981, 14). Foi nesta conjuntura institucional nova que uma memória sobre a presença dos franceses começou a ser construída e veiculada no DHIS da USP.

Nesse sentido, destaca-se a figura de Eurípides Simões de Paula, aluno das primeiras turmas do curso de história e geografia da USP, ex-assistente de Fernand Braudel e Jean Gajé, nomes que integraram a segunda e a terceira fases da missão francesa, respectivamente. O último, aliás, foi o orientador formal de sua tese de doutoramento, defendida em 1942 e denominada *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*. Em 1946, Eurípides Simões de Paula substituiu seu orientador francês, ao assumir a cátedra de História da Civilização Antiga e Medieval, após concluir o trabalho *Marrocos e suas relações com a Ibéria na Antiguidade*. Como alguém profundamente ligado aos mestres franceses, ele foi o principal artífice de uma memória consagrada do legado francês na historiografia uspiana que então começava a se afirmar.

Quatro anos após a partida de seu mestre, Eurípides Simões de Paula foi convidado a ministrar a aula inaugural da FFCL da USP, no salão nobre da instituição, então sediada

na famosa Rua Maria Antônia, centro pulsante da capital paulista. Como catedrático mais novo, caberia ao historiador falar para uma plateia formada por docentes e discentes ligados aos mais variados cursos de licenciatura, tais como filosofia, sociologia, história e geografia, mas também letras, química, matemática e pedagogia. Diante deste auditório multidisciplinar, o ilustre convidado escolheu a temática “a história e o seu ensino nesta faculdade” (DE PAULA, 2009, p. 75-84), como forma de contemplar um denominador comum entre todos os ouvintes, o qual apontava para o “desenvolvimento das ideias e práticas” (DE PAULA, 2009, p. 75-84) ministradas na FFCL. Com estas pretensões, no dia 11 de março de 1949, Simões de Paula, institucional e pioneiramente, começou a articular uma memória positivadora daqueles docentes que recém tinham deixado a Universidade de São Paulo. Registre-se que na ocasião da aula Simões de Paula ocupava a posição de vice-diretor da FFCL, cargo no qual se situou entre 1947-1950.

A escolha por tal temática é por deveras sugestiva, como se o palestrante desejasse indicar que os franceses, antes de tudo, teriam influído no ensino das matérias das quais se ocuparam. Atividade relacional, todo ensino pressupõe uma aprendizagem, um contato entre aquele que ensina e um outro que aprende. Franceses e brasileiros estariam, assim, em relação, partilhando um contato (bem como um contrato) pedagógico. Daí a metáfora do mestre e dos discípulos. Diante de licenciandas e licenciandos, Simões de Paula trazia a experiência do magistério daqueles professores que foram os primeiros a fornecer lições de história aos alunos e alunas da USP. Com isso, era como se o detentor da fala revelasse ao seu público com quem ele aprendeu o que na época ensinava. Lugar de destaque maior não se poderia dar aos franceses em tal situação de fala.

Seu discurso já começa prestando tributo a um historiador francês, Lucien Febvre, o qual seria a inspiração maior do pronunciamento. Disse o orador:

À guisa de modelo inspiramo-nos na magnífica aula inaugural que o mestre Lucien Febvre pronunciou em 1941, durante a feroz ocupação do solo de França pelo invasor nazista, aos alunos da École Normale Supérieure de Paris. Muitas de suas ideias aqui estarão consubstanciadas. Começa Lucien Febvre afirmando que a História é uma” (DE PAULA, 2009, p. 75).

Desenvolvendo longamente a concepção febvreaana segundo a qual a história é um conhecimento cientificamente conduzido a respeito do homem em sua dimensão social e temporal, Simões de Paula atribuiu o enraizamento destas lições historiográficas na USP aos mestres franceses. Estes teriam atuado como um verdadeiro elo entre Lucien Febvre e o corpo discente uspiano de história.

Assim foi feita a ligação historiográfica entre França e Brasil: “todas essas ideias nós a ouvimos dos nossos mestres franceses que, desde 1934, estão colaborando com as nossas autoridades universitárias na ereção de uma verdadeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (DE PAULA, 2009, p. 79). Discípulos de Lucien Febvre, os mestres franceses do curso de história da USP seriam os responsáveis não só pela conexão do

Brasil com os *Annales*, como também seriam um dos construtores da própria instituição universitária na sociedade brasileira. Da historiografia brasileira para a cultura acadêmica no país, os mestres da *douce france* deveriam ter seus nomes igualmente escritos na história educacional e científica do Brasil.

Em seguida, de forma linear e progressiva, acompanhando ano a ano, o orador dedica parágrafos para evocar cada um dos três principais professores estrangeiros: Émilie Coornaert (1886-1980), Fernand Paul Braudel (1902-1985) e Jean Gajé (1902-1986). Sobre o primeiro, anuncia que “em 1934, tivemos a honra insigne de sermos discípulos do professor do *collège de France*, um grande especialista em história econômica da Idade Média, principalmente do interessante problema das corporações de ofício” (DE PAULA, 2009, 79). Ex-aluno de Émilie Coornaert, Simões de Paula coloca-se na condição de discípulo que relembra o mestre para uma plateia que não teve o privilégio de seu aprendizado. Instruindo a audiência, a mistura pedagógica entre passado e presente segue com os demais ilustres missionários:

De 1935 a 1937 e, ainda, em 1940, tivemos entre nós o professor Fernand Paul Braudel, da École des Hautes Études da Sorbonne, grande conhecedor da história moderna, principalmente do século XVI na Península Ibérica, e que há pouco mais de dois anos defendeu brilhante tese de doutoramento, depois de permanecer cinco anos num campo de prisioneiros de guerra e ter aí, como Henri Pirenne na 1 Guerra Mundial, organizado uma verdadeira universidade [...] de que foi reitor (DE PAULA, 2009, p. 79).

O modelo memorial do orador parece operar não só com os fatos idos, ocorridos na primeira década de funcionamento da USP, mas também com o tempo recente, próximo. Com isso, o auditório estudantil fica mais familiarizado com o sujeito lembrado, facilitando, pois, a identificação. Por fim, com o último nome da trinca francesa fundadora do curso de história, a mesma relação de proximidade é buscada:

De 1938 a 1945, esteve entre nós o professor Jean Gajé, da Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo, não menos notável que os seus antecessores. Só os que se dedicam ao estudo da Antiguidade, principalmente ao período Augusto, é que podem fazer ideia do valor desse professor no campo da epigrafia e da arqueologia romana (DE PAULA, 2009, p. 79).

A linguagem do “nós”, típica do discurso institucional, comparece também para estabelecer uma vinculação direta entre o orador, a plateia e o objeto do discurso, unificando todos os nomes próprios ali presentes, direta e indiretamente. A fala de Eurípides Simões de Paula age no intuito de criar uma só voz, um único coro, como se emergisse um som homogêneo do passado.

Após detalhar os principais partícipes da missão francesa, chegou a hora de arrematar todas as figuras citadas:

Assim, tivemos, desde 1934, durante 14 anos, um estudo de história orientado mais para os estudos econômicos e sociais do que para outros setores, formando, pois, uma bela unidade, responsável sem dúvida pela

homogeneidade que se nota entre os jovens professores de História formados pela nossa faculdade (DE PAULA, 2009, p. 80).

Pela periodização apresentada, a época dos mestres franceses não estava distante no tempo. Ao invés do afastamento temporal, o que se vê na aula inaugural é a justaposição de épocas: a do orador e a da plateia, as quais se fundem e garantem um espírito de corpo. Na temporalidade do discurso do orador, a missão francesa vai até o presente de 1949, prolongada no tempo, como se fizesse parte da atualidade de todos que estavam ali na aula inaugural do ano estudantil de fins de 1940.

Dessa forma, assegura-se a presença do passado no presente de forma viva e vibrante. O discípulo nunca esquece o mestre, a quem rende graças, mantendo o seu legado sempre vivo. A memória do mestre instituía uma política de lembrança do passado por parte do discípulo. O mestre, sempre atual, viveria em seus discípulos. Um se eterniza através do outro (RANCIÈRE, 2002, p. 94). Assim como o presente liga-se ao passado, o aprendiz vincular-se-ia a quem lhe ensinou os primeiros preceitos. A relação é, antes de tudo, pedagógica, de formação de discípulos e herdeiros. Uma áurea formativa, baseada em uma relação de ensino-aprendizagem entre docente e discente, marcou desde o início o aparecimento da memória pró-mestres franceses na FFCL da USP.

A força de tais lentes oriunda ou oriundas do Velho Mundo teria irradiado para além das cadeiras que ocuparam, garante Simões de Paula. As disciplinas relacionadas à história do Brasil e à história da América teriam incorporado a mesma orientação historiográfica trazida da França, a despeito de não terem sido fundadas por nenhum integrante da missão francesa. Como prova, o regente da aula magna cita o exemplo de Astrogildo Rodrigues de Melo, que “tem procurado desenvolver o ensino recebido de seus mestres” (DE PAULA, 2009, 80). O mesmo também valeria para os catedráticos Afonso D’Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior, que, em História da Civilização Brasileira, “tomaram também o mesmo rumo que as outras suas companheiras” (DE PAULA, 2009, p. 80). A lição não ficou apenas com os catedráticos herdeiros dos franceses: abraçou-se, tamanha foi a sua força.

Ao trazer estes dois nomes nacionais como professores igualmente influenciados pela historiografia francesa, Simões de Paula eleva ainda mais a ação fertilizadora dos mestres, responsáveis de fato pela formação de uma cultura universitária de alto valor na cidade de São Paulo. Daí porque todos os participantes da USP deveriam trazer sempre “os últimos ensinamentos e as experiências da ímpar cultura francesa” (DE PAULA, 2009, p. 80). Logo, a memória dos mestres franceses não poderia ser esquecida, de modo que Simões de Paula, com sua aula inaugural para os estudantes da FFCL, abrindo o ano de 1949, procurava justamente cumprir tal esforço. Uma vez realizado este intento, a memória francesa uspiana ganharia novos guardiões, homens e mulheres que garantiriam uma maior perenidade histórica para os nomes de Émilie Coornaert, Fernand Paul Braudel e Jean Gajé.

Desse modo, o pronunciamento de Eurípides Simões de Paula não inaugurou

apenas o ano letivo de 1949 para os estudantes da FFCL da USP. Sua fala marcou também um primeiro momento de entrada institucional da memória francesa no meio universitário uspiano. Por certo, falas coloquiais a respeito da época dos docentes franceses e evocações furtivas sobre o seu ensino devem ter sido proferidas anteriormente em ocasiões banais. Todavia, até o momento da aula de 1949 a lembrança desse período circulava um tanto quanto caoticamente, sem organização e sistematicidade, carente de interpretação e sentido. Não havia ainda um *trabalho de memória* (RICOUER, 2007, p. 71-73). Foi isso que Simões de Paula ofereceu como boas-vindas aos alunos e às alunas, com o desígnio de revelar a singularidade daquele centro de ensino superior. Não era um espaço qualquer que acolhia o corpo discente; era preciso conhecê-lo, e tal conhecimento passava, obrigatoriamente, pela história daqueles mestres franceses que fundaram a FFCL e o seu ensino. Um seria parte do outro.

Na sequência dos anos, diferentes iniciativas trataram de consolidar a memória francesa, tal qual enquadrada por Simões de Paula. Mais uma vez, este assumira um destaque. Em 1950, quando fundou a *Revista de história* com pretensões de ser o periódico oficial do Departamento de História da USP, o ex-assistente de Fernand Braudel e Jean Gajé não perdeu a oportunidade de lembrar um de seus mestres:

Já em 1937, quando lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o ilustre Prof. Fernand Paul Braudel – com que tivemos a honra de trabalhar na qualidade de assistente – pensávamos em fundar uma Revista destinada à fundação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos.

Motivos vários, entretanto, impediram a concretização dessa ideia que, só agora, vencidos em grande parte os óbices antigos, pode ser levada a efeito [...] Aparece assim a nossa Revista (REVISTA DE HISTÓRIA, 1950, p. 01).

A lembrança foi das melhores: além de marcar a FFCL com suas aulas, com suas lições em sala de aula, estando, pois, na origem daquele centro de ensino superior, Braudel participara ainda do nascimento da *Revista de história*. Dez anos após a sua última estadia na USP, o historiador do mediterrâneo era lembrado por uma ação institucional pioneira na Universidade brasileira: o primeiro periódico acadêmico especializado no país. Com isso, a própria memória de Fernand Paul Braudel na FFCL adensava-se; além de professor e orientador de tantos e tantas, ele era agora também um dos principiaidores do periódico criado em 1950.

Na década seguinte, mais precisamente em 1961, um dos ex-assistentes da cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval, ex-aluno de Eurípedes Simões de Paula, por quem foi orientado em sua tese, Pedro Moacyr Campos, escreveu um *Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Neste trabalho publicado na *Revista de história*, a memória disciplinar francesa, conforme pontilhada por Simões de Paula, também esteve presente:

Para São Paulo e Rio de Janeiro vieram professores franceses, cujos nomes jamais serão esquecidos, ao tratar-se da história cultural do país: Émile Coornaert, Fernand Braudel, Henri Hauser, Eugène Albertini, Jean Gajé. Sob a orientação dêste último as cadeiras de história, em São Paulo, principiaram a formar seus primeiros doutores; por mais defeituosas que fôssem as teses apresentadas, em virtude de condições dominantes, não se pode negar representarem um grande progresso. Pela primeira vez no Brasil, trabalhava-se metodicamente, sob a orientação de um mestre europeu (CAMPOS, 1961, p. 156).

Embora cite a experiência universitária carioca, Pedro Moacyr Campos não se deteve nela, focando exclusivamente na Universidade de São Paulo. O destaque vai todo para o cenário paulista. A mesma trinca francesa citada por Simões de Paula ressurgiu no texto de Campos: Émile Coornaert, Fernand Braudel e Jean Gajé.

Verdadeiro acontecimento, divisor de águas da história no Brasil, a chamada missão francesa teria lançado as bases da “moderna historiografia brasileira” (CAMPOS, 1961, 166). Se em Eurípides Simões de Paula a memória francesa tem sua amplitude limitada ao espaço da Universidade de São Paulo, em especial a FFCL e ao DHIS, nas palavras escritas do seu orientando o legado dos mestres europeus alcança toda a historiografia brasileira, bem como a “história cultural do país”. Um esboço da historiografia brasileira, por mais modesto que pretendesse ser, não poderia deixar de conter, pretensiosamente, o capítulo francês da história no Brasil. Com isso, a memória disciplinar uspiana dos franceses revestiu-se de uma dimensão nacional; sua relevância estaria para além do DHIS da USP. Logo, tratar-se-ia de uma memória marcada por grandes feitos.

Seguindo esta mesma linha de orientação, Simões de Paula reutilizou sua fala de 1949 em um evento de 1971. No dia 05 de julho desse ano, ao participar de uma mesa-redonda organizada pelo núcleo regional do Paraná da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), o catedrático da USP trouxe um texto denominado *Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira*. Aqui, passagens praticamente idênticas da aula inaugural de fins da primeira metade do século XX foram aproveitadas para compor o texto de 1971. Embora esta sua última intervenção seja maior do que aquela primeira, as informações a respeito da missão francesa não sofreram substancialmente nenhuma alteração. Assim, após enumerar e discutir as ideias de Lucien Febvre, Simões de Paula faz o seguinte enlace: “Tôdas essas ideias nós as ouvíamos dos nossos mestres franceses que, desde 1934, estavam colaborando com as nossas autoridades universitárias na criação de autêntico centro de estudos e de pesquisas” (DE PAULA, 1971, p. 429).

Em seguida, partiu para caracterizar a já mencionada trinca historiográfica da missão francesa. Tal qual na aula de 1949, após destacar Émile Coornaert, chega ao nome de Fernand Braudel, onde, contudo, introduziu uma sensível mudança no texto original:

De 1935 a 1937 e, ainda, em 1947, tivemos entre nós o Prof. Fernand Paul Braudel, aquele que, merecidamente, vem sendo identificado como o “papa” da historiografia francesa contemporânea. Professor da *École Pratique des Hautes Etudes* da Sorbonne, especialista em História Moderna, especialmente do século XVI na Península Ibérica: Sua tese de doutoramento é, ao que se saiba um *tournant*, uma nova maneira de ser das ciências humanas. Homem de ação, como Henri Pirenne na I Guerra Mundial, organizou com alguns colegas — presos como ele — uma espécie de Universidade muito semelhante às Universidades medievais pela impossibilidade da experimentação. Foi libertado no fim da guerra graças aos bons ofícios da Cruz Vermelha Internacional (DE PAULA, 1971, p. 429-430).

Agora, mais de duas décadas depois, a menção à figura de Braudel já faz questão de mencionar a *tournant*, isto é, a grande importância mundial do historiador da longa duração, colocada como a maior autoridade da historiografia francesa. Tal fato agrega mais valor não só ao professor Fernand Paul Braudel dos anos 1930-1940, como a própria missão francesa que teria fundado o DHIS da USP. Do seu presente, Simões de Paula inflaciona o passado da história, adensando-o de forma ainda mais positiva.

No caso de Jean Gajé, o inflacionamento pretérito foi mais modesto, contudo. Assim o catedrático de 1949 referiu-se ao mestre Gajé em 1971:

Dando continuidade ao programa pré-estabelecido e sempre com a colaboração do governo francês, lecionou de 1938 a 1945 o Prof. Jean Gajé, então da Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo e atualmente do *Collège de France*, não menos notável do que os seus antecessores. Aquêles que se dedicam ao estudo da Antigüidade clássica, especialmente ao período de Augusto, é que podem fazer uma idéia do valor desse professor no campo da epigrafia e da arqueologia romanas (DE PAULA, 1971, p. 430).

A informação nova acrescida foi justamente o posto na prestigiada instituição de ensino e pesquisa *College de France* que Jean Gajé ocupou entre 1955-1972. Simões de Paula valeu-se do sucesso posterior dos membros da missão francesa para adensar ainda mais a relevância do empreendimento cultural entre o governo francês e a USP. O sucesso das carreias de Braudel e Gajé serve como um elemento que insufla a memória das origens francesas do DHIS da USP.

Além disso, na mesa-redonda o historiador uspiano aproveitou para reforçar a relação de continuidade entre Jean Gajé e os dois membros anteriores da missão francesa. Apesar de ter sido o professor que ficou mais tempo lecionando e de ter orientado o maior número de trabalhos na USP, o destaque maior não foi dado a ele, mas sim a Fernand Braudel. Isso mostra como a memória disciplinar da historiografia uspiana foi lidando com diferentes passados, anteriores e posteriores ao evento da vinda dos docentes franceses. Trata-se de uma construção memorialística que, como toda memória, foi incorporando os acontecimentos a fim de se consolidar e se cristalizar em um dado presente (ROUSSO, 2006).

No princípio, era memória, a memória de Eurípides Simões de Paula, formada, obviamente, não no íntimo do seu ser, mas em contato com vários outros indivíduos e espaços. Requisitado por catedráticos, diante de uma plateia discente formada por futuros professores e professoras e ocupando um importante cargo de chefia, o historiador vice-diretor da FFCL evocou seus mestres de sala de aula e de ofício. Com isso, marcava sua posição de discípulo e recuperava sua trajetória de formação, ao mesmo tempo que reconstruía “a história e o seu ensino” na FFCL da USP. Do individual ao institucional, tecia-se a tríade do jogo da memória, marcada pelos “três sujeitos de atribuição da lembrança”, conforme a conceituação de Paul Ricoeur: o eu presente que lembra, o outro porvir que preservará a memória e os próximos para os quais se ambiciona admoestar (RICOEUR, 2007, p. 134). Tal memória imiscuiu-se com a história da própria instituição universitária paulista, da USP de maneira geral, e da FFCL, de modo particular.

No mesmo ano de 1949, a audiência da aula ministrada por Simões de Paula foi alargada: as páginas de *Filosofia, Ciências e Letras* - boletim da própria FFCL - em seu número 12, transcreveu e publicou o discurso de seu autor. Durante muito tempo, o manuscrito publicado e publicizado ficou arquivado no Centro de Documentação Histórica, setor de preservação e apoio à pesquisa histórica da FFCL, criado em 1966 por professores e professoras deste centro de ensino. Anos depois, o documento ganhou uma nova atualidade, igualmente relacionada aos esforços institucionais da USP: em 2009, com um dossiê especial dedicado a Eurípides Simões de Paula, a *Revista de história* republicou o conteúdo escrito da aula de 1949. Tal documento, monumentalizado, inseriu-se no contexto de efeméride institucional relacionado aos 30 anos do falecimento trágico (atropelamento) de Eurípides Simões de Paula em 1977.

Toda esta circulação e recepção evidencia um grau de acolhimento institucional da memória de Simões de Paula, feito, inclusive, por ele próprio, a partir das posições de comando que ocupava. Além disso, presta-se também para aquilatar a relevância da performance didática de 1949. Seu conteúdo não poderia ser esquecido na sequência dos anos; antes, deveria ser preservado, colocado à disposição de quem se interessasse. Daí as diferentes iniciativas de preservação e de atualização, evidenciando a historicidade e a manutenção da memória, em um claro trabalho de arquivamento e de gestão memorialística do passado. Com isso, a própria memória dos missionários franceses foi ganhando terreno nos meios oficiais da Universidade de São Paulo, em especial na FFCL. Não à toa, o nome de Eurípides Simões de Paula está ligado aos professores franceses, como se um reforçasse o outro, como se um dependesse do outro. Caminhos cruzados, a história de um

passaria obrigatoriamente pela história do outro.

Todavia, esta conquista do espaço por parte de uma memória favorável ao legado francês na história da historiografia uspiana, não ocorreu de imediato. Em 1951, na recém criada *Revista de história*, Astrogildo Rodrigues de Melo publicou um texto voltado aos *Estudos históricos no Brasil*, no qual ambicionou recuperar a historicidade da historiografia brasileira, tomando como ponto de partida a experiência da FFCL, onde era professor catedrático de História da Civilização Americana, conforme já apontado.

Em seu artigo, ele nada apontou sobre a missão francesa, a despeito de seu colega de instituição – Eurípides Simões de Paula – ter afirmado que o próprio Astrogildo Rodrigues de Melo teria sido influenciado pelos mestres europeus. Para este historiador, o impulso renovador da história no Brasil adveio dos ventos modernistas de 1922, que nacionalizou a produção cultural no país, libertando a nação da “tutela intelectual europeia, não apenas na história, mas também, na literatura, na arte e em outros setores da vida cultural” (MELLO, 1951, p. 385). Os nomes da modernização não seriam forasteiros, mas sim são nacionais: Oliveira Viana, Alfredo Ellis Júnior, Pedro Calmon, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, entre outros.

Este silêncio sobre os mestres franceses é significativo, ainda mais devido ao fato de que Astrogildo Rodrigues de Melo, assim como Simões de Paula, foi aluno de Émile Coornaert e de Fernand Braudel; e mais, sua tese de doutorado, defendida em 1942, *Política colonial da Espanha através das encomendas*, foi orientada por Jean Gajé. Mesmo tendo tido contato com a trinca francesa do curso de história da USP, rememorada apenas dois anos antes por um colega de instituição, o autor de *Estudos históricos no Brasil* ignorou esta memória, nada apontando sobre um suposto legado francês no meio historiográfico universitário da USP. Tal lacuna, ao invés de indicar um ato premeditado do sujeito, parece apontar muito mais para uma inscrição precária da memória pró-missão francesa entre os historiadores uspianos do início dos anos 1950.

Três anos depois, foi a vez de Pedro Moacyr Campos, catedrático de História Antiga e Medieval, formado na USP entre 1937-1940, rememorar “o estudo da história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo” (CAMPOS, 1954, p. 491-503). Igualmente ex-aluno de Fernand Braudel, Émile Coornaert e Jean Gajé, bem como amigo de Eurípides de Simões de Paula, por quem foi orientado em sua tese de doutorado concluída em 1944, Moacyr Campos apresentou uma visão ambígua a respeito da missão francesa que conheceu de perto. Seu texto, inicialmente, foi publicado no jornal *O estado de São Paulo*, na edição de 25 de janeiro de 1954, sendo republicado na *Revista de história* da USP no segundo número desse ano. Nessa republicação, apontou-se a seguinte nota: “artigo publicado no ‘O estado de São Paulo’ de 25 de janeiro de 1954, reeditado pela revista de História com a gentil anuência do autor e do conceituado matutino” (CAMPOS, 1954, p. 491).

Assim como seu colega uspiano Astrogildo Rodrigues de Melo, Pedro Moacyr

Campos também destacou a atmosfera de modernização dos anos 1920-1930 como ponto importante da renovação historiográfica no Brasil. Disse o autor que “a auto-crítica característica do período [...] lançou as bases para uma renovação também do ensino, criando, assim, o ambiente favorável à fundação das primeiras Universidades entre nós” (CAMPOS, 1954, p. 494). Porém, este começo do ensino superior, ainda que com uma colaboração europeia, foi bastante complicado, em razão das

Dificuldades encontradas pelos mestres franceses na Faculdade [as quais] não foram muito menores do que aquelas com que se defrontaram, em idênticas circunstâncias, professores de outras nacionalidades: falta de preparado secundário adequado por parte dos alunos, abrangendo insuficiência do conhecimento de línguas estrangeiras (inclusive do francês), e absoluta inexistência de material bibliográfico especializado ao alcance dos estudantes” (CAMPOS, 1954, p. 495).

Ao contrário da memória de seu orientador de doutorado, o artífice das palavras acima fez questão de apontar as adversidades que marcaram os primeiros momentos do curso de história da USP, distanciando-se de um elogio absoluto das origens. Nos primórdios da memória, a história era outra, menos alvissareira e mais atribulada.

Feito isso, Pedro Moacyr Campos ponderou:

As cadeiras de História principiaram a formar os seus primeiros doutores, e por mais defeituosas que fossem as teses apresentadas, em virtude das condições dominantes, é absolutamente inegável que representavam um grande progresso. Pela primeira vez no Brasil, trabalhava-se metodicamente, sob a orientação de um mestre europeu e dava-se ao movimento de auto-crítica que fermentava na elite brasileira desde o fim da Guerra de 1914 uma nova direção (CAMPOS, 1954, p. 497).

Elogio e crítica, em busca de uma avaliação equilibrada, parece marcar o texto do historiador supracitado. O que fornece ao seu escrito um tom perceptivelmente diferente do de Eurípides Simões de Paula, marcado por verniz de encantamento característico de uma relação afetuosa entre um discípulo e os seus mestres.

Pedro Moacyr Campos no texto de 1954 contrabalanceou a vinda dos ditos missionários com o cenário nacional de modernização da realidade brasileira. A vinda de Fernand Braudel, Émile Coonaert e Jean Gajé não teria ocorrido em um cenário cultural vazio; muito pelo contrário, na medida em que a elite letrada da época passava por um processo de autoquestionamento, como a querer renovar suas ideias, práticas e visões sobre o Brasil. A missão francesa coincidiu com o modernismo brasileiro, de modo que tal encontro teria impactado indelevelmente a historiografia brasileira. Assim, o papel da trinca francesa acabou por ser nuançado, diminuindo bem mais o tom elegíaco presente na aula de 1949 proferida por Eurípides Simões de Paula.

Astrogildo Rodrigues de Melo e Pedro Moacyr Campos, dois ex-alunos que travaram contatos bem próximos com os docentes estrangeiros, apresentaram uma leitura diferente (quicá divergente) de uma suposta herança francesa. Em um, esta não foi sequer

mencionada; já em outro, a influência, existente, precisaria ser cotejada com o ambiente local. Tudo isso parece reforçar que, na primeira metade dos anos 1950, a valorização excessiva e exaltada dos ilustres mestres franceses não estava de todo colocada entre os representantes do curso de história da USP. Menos de uma década após a saída da missão francesa, a memória desta era bastante frágil, incerta e não consensual entre os historiadores que a vivenciaram. No princípio da memória, a história, isto é, a dispersão, a multiplicidade de vozes e de posições; em uma palavra, a incerteza. O legado francês na FFCL era, portanto, um tema em aberto, livre de enquadramentos mais rígidos e de uma memória já organizada e disponível (POLLACK, 1992).

Foi justamente com esta condição de fragilidade e de não inscrição da memória dos docentes estrangeiros que Eurípedes Simões de Paula deparou-se em 1949. Até o momento de sua aula, nenhuma performance pública e institucional tinha sido feita a respeito dos seus professores franceses. Tamponando esta lacuna, emergiu sua reminiscência enaltecida daqueles homens doutos do Velho Mundo que cruzaram o oceano para ensinar história e que, agora, no alvorecer da segunda metade do século XX, não estavam mais presentes. O que fazer com esta ausência? Que história contar? Qual memória guardar? O que dizer sobre eles? Que papel desempenharam? Provavelmente foram estas questões que inquietaram Eurípedes Simões de Paula e o impeliram a organizar discursivamente a “marca” francesa na FFCL e, em especial, no curso de história da USP. No princípio da memória, portanto, a história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista de história*, Vol. 22, Num. 45, São Paulo, 1961.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O estudo da história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de história*, V. 08, N. 18, São Paulo, 1961.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera Lucia Amaral. A escola uspiana de história. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, 1994.

COSTA, Aryana Lima. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*, v. 40, p. 121-145, 2020.

COSTA, Aryana. *De um Curso d'água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*. Tese de Doutorado em História defendida no Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DE PAULA, Eurípedes Simões. *Revista de História*, N. 160, 1º semestre de 2009, 75-84.

DE PAULA, Eurípides Simões. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. *Revista de história*, Vol. 43., Num., 88, São Paulo, 1971.

D'ALÉSSIO, Márcia M. Os Annales no Brasil. Algumas reflexões. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, 2: 127-142, 1994.

Estudos Avançados, v. 8, n. 22, São Paulo, 1994, 05-643.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*, Brasília, v. 10, n.1-2, p. 181-214, 2002.

MARTINEZ, Paulo. Fernand Braudel e a Primeira Geração de Historiadores Universitários da USP (1935-1956). *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 11- 27, 2002.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentado ao Departamento de Antropologia do instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1981.

MELLO, Astrogildo Rodrigues de. Os estudos históricos no Brasil. *Revista de história*, ano II, Num. 06, 1951.

MUDROVIC, Maria Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? In: AZEVEDO, Cecília et al (ORG.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, V. 5, N. 10, Rio de Janeiro, 1992.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Revista de história, Ano I, Num. 01, Vol. 1, São Paulo, 1950.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Lidiane. *A Produção Social do Marxismo Universitário em São Paulo: Mestres, Discípulos e um Seminário (1958-1978)*. Tese de Doutorado em História defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva. a institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Agora*, V. 13, N. 01, Santa Cruz do Sul, 2007, 65-104.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

DISCURSOS E EXPERIÊNCIAS DE NEGAÇÃO NAS FRONTEIRAS DO HUMANO OU POR UMA HISTORIOGRAFIA DAS AUSÊNCIAS ANIMAIS^{1,2}

Data de aceite: 02/06/2023

Janaina Zito Losada

Universidade Federal do Sul da Bahia

Nove premissas para uma historiografia nas fronteiras do humano

1. Não há vida humana que não tenha sido tocada ou atravessada pela presença de animais. Desde o historiador inglês Keith Thomas (1988) e, sobretudo, com a entrada nas ciências humanas e sociais do *animal turn* (WOLFE, 2009; DE MELLO, 2012; TYLER & ROSSINI, 2019), é chegado o momento de colocarmos nas nossas análises e leituras das espécies não humanas que conosco compartilham o

planeta. Desde aquelas que amamos até aquelas que nos transmitem doenças e com as quais desenvolvemos medo, nojo ou horror como se tem estudado recentemente na historiografia brasileira. (KURI, 2014; CABRAL, 2014, 2015; LOSADA & DRUMMOND, 2015, 2016; CARVALHO, 2018; DUARTE, 2019).

2. Os processos de co-evolução em si e a biodiversidade não precisam de nós, animais humanos, ainda que participemos deles ou, como ensina o prof. José Augusto Drummond, na esteira das reflexões sobre a biodiversidade como patrimônio³, não somos nós que criamos a biodiversidade

1. Nota dos Organizadores: "O presente texto foi escrito e submetido à esta coletânea durante a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022) e faz referências a esse governo no presente. Optamos por deixar o texto como está, por guardar marcas do momento de sua escrita".

2 Agradeço aos professores Marcos Arraes e Guilherme Fóscolo e a todos/as os/as organizadores/as do Seminário Internacional Crises da História e Assombros da Memória na Universidade Federal do Tocantins [2021]. Ao professor da Universidade Federal de Rondonópolis, Flávio Vilas Boas Trovão e ao doutorando da Universidade Federal do Sul da Bahia, Fernando Santana de Oliveira Santos agradeço o compartilhamento do debate na mesa redonda que dá nome a este texto. Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisas Avançadas em Materialidades, Ambiências e Tecnologias/UFSB. Agradeço o apoio da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFSB [PIC804-2021]

3 DRUMMOND, José Augusto. Biodiversidade como Patrimônio. Conferência proferida como Aula Inaugural do Campus Paulo Freire, Universidade Federal do Sul da Bahia, 2021.2. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wJ0k-t1RpB6U>. 41:00' – 1:58'

nem em sua existência, nem em sua complexidade. Mas, o dever ou o poder de cuidar e garantir a existência da biodiversidade, este é nosso.

3. As verdades têm se derretido e os desejos de construção de racionalidades ocidentalizadas, que centralizam no homem e na história suas defesas também. *Elias José Palti* em seu artigo “É possível pensar a história em uma era pós-subjetiva?” (2010) apresenta a urgência de criarmos *novas construções de sentido para a história já que* “não só Deus nos abandonou, mas também, todos os seus arremedos seculares” cuja eficácia inexistente no mundo contemporâneo.
4. Isso nos leva ao sentimento de medo e de terror, cada vez mais presente em nosso contemporâneo e, se o entendermos como Slavoj Žižek (2011), como aquilo que tememos perder, aquilo que nos é ameaçado está sempre já perdido, encontramos-nos numa encruzilhada.
5. Mas, por sorte, também um pensamento africano paira sobre nós e o lugar da encruzilhada pode ser descrito como um “lugar de encontros/ encantos, desencontros/desencantos, é lugar da diversidade, da transforma-ção, da ética do cuidado, da escuta sensível, do enraizamento” como quer a filósofa Adilbênia Freire Machado.
6. Neste sentido, torna-se central o papel do intelectual e sua função social e pública, sobretudo do historiador que neste mundo de assombros, fronteiras e encruzilhadas depara-se com a urgência de assumir princípios e tomar posições. Se tomarmos que, a partir de Edward Said, o intelectual “não é nenhum pacificador, nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis” (SAID, 2005, p. 35) teremos que, como naufragos, aprender a viver com e na terra, nunca permitindo-nos abandonar os sentidos éticos e estéticos do maravilhoso e dos possíveis horizontes futuros, utópicos, distópicos ou reais.
7. Assim, o autor ensina que “se quisermos defender os princípios básicos da justiça humana, devemos fazê-lo para todos, não apenas seletivamente para nosso povo, nossa cultura e nossa nação” (SAID, 2005, p. 96). Eu atualizaria também que deveremos desenvolver princípios básicos de justiça e coexistência com outras espécies e para com os biomas e os ciclos vitais do planeta.
8. A natureza deveria estar no centro de nosso humanismo, defende o psicossociólogo romeno Serge Moscovici (2007, p. 201), tornando o humanismo um naturalismo, tendo que nem a vida, nem as ciências, nem as técnicas, nem as relações sociais e nem a história vivem fora da natureza, apontando para que a defesa da natureza seja a palavra de ordem de uma nova quinta internacional. Também para o ecossocialista Michel Lowy (2005, p. 50), a preservação do meio ambiente é um imperativo humanista que exige uma reorientação tecnológica e mesmo civilizacional, à exemplo da urgente mudança da matriz energética para matrizes não poluentes e renováveis.
9. Nas vertigens do pós-humano, definido por Marcelo Buzato (2019) como uma “frente heterogênea, por vezes contraditória, de debate filosófico, prática cultural, inovação tecnocientífica e militância política” que pretende instituir novas ontologias e questionar o lugar do sujeito e suas existências sujeitadoras, encontram-se materialidades e existências autônomas e que independem da

vontade e da ação humana.

Neste sentido, e a partir destes 9 pressupostos, precisamos pensar sobre as fronteiras historiográficas e as possíveis (in)disciplinaridades que podem dar algumas respostas para as questões mais prementes do mundo contemporâneo.

(In)disciplinaridades e fronteiras historiográficas

Quinze por cento da população brasileira não acredita no aquecimento climático, segundo uma pesquisa do Datafolha de 2019 citada pela professora Vanessa Pinsky. O mesmo instituto Datafolha, em 2010, afirmava que 59% dos brasileiros acreditavam na evolução humana conduzida por Deus (seja lá o que isto signifique) e outros 25% acreditavam no criacionismo dito “puro”, com o homem existindo há apenas 10 mil anos.

A falta de informação ou a desinformação deliberada desenvolvida pelo fenômeno contemporâneo das redes sociais e pelo mundo dos algoritmos e da gestão de redes impõe novas questões aos historiadores. Nos quedamos assombrados com o como as fake news puderam decidir uma eleição presidencial ou ampliar as mortes em uma campanha contra a prevenção à pandemia. Demoramos a perceber o crescimento do movimento antivacina e nos aterrorizamos com as desqualificações das fundações centenárias brasileiras que há mais de século funcionam erradicando doenças e com todo o negacionismo, e mesmo, analfabetismo científico.

Por outro lado, os campos da história das ciências, da saúde e da história ambiental vêm se tornando referências nacionais com uma plêiade de historiadores e grupos de pesquisa consolidados e bastante produtivos. Mas, mais uma vez, a história precisa buscar em suas fronteiras os entendimentos que lhe faltam para analisar com rigor e cuidado estas novas realidades que emergem deste mundo caótico para lhes compreender e, ao mesmo tempo, registrar épocas e ideias. Nossas épocas e nossas ideias. Os instrumentos para a compreensão da biotecnologia ou da conservação da natureza ou, ainda, das redes sociotécnicas computadorizadas da Inteligência artificial impõem ao exercício do historiar o que venha a ser a vida e a sociedade nos umbrais dos anos 2021.

Considerada por uns uma das ciências mais disciplinarizadas e disciplinares, e defendida por outros como uma das mais interdisciplinares, a história encontra-se na encruzilhada: de incorporar e dialogar com outros saberes de forma instrumental ou de tomar um caminho mais ousado e redefinir sua própria natureza ampliando os seus olhares para as coexistências entre animais humanos e não humanos e suas inter-relações com os biomas que os/nos abrigam.

O reconhecimento que os humanos têm causado desequilíbrios na biosfera tem sido materializado pelo conceito de Antropoceno, entendido como uma era geológica humana na qual a questão climática está irremediavelmente colocada. O acadêmico e escritor inglês Raj Patel e o historiador ambiental estadunidense Jason Moore chamam este período de

Capitaloceno, da mesma forma que a filósofa, também estadunidense, Donna Haraway. Patel e Moore afirmam que “a vida inteligente futura saberá que nós estávamos aqui porque alguns humanos preencheram o registro fóssil com maravilhas como radiação de bombas atômicas, plásticos” e outros resíduos da “indústria do petróleo”, além quantidades hediondas de “ossos de frango” (2017)⁴. Para Helmuth Trischler, é importante diferenciar o Antropoceno para a geologia na sincronicidade dos eventos medidos nas camadas sedimentares e estratigráficas do Antropoceno para a cultura, quando as fronteiras do humano e do não humano são estabelecidas na direção da oposição entre natureza e cultura (TRISCHLER, 2016).

Os historiadores ambientais brasileiros Alfredo Ricardo Silva Lopes e Mário Martins Viana Junior afirmam que ao marcar a “reentrada definitiva do mundo natural na representação do tempo”, o antropoceno estabelecerá um novo regime de historicidade, no qual “o tempo é percebido como regressivo e o objeto usado para representar o transcórre do tempo é o planeta terra transformado e degradado pelo Homo Sapiens.” (2020, p. 22).

Trazer para a historiografia o Antropoceno e renomeá-lo como Capitaloceno pode servir ao processo urgente de sensibilização quanto aos limites da centralidade do capital/exploração/trabalho/propriedade/técnica e as necessidades de superá-los. Patel e Moore utilizam a analogia de que é mais habitual “imaginar o fim do planeta do que imaginar o fim do capitalismo” (2017, p. 2) e que, para responder a isso, seria preciso uma reinvenção civilizacional.

Um dos debates postos pelos intelectuais que tem chamado a atenção para o antroppo/capitaloceno é o tema da datação. Derivado do Holoceno, o século XVIII, tem sido para alguns a marca do início do processo do desequilíbrio de CO₂ e CH₄ na atmosfera a partir da análise do ar preso em camadas de gelo nos polos. A invenção do motor a vapor seria este marco, como defenderam o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene Stoermer. Também há um debate sobre os momentos internos do período, sendo a década de 1950 do século XX outro importante marco. Daí, tem início o processo chamado de Grande aceleração marcado pela ampliação sem precedentes de pessoas, bois e automóveis. Alimentado pela centralidade e explosiva exploração do petróleo e por toda a revolução tecnológica e social do pós-guerra.

Estes marcos/datas são índices reflexivos ou em uma metáfora bem adequada aos dias atuais, são pontas de iceberg que orientam os navegadores que singram os mares, mas deixam submersas imensas massas e densidades acumuladas de eventos seculares como afirmou, há muito, Alfredo Bosi (1996, p. 19).

Elementos que se articulam nas assimetrias do tempo histórico em sua mais genuína relação entre o passado da experiência e o horizonte da expectativa, para utilizar as ideias de experiência e presença em Hans Gumbrecht. Aqui, o horizonte de expectativa é atravessado pelas referências da crise ambiental, do desaparecimento de espécies, das

⁴ Tradução da autora.

perspectivas distópicas de um planeta mais poluído, mais desigual, com mais guerras e no qual a razão humana perdeu o controle do mundo, ou pelo menos a ilusão do controle. Estar na natureza e à mercê dela e seus caprichos foi uma experiência comum nos remotos passados humanos. Durante a história moderna, o desejo da conquista e a transformação da natureza em obstáculo/recurso/bem/valor começou a se delinear, impondo uma exploração dos recursos naturais desenfreada que elevou, de forma nunca antes imaginada, os níveis de impacto humano, trazendo, muitas vezes, no relato histórico, a experiência do esgotamento do recurso natural.

Dos relatos do esgotamento dos recursos de forma pontual para uma crise generalizada passaram-se poucas gerações. Os anos 1980 constituem-se para o biólogo evolucionista Edward Wilson um marco devido ao imenso deflorestamento experimentado pelas áreas florestadas ao redor do mundo, mas de forma muito expressiva pelo deflorestamento da floresta amazônica. Como um anátema para ambientalistas, a destruição da natureza parece aceitável como fato social, denuncia o autor na década de 90. (1994, p. 343).

É para esta denúncia, como passado e presente de experiência, que nos voltamos aqui como historiadores e intelectuais públicos a indagar as presenças e as ausências dos animais não humanos na contemporaneidade.

Presenças e ausências animais na contemporaneidade

Pela caça exterminamos durante séculos outras espécies animais. Já no longínquo século XIX, o viajante alemão Carl Seidler, que esteve no Brasil durante os anos 1824 e 1834, denunciava os perigos dos extermínios de espécies. Justificava a “sanha destruidora” dos caçadores na grandiosidade da natureza. Ele afirmava que “a caçada na mata virgem proporciona “prazer e variedade”. Em sua descrição, a natureza era grandiosa, verdadeira mãe. Nela tudo era bravio, selvagem. “E que outra coisa procura o caçador senão o bravio?” ele perguntava. A escolha era “franca” e dada a “fúria destruidora generalizada” o intelectual oitocentista perguntava-se como ainda não teria sido “exterminada nenhuma das espécies da fauna de Noé.” (SEIDLER, 1980, p. 160).

Ele não tinha como saber, mas, já no século XVI, a fauna de Noé perdia espécies por extermínio humano, como divulgou David Quammen (1994). O Dodô das Ilhas Maurício teve registrado o declínio de sua espécie e seu desaparecimento em documentos do colonizador português. Outras extinções foram registradas depois disso. O tema da extinção foi caro ao século XIX e, a partir de então, se estudaram as causas de extinção da megafauna e de espécies da fauna contemporânea. Recentemente, o impacto humano das populações autóctones de coletores-caçadores tem sido apontada ao lado das mudanças paleoclimáticas como um dos fatores decisivos para a extinção da mega e da grande fauna (BURNEY & FLANNERY, 2005; BÉLO, 2017). A caça coletiva, a ampliação populacional

e a baixa taxa de reprodução dos gigantes não humanos também constituem elementos destes estudos (KOLBERT, 2015, p. 239). Fundamental aqui é destacar que, nesse caso, a temporalidade do processo foi tão lenta que as memórias geracionais foram se acomodando ao evento que se tornou imperceptível para a maioria dos seus contemporâneos até que se mostrou irreversível. E ainda temos que a extinção da megafauna possibilitou a ampliação de outra fauna, de menor porte.

A não percepção da catástrofe faz muitas vezes as sociedades continuarem a tomar decisões que lhes serão desastrosas, na leitura de Jared Diamond (2005). A incapacidade de reconhecer um problema ou de reagir a ele quando ainda é tempo e com algum sucesso compõe os condicionantes para o sucesso civilizacional no enfrentamento das crises ambientais que tem o potencial de colapso. Ainda que a leitura de Diamond possa ser criticada em seu binômio um tanto fatalista de fracasso/sucesso, ela serve de referência para mirarmos experiências históricas em uma perspectiva profundamente ecológica.

Os humanos continuamos a impactar o planeta, como afirma o historiador indiano Dipesh Chakrabarti (2013), e precisamos, mais do que nunca, de uma história que nos faça compreender nosso presente.

No Brasil, desde os anos 1940, com os estudos de Frederico Carlos Hoene, já estudado pelos historiadores ambientais Warren Dean e José Luis de Andrade Franco, o tema do desaparecimento das espécies associado ao desaparecimento de habitats, à fragmentação das florestas, ao desaparecimento de animais do topo da cadeia alimentar e das espécies especialistas e da perda de táxons são denunciados. A perda de espécies que sequer foram descritas mobilizou zoológicos, ecólogos e ambientalistas na construção de referenciais acadêmicos, mas também políticos que se traduziram em conferências, documentos e legislação que tinham o intuito de identificar, registrar e proteger as espécies da fauna e flora no Brasil durante o século XX. Zoológicos, Parques, Fundações, Universidades e outras instituições privadas ou públicas mobilizaram e foram mobilizadas para conservar a natureza, em movimentos e ações que se consolidaram na segunda metade do século XX. Espécies ou biomas entraram no vocabulário e na agenda da intelectualidade brasileira atingindo mesmo a sociedade civil e assim foram protegidos o mico-leão dourado (*Leontopithecus rosalia*), a tartaruga marinha⁵, o boto cor de rosa (*Inia geoffrensis*), as baleias como as jubarte (*Megaptera-novaeangliae*), os remanescentes da mata atlântica, do cerrado, enfim, criamos ilhas de proteção em Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, limitamos a pesca em determinadas épocas e lugares e de determinadas espécies para deter a sanha civilizadora que, cada vez mais tecnicizada, deixam ver a destruição da natureza e as ausências dos animais.

Segundo o pesquisador Rafael Chiaravalloti, do Instituto Ipê, que se dedica a

5 São cinco espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção e protegidas no Brasil, sobretudo no âmbito do Projeto TAMAR: tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*).

pesquisas sobre a conservação da natureza, 17 milhões de animais vertebrados morreram nos incêndios no Pantanal em 2020. Dos nossos mares desapareceram, enquanto assistíamos aos sucessos hollywoodianos dos filmes Tubarão, o tubarão-dente-de-agulha (*Carcharhinus isodon*), visto há mais de 40 anos, e o tubarão lagarto (*Schroederichthys bivius*), visto pela última vez em 1988. De nossos campos e florestas, desapareceram inúmeras aves como a bela coruja Caburá de Pernambuco, (*Glaucidium mooreorum*), ouvida pela última vez em 1990. E, enquanto desenvolvíamos uma macacomania fílmica influenciada pela recepção dos filmes hollywoodianos, os primatas brasileiros tornavam-se vulneráveis, tendo o estado de conservação de muitas espécies sido considerado criticamente em perigo.

Estes animais desaparecidos, em indivíduos e espécies, são a presentificação dos limites e ao mesmo tempo das possibilidades de alterações profundas das estruturas mentais na relação entre sociedades e natureza. Espectros que dizem sobre os esquecimentos e a produção das presenças e das ausências na historiografia e na cultura contemporânea. A partir de Ethan Kleinberg (RAMOS, 2017), poderíamos questionar sobre as fantasmagorias dos passados, aqui, das histórias de nossas relações humano-animais.

Já nem nos lembramos mais de quando as baleias jubarte estavam desaparecidas das costas brasileiras, nos idos dos anos 1980. Os esforços de cientistas e da sociedade civil em pesquisas e projetos de proteção mudou o futuro de muitas espécies. No caso das Baleias, os esforços na construção e manutenção do Parque Nacional Marinho de Abrolhos e os projetos Baleia Jubarte e SOS Baleias foram decisivos para que hoje possamos vê-las saltarem ao longo do litoral brasileiro.

Mas o alerta benjaminiano do assombro com os perigos contemporâneos deve estar aceso. O perigo para a vida e existência de alguns animais ou espécies já não é mais a caça ou seu uso como recurso, mas a fetichização de uma convivência com a natureza desenraizada dos seus próprios processos ecológicos. As baleias continuam em perigo, pois os oceanos continuam em perigo, a poluição e o aquecimento dos mares que a sociedade contemporânea tenta o tempo todo negar, demonstra os perigos e limites do antropoceno para qualquer expectativa de futuro, seja dos humanos, dos animais e mesmo do planeta. A crise invoca, como afirmou Kosselleck, a pergunta aos futuros históricos.

Encontramo-nos em meio a uma sensação generalizada de incertezas e a repostas insatisfatórias no contemporâneo. É para a história que estas perguntas se lançam, mais uma vez, na esteira de Serge Moscovici: “é preciso regenerar a história e fazer participar dela o que fora excluído” (2007, p. 220). Assim, devemos fazer participar da história o que foi silenciado ou naturalizado ou, ainda, negado. Mais uma vez, somos convocados à desnaturalização. Os discursos de negação, mas, sobretudo, as denúncias que os fizeram emergir devem cada vez ocupar mais espaço em nossas mesas de trabalho. É este o objetivo deste escrito.

Referências Bibliográficas

BÉLO, Pétrius da Silva. *Extinção e a interação homem-megafauna no final do Pleistoceno e início do Holoceno, nos estados de Pernambuco e Piauí, Nordeste do Brasil*. Universidade Federal de Pernambuco, 2017. [Tese de Doutorado]. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/31221/1/TESE%20P%C3%A9trius%20da%20Silva%20B%C3%A9lo.pdf>. Acesso em 05 set. 2021.

BOSI, Alfred. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURNEY, David & FLANNERY, Timothy. Fifty Millennia of Catastrophic Extinctions After human Contact. Trends In: *Evology and Evolution*, v. 20, nº 7, July. 2005. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169534705001291>; Acesso em 05 set. 2021.

BUZATO, Marcelo El Khouri. O pós-humano é agora: uma apresentação. In.: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n(58.2): 478-495, mai./ago. 2019

CABRAL, Diogo de Carvalho. “O Brasil é um grande formigueiro: território, ecologia e a história ambiental da América Portuguesa”, parte I, *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, 3, No. 2 (2014): 467-489; parte 2, *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, no. 1(2015): 87-113.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de, “Memórias de criadores de suínos: a modernização da suinocultura vista a partir da experiência dos criadores: Paraná”, *Revista de História Regional*, 23,no. 1 (2018): 134-150.

CHAKRABARTI, Dipesh. O clima da história: quatro teses. *Sopro*, no. 91, Jul. 2013. Disponível em <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>

CRUTZEN, Paul J. & STOERMER, Eugene F. O Antropoceno e a longa batalha pelo amanhã. *Outras palavras*, 26 fev., 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/o-antropoceno-e-a-longa-batalha-pelo-amanha/>

DE MELLO, Margo. *Animals and Society: an introduction to Human-Animal Studies*. New York: Columbia University Press, 2012

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. In.: *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña/HALAC*, 9(2), 16-44.

FRANCO, José Luis de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2010.

- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. IN: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari & TADEU, Tomaz (org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- INSTITUTO Ipê. Pantanal: 17 milhões de animais morreram nos incêndios de 2020. <https://www.ipe.org.br/ultimas-noticias/2010-pantanal-17-milhoes-de-animais-morreram-nos-incendios-de-2020>
- KOLBERT, Elizabeth. *A sexta extinção: uma história não natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- KOSSELLECK, Reinhart. *A crítica e a crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KURI, Lorelai. *Representações da fauna do Brasil, séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson estúdio, 2014.
- LOPES, Alfredo Ricardo Silva & JUNIOR, Mário Martins Viana. Antropoceno como Regime de Historicidade. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, vol 12, no. 33, jan./jun. 2020.
- LOSADA, Janaina Zito & DRUMMOND, José Augusto. Do espetáculo da caça aos berçários de baleias: as viagens oitocentistas e a História da proteção da natureza em Abrolhos. In.: TERRANOVA, Marcos. *Abrolhos: Visões de um arquipélago oceânico*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2016. pp. 67 – 96.
- LOSADA, Janaina Zito & DRUMMOND, José Augusto. Espíritos cheios de bichos: A fauna nas viagens de Louis Agassiz e Richard Francis Burton pelo Brasil oitocentista. *Varia história* [online]. vol.31, , 2015. pp.253-284.
- LOWY, Michel. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACHADO, Adilbênia Freire. *Saberes ancestrais femininos na filosofia africana: poéticas de encantamento para metodologias e currículos afroreferenciados*, Universidade Federal do Ceará, 2019. [Tese de Doutorado]
- MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PALTI, Elías José. É possível pensar a história em uma era pós-subjetiva? . In: Topoi, Rio de Janeiro, n. 11 (20), Jun. 2010, Disponível em <https://www.scielo.br/lj/topoi/a/LzJCvSk8c9HBmNZLGzTqn9L/?lang=pt>. Acesso em 13 de set. 2021.
- PATEL, Raj & MOORE, Jason W., *A History of the World in Seven Cheap Things: A Guide to Capitalism, Nature, and the Future of the Planet*. Berkeley: University of California Press, 2017.
- PINSKY, Vanessa. Negacionismo climático: o que é, argumentos e consequências. Datafolha/Terra, 2010. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/datafolha-59-dos-brasileiros-creem-em-evolucao-guiada-por-deus,0a694bc92690b310VgnCLD200000bbcbe0aRCRD.html>
- QUAMMEN, David. *O canto do dodô: Biogeografia de ilhas numa era de extinções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: Teoria da História como Fantologia. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 25, dez. 2017, p. 193-211

SAID, Edward. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRISCHLER, Helmuth. The Anthropocene: A Challenge for the History of Science, Technology, and the Environment. *NTM*. Sep. 2016;24(3):309-335.

TYLER, Tom & ROSSINI, Manuela. *Animals Enconteurs*. Boston: Brill, 2019.

WILSON, Edward. Diversidade da vida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WOLFE, Cary. Human, All Too Human: Animal Studies and the Humanities. In.: *Modern Language Association of America*. Vol. 124(2), mar. 2009. Pp.564-575,

ZIZEK, Slavoj. Em defesa das causas perdidas. Boitempo Editorial, São Paulo: 2011.

LITERATURA, HISTÓRIA E REVISIONISMO: OS “NOVOS BANDEIRANTES” E AS DISPUTAS POLÍTICAS NA DÉCADA DE 1930

Data de aceite: 02/06/2023

George Leonardo Seabra Coelho

É pós-doutor em História pela UNIRO e UFG, Professor Curso de História da UFT-Porto Nacional e pós-doutorando PPGE-UFT. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8547171534862098>

Introdução

Ao examinar os enfrentamentos políticos de meados da década de 1930, Ângela de Castro Gomes (1980) nos ofereceu um caminho interpretativo bastante esclarecedor. A historiadora alertou para o fato de que o período que vai de 1930 a 1945 foi tratado pela historiografia como um bloco coeso. De acordo com tais interpretações, a “Revolução de 30” assinalaria o ponto de partida, rompendo definitivamente com a República Velha e inaugurando um projeto político revolucionário. O golpe de 1937 foi tomado como ponto de referência e colocado como o reinício evolucionário dos projetos da “Revolução de 1930” e,

assim, o ano de 1937 seria o coroamento dos projetos revolucionários das forças aliancistas de 1930. Ao estabelecer o Estado Novo como a conclusão lógica de 1930, os sete anos que o antecedem passaram a ser antecâmara de sua presença inevitável. Então, o ciclo só se fecharia em 1945 quando outro ponto de cisão renovadora teria início.

Gomes (1980) ressaltou a necessidade de outra interpretação histórica, quer em nível das relações entre dominantes e dominados, quer em nível das relações entre facções políticas das elites. As abordagens tradicionais, segundo a autora, ignoram as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937 e apagaram da memória histórica a significação de fatos cruciais como, por exemplo: a Revolução Constitucionalista de 1932; a Constituinte de 1934; a Intentona Comunista de 1935; as ações políticas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB); e a campanha eleitoral do segundo

semestre de 1937¹.

É possível concordar com Gomes (1980) sobre a necessidade de romper com essa abordagem cronológica, uma vez que esse exercício ainda se faz necessário para historiadores no século XXI. Defendemos, assim, a necessidade de retomar os estudos sobre o período que vai de 1930 até 1945, recuperando não somente a presença das forças populares, como também, a presença dos conflitos no interior das elites (GOMES, 1980).

Com o intuito de romper com esse esquecimento, este capítulo realiza a leitura do ideário do Movimento Bandeira como um exemplo das propostas políticas que se lançaram na disputa pelo poder na segunda metade da década de 1930. Abordamos, com isso, as estratégias que subsidiaram o ideário do Movimento Bandeira, o qual se colocou como uma quarta via política nos anos que antecederam o golpe que levou a instalação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Discutimos, ainda, a atuação de Cassiano Ricardo como líder dos “novos bandeirantes”² e, de que forma, esse intelectual ressignificou o “símbolo bandeirante” e os enunciados literários Modernistas da década de 1920 para suprir as necessidades do seu campo político na década de 1930. Com este exercício de revisão do período que vai de 1930 a 1937, proposto por Gomes (1980), constatamos que ao tentar dar sentido ao fato histórico das Bandeiras do século XVII e XVIII em meados da década de 1930, esse intelectual realizou algo próximo ao que autores, como Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg e Janaina Martins Cordeiro (2021), chamam de “negacionismo”.

Para compreender como esse intelectual atuou nos limites do revisionismo-negacionista, dialogaremos com as contribuições de Roger Chartier (2002). As posições do historiador francês nos ajudarão a compreender as condições de produção textuais, as diferentes relações entre a obra e seu criador, entre a obra e sua época, e entre as diferentes obras da mesma época³. Neste estudo, entendemos o “consumo” cultural ou intelectual de uma obra como “outra produção”, que é um espaço aberto às literaturas múltiplas. A partir da noção de “outra produção”, Chartier (2002) constrói as bases para a noção de apropriação como compreensão dos usos e das interpretações dos textos, ou seja, o entendimento das formas como os textos foram apreendidos e manipulados.

Nessa perspectiva, a significação dos textos depende das capacidades, dos códigos e das convenções de leitura das diferentes comunidades e diferentes públicos e, também, das “variações entre a significação, a interpretação e as apropriações plurais que sempre inventam, deslocam, subvertem” (CHARTIER, 2002, p. 259). Partindo dessa premissa,

1 As interpretações tradicionais sobre os anos que vão de 1930 a 1937, segundo Gomes (1980), levaram ao esquecimento a riqueza de um momento caracterizado pelo surgimento de um leque de propostas políticas que permearam não somente o campo político, mas também o campo intelectual brasileiro.

2 O termo “novos bandeirantes” será utilizado para fazer referência aos intelectuais que pertenciam ao Movimento Bandeira. Quando o termo bandeirista aparecer nessa tese, ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência às personalidades que participam do referido grupo.

3 O período tratado neste estudo iniciou-se com a arregimentação de alguns intelectuais em torno do Movimento Bandeira em 1935 até o golpe de 1937. E, para compreendermos como o ideário se estruturou a partir da apropriação do passado histórico, realizamos a leitura do ensaio *O Brasil no Original* (1937), de Cassiano Ricardo.

concordamos com Chartier (1990) ao entender que o “consumo” cultural ou intelectual é tomado como produção de representações que não são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista investiram na obra. Partindo do olhar sobre o “consumo” cultural, a obra adquire sentido ampliado por meio das estratégias de interpretação que constroem suas significações; muitas vezes, absolutamente novas, se comparadas às expectativas do autor. E, é nesse sentido que a restrição ao trinômio autor/obra/intencionalidade perde significado, pois as “comunidades interpretativas” adquirem o “poder criativo” sobre o texto (CHARTIER, 2002, p. 52).

Com base nessas considerações de Chartier (2002), vemos como Cassiano Ricardo – ao constituir o ideário bandeirista no ensaio *O Brasil no original* (1937) – realizou a apropriação da História, da literatura modernista – particularmente do seu célebre poema *Martim Cererê* (1927) – e do contexto político em que estava inserido para sustentar as bases simbólicas do Movimento Bandeira. Ao edificar as bases ideológicas desse grupo, esse intelectual propôs uma leitura revisionista-negacionista das bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII para atender às demandas políticas dos intelectuais reunidos entorno do Movimento Bandeira, demandas essas que tinham um objetivo bastante claro; a conquista do poder político.

Apesar de as primeiras obras revisionistas remontarem ao século XIX – particularmente em relação ao caso Alfred Dreyfus –, na segunda metade do século XX surgiram interpretações revisionistas com o intuito de relativizar os horrores do nazismo, negar a existência de câmaras de gases ou minimizar os horrores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (VIAL-NAQUET, 1988). Geralmente, esses estudos revisionistas são prontamente entendidos como formulações negacionistas sobre o passado (VIAL-NAQUET, 1988; TRAVESSO, 2004; ABAL, 2019; ROLLEMBERG & CORDEIRO, 2021). O “negacionismo”, de acordo com Rollemberg e Cordeiro (2001), pode ser compreendido como uma forma de “retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade” (p. 60).

Entendemos que o “negacionismo” refletiu um campo prático-político-intelectual internacionalmente articulado com movimentos de extrema-direita europeia no pós-1945 (MORAES, 2011). Conscientes dessa demarcação espaço-temporal, abriremos neste capítulo a possibilidade de pensarmos o surgimento de uma interpretação próxima ao revisionismo-negacionista no Brasil da década de 1930. Veremos, então, como as interpretações elaboradas por Cassiano Ricardo negaram as violências promovidas pelas Bandeiras do Século XVII e XVIII e, ainda, a associação às correntes literárias modernistas desse fato histórico. Diante desse problema, convidamos o leitor a entender como este intelectual paulista empreendeu uma ressignificação do fato histórico para atender as demandas políticas da década de 1930.

Intelectuais, política e ressignificação do passado: apropriação do “espírito bandeirante”

Ao considerarmos que a “mentalidade intelectual” da década de 1930 foi marcada pela modernização da sociedade e a exaltação do elemento nacional, não podemos menosprezar o fato de que essas discussões refletiam as incertezas do Governo Provisório, os debates na Assembleia Constituinte, a ascensão do Integralismo, a Intentona Comunista e a promulgação da Lei de Segurança Nacional em 1935. Essa conjuntura também influenciou a elaboração de projetos relacionados à economia, à organização política e à produção cultural brasileira. Aos olhos do contexto – no qual diversos projetos nacionais se lançaram na arena política – podemos entender o Movimento Bandeira liderado por Cassiano Ricardo como mais um desses projetos⁴.

Publicado pela Editora Hélios, o ensaio *O Brasil no original* (1937), de Cassiano Ricardo, é um importante documento histórico para entender a visão de mundo dos bandeiristas. Esse ensaio foi editado pelo Departamento Cultural da Bandeira, departamento que – segundo os bandeiristas – visava estimular obras que interpretassem a “vida brasileira em sua originalidade” e defendessem “uma função social à arte e à literatura” (NOVOS..., 1937, p. 5). Outras obras seriam publicadas pelo referido departamento⁵, mas não se concretizaram, sendo publicadas, apenas, o ensaio em tela e o *Ensaio de exposição ao pensamento bandeirante* (1937), de Menotti del Picchia.

Para confirmar o peso político e o impacto que essa obra causaria entre os intelectuais brasileiros, Cassiano Ricardo fez questão de transcrever a opinião de Levi Carneiro⁶ – também encontrada no jornal *Anhanguera*⁷ – sobre o “movimento cultural e nacionalista da Bandeira”. Este importante membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) ressaltava que esse Movimento não se tratava de

um partido político, isto é, de uma empresa para a conquista do poder [...]. Possivelmente, esse movimento não teria pleno êxito sem a posse do governo. Mas nada impede que os próprios governantes sejam, em qualquer momento, os que apoderam dele e o consagrem (RICARDO, 1937, orelha do livro).

Com essas palavras, Levi Carneiro buscou dar respaldo ao projeto político dos “novos bandeirantes”, pois o referido ideário estava a “serviço da Pátria” e à disposição para que os governantes se apoderassem dele. Como visto, esse simpatizante do ideário bandeirista deixava claro que o programa dos “novos bandeirantes” estava posto como mais

4 Após a publicação dos poemas *Canções de Minha Ternura* (1930) e *Deixa Estar, Jacaré!* (1931), Cassiano Ricardo enveredou pela produção de ensaios voltados para análise social e política da sociedade brasileira, publicando novo poema somente em 1943. A trajetória desse intelectual e sua articulação no contexto político da década de 1930 tomou vulto com a publicação do ensaio *O Brasil no Original* em 1935, o qual foi reeditado em agosto de 1937.

5 As informações divulgadas pela imprensa bandeirista noticiou a publicação das seguintes obras: *O Estado brasileiro*, de Candido Motta Filho; *Capitalismo e economia nacional*, de Aben-Assar Neto; e *Filosofia da arte brasileira*, de Guilherme Figueiredo.

6 Jurista, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras.

7 O órgão oficial de divulgação dos ideais do Movimento Bandeira intitulava-se *Anhanguera*, periódico que começou suas atividades em junho de 1937 e só deixou de circular com a extinção do movimento pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo.

um ideário no cenário político nacional, uma vez que ele poderia servir aos governantes⁸ que estivessem dispostos a colocá-lo em prática.

Após os comentários de Levi Carneiro, podemos ler o principal *slogan* do grupo: “Por um Brasil nosso e original. Por uma Democracia social nacionalista”. Esse *slogan* foi acompanhado por um trecho do manifesto⁹ bandeirista:

A Bandeira adjudica uma função social à inteligência brasileira, que deixa de ser um mundo descoordenado de solitária atividade especulativa sem eficiência, para colaborar livremente com o Estado na formação de uma consciência coletiva, rica de observação, moderna e vigilante, tão adequada à solução dos problemas brasileiros como necessária à realização do nosso papel no mundo (RICARDO, p. 1937)

Os intelectuais reunidos em torno do movimento defendiam a tese de que o Brasil tinha de encontrar o seu caminho como fizeram os bandeirantes. Segundo o manifesto, os bandeiristas reuniriam, “em cooperação harmoniosa, todas as inteligências criadoras contra todas as concepções alheias ao clima do nosso espírito e contrárias às finalidades nacionais” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Tal “cooperação harmoniosa”, de acordo com o manifesto, sustentaria “um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a qual não haverá unidade política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). O Manifesto afirmava, ainda, que era indispensável reorganizar o “pensamento nacional” através da “tradição bandeirante” e reforçar o sentido deste pensamento, colocando-o em “função social e política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Para tanto, a intelectualidade deveria se organizar “a serviço de uma grande causa que é a preservação da originalidade brasileira contra as influências estranhas que pretendam deturpá-la” (BANDEIRA..., 1936, p. 1).

Cooperação, unidade e nacionalismo comporiam – segundo os bandeiristas – a base da doutrina que organizaria a Nação brasileira contra os estrangeirismos, elementos esses que estariam presentes nas Bandeiras dos séculos XVII e XVIII. Como foco de irradiação de tal “unidade espiritual”, os “novos bandeirantes” reforçaram a predestinação de São Paulo em dar novamente a orientação dos caminhos da Nação, pois o Movimento Bandeira – assim como as Bandeiras históricas o fizeram – seria fruto da “arrancada da mentalidade paulista para a fixação e defesa das fronteiras da Pátria” (EDITORIAL, 1936, p. 1).

Voltando para a leitura do ensaio *O Brasil no Original*, a análise da capa é um outro caminho interpretativo e elucidador para compreender o processo de apropriação do passado histórico paulista. Vejamos:

8 Em primeira mão, esse ideário foi posto a serviço da campanha eleitoral de Armando de Salles Oliveira durante a frustrada campanha eleitoral no segundo semestre de 1937. No entanto, com a decretação do Estado Novo, esse ideário passou a servir a outro governante, a Getúlio Vargas e ao Estado Novo (COELHO, 2015).

9 O manifesto do Movimento Bandeira foi assinado – em 1935 – por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Almeida Prado, Fonseca Teles, Reynaldo Porchat, Guilherme de Almeida, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Vicente Rão, Paulo Prado e Afonso Taunay. Seus nomes são prontamente postos após o comentário de Levi Carneiro na orelha do livro.



Imagem 1 – Capa da 2ª Edição *O Brasil no Original* (1937) ilustrada por Lívio Abramo

Fonte: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Quando comparamos essa ilustração com a capa da versão de 1928 do poema *Martim Cererê* (1928), esse processo de apropriação torna-se ainda mais visível, observemos:

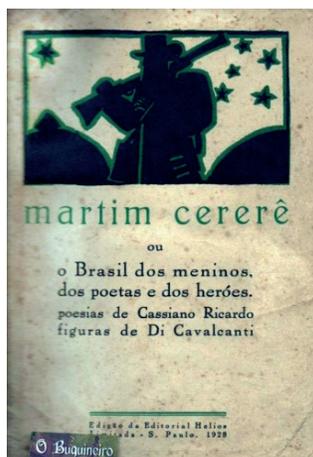


Imagem 2 – Capa da 2ª Edição *Martim Cererê* (1928) ilustrada por Di Cavalcante

Fonte: Fundação Cultural Cassiano Ricardo

Em ambas as capas encontramos a figura do Bandeirante de trabuco – a representação clássica elaborada pelos paulistas nas primeiras décadas do século XX – que avançava pela floresta e pelos morros. Como é possível notar, as duas ilustrações representam o principal herói do imaginário paulista no primeiro quartel do século XX; o bandeirante. Esse personagem histórico foi ornamentado com elementos simbólicos do imaginário sobre o bandeirante: chapelão, trabuco e a serra ou a mata que deveria ser

transposta para conquistar o território.

Após a apreciação dessas imagens, constatamos que Cassiano Ricardo se colocava como herdeiro de uma determinada tradição historiográfica paulista. Essa corrente fortaleceu-se nas primeiras décadas do século XX, sendo responsável por recuperar o bandeirante como símbolo da paulistanidade. Assim, percebemos que Cassiano Ricardo apropriou-se do bandeirante como uma das personagens centrais de seus escritos, tanto no poema quanto no ensaio, e mais ainda, nomeando o movimento político liderado por ele.

No que se refere ao bandeirante, essa personagem já vinha sendo um importante tema em trabalhos historiográficos, literários e pictóricos desde as últimas décadas do século XIX. A historiografia sobre as Bandeiras pode ser dividida em dois momentos: o primeiro no século XVIII e XIX; o segundo nas três primeiras décadas do século XX. O primeiro se preocupou em transcrever as fontes. Nessa perspectiva, o que se chama bandeirante era o paulista entrando no sertão, o conquistador e descobridor das minas de ouro, o chefe das tropas, o caçador de índio, o que combatia os escravos rebelados, isto é, o tipo violento. No segundo, entre 1890 e 1930, o bandeirante foi resgatado como símbolo paulista com base em qualidades individuais de coragem e determinação. Paralelamente, foram atribuídas características nacionais, pois foram eles que realizaram a integração e a expansão do território nacional (ABUD, 1985; OLIVEIRA, 2004).

A partir destas ponderações sobre o campo intelectual em que o debate sobre o bandeirante se desenvolvia, podemos começar a desenhar como o revisionismo-negacionista de Cassiano Ricardo se estruturava.

Para esse intelectual, o símbolo paulista seria o principal exemplo histórico a ser seguido pela Nação na década de 1930, pois esse “espírito bandeirante” seria o único capaz de levar a Nação brasileira a um futuro promissor. Para construir essa figura, o líder bandeirista negou todas as formas de barbárie do personagem em sua apropriação do passado, mas antes de nos atentarmos a isso, vamos apresentar mais alguns indícios que demonstram que Cassiano Ricardo buscou redefinir o passado aos desígnios do presente.

Para fundamentar essa perspectiva histórica, isto é, como o passado deveria ser interpretado, Cassiano Ricardo apoiou-se em uma premissa de John Dewey:

O conhecimento do passado é a chave para a compreensão do presente. A história trata do passado, mas este passado é a história do presente.

O verdadeiro ponto de partida da história é sempre alguma situação atual com seus problemas. John Dewey (*Democracy and Education*) (RICARDO, 1937, p. 4).

Esse fragmento foi utilizado como epígrafe do ensaio para fundamentar a perspectiva histórica do autor, isto é, moldar o passado para atender os interesses do presente. Para que a manipulação da memória histórica fosse possível, o ensaísta dividiu seu texto da seguinte forma: uma Introdução intitulada “Advertência” e mais três capítulos intitulados “A Bandeira caminhando no espaço”, “A Bandeira caminhando no tempo” e “Na encruzilhada da hora

atual”. Com essa estrutura, Cassiano Ricardo procurou reforçar os elos entre sua obra literária, seu ensaio e as posições políticas defendidas pelos bandeiristas. Para o ensaísta, o estabelecimento desses elos seria essencial para justificar que o Brasil não precisava de inspiração estrangeira nas artes e, principalmente, na política, pois as bandeiras históricas já haviam oferecido tal exemplo.

No ensaio *O Brasil no original* (1937), Cassiano Ricardo inseriu uma seção com o título “Meus heróis” e, não por acaso, com o mesmo título de um poema que havia finalizado a primeira edição do *Martim Cererê* em 1927. No texto poético, o autor exaltou as “mil coisas bonitas”, o “país onde tudo é criança” e os “caboclos paulistas que chegaram primeiro ao Brasil brasileiro” (RICARDO, 1929, p. 5-7). Para exemplificar a continuidade entre o poema e o ensaio, Cassiano Ricardo retomou a exaltação dos heróis que “conquistaram a terra” e sua presença inalienável “até nossos dias” (RICARDO, 1937, p. 121). Para ressignificar tal formação histórica e social, o ensaísta defendeu que “todo mundo já sabe o que foram as bandeiras, o que não foi estudado [foi] a bandeira como fenômeno social e político” (RICARDO, 1937, p. 5).

O líder bandeirista postulava que esse exercício seria fundamental “para tirar do fato histórico uma conclusão que parece muito interessante em face da hora atual” (RICARDO, 1937, p. 5). Ao elencar apenas o paulista que chegou ao “Brasil brasileiro”, o autor fortaleceu o regionalismo em sua obra literária. Essa estratégia pretendeu não somente fortalecer a representação da supremacia simbólica de São Paulo frente ao restante na Nação, mas também a rever o papel histórico dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII.

Cientes da história particular do poema *Martim Cererê* e dos objetivos políticos do ensaio *O Brasil no Original* (1937), entendemos visivelmente as tentativas de subsidiar o ideário do Movimento Bandeira. Não é possível ignorar a tentativa de Cassiano Ricardo em reelaborar uma “interpretação social e política” do passado histórico, o que consideramos uma espécie de revisionismo-negacionista, pois todas as atrocidades cometidas durante as Bandeiras foram silenciadas ou encobertas pelo manto da missão heroica que supostamente esses sujeitos haviam realizado. Essa “interpretação social e política”, empreendida pelo ensaísta, não se referiu ao fato histórico em si, mas, a mais um artifício desenvolvido pelo autor para atualizar e ressignificar o passado histórico paulista. Por isso, consideramos que a apropriação política do passado se relacionou ao processo de reescrita do poema, na elaboração do ensaio e na defesa do ideário bandeirista, de modo que essa estratégia pretendeu elaborar outra memória histórica.

Com o intuito de associar o “mito bandeirante” – sua obra literária e ensaística –, Cassiano Ricardo justificou que o capítulo “Meus Heróis” – inserido no *O Brasil no Original* (1937) – foi escrito na época da elaboração da primeira versão do poema *Martim Cererê* em 1927. Segundo o ensaísta, sua inclusão no presente no ensaio “demonstra[ria] a persistência e a exaltada sinceridade” de seu nacionalismo (RICARDO, 1937, p. 5). Entendemos que não somente esse texto consolida o elo entre ambos textos, mas também a ilustração da

capa do *Martim Cererê* (1928) e o ensaio *O Brasil no Original* (1937).

A estratégia de “consumo” cultural da própria obra e das obras clássicas que tratavam sobre o bandeirantismo do início do século XX, também fizeram parte de um projeto de líder bandeirista de interpretar o presente – década de 1930 – pelos olhos e premissas literárias da década de 1920 e das interpretações míticas dos bandeirantes. Com as concepções verde-amarelas e do bandeirantismo, as posições políticas caras ao autoritarismo brasileiro também contribuíram com essa interpretação. Um outro componente de suma importância para compreendermos a estrutura do ensaio *O Brasil no original* (1937) eram as representações históricas típicas da paulistanidade¹⁰, as quais fundamentavam o olhar histórico do ensaísta. Com base nestas duas perspectivas (verdeamarelismo e o “mito bandeirante”), o objetivo principal do ensaio em tela foi reelaborar o passado brasileiro para satisfazer os interesses dos intelectuais reunidos no Movimento Bandeira, assim como propor uma nova organização do Estado brasileiro para combater o Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal.

No que concerne a apropriação das premissas do modernismo verde-amarelo, o líder bandeirista – logo na introdução do ensaio – deixa bem transparente este vínculo ao esclarecer ao leitor que o ensaio “nada mais [era] do que a interpretação social e política do *Martim Cererê*” (RICARDO, 1937, p. 5). Cientes da história particular do poema *Martim Cererê* (1927) e da articulação do Movimento Bandeira na segunda metade da década de 1930, não é possível ignorar a tentativa de Cassiano Ricardo em realizar uma outra “interpretação social e política” do seu consagrado poema, em outras palavras, conferir um novo significado ao texto poético.

Após definir as origens históricas do Movimento Bandeira, o líder bandeirista passa a expor as origens literárias do grupo. Cassiano Ricardo não vê problemas em afirmar que o único movimento literário que possibilitou o encontro do Brasil consigo foi o Movimento Modernista¹¹ paulista. No ensaio, Cassiano Ricardo dedica uma seção inteira à avaliação da Semana de 22. O objetivo foi demonsttar o fermento político que havia por trás do movimento literário. O líder dos “novos bandeirantes” considerou que o movimento literário de São Paulo foi contra todos os “ismos” e, por isso “proclamará a nossa independência de espírito e de sentimento”, isto é, uma “verdadeira revolução do pensamento brasileiro” (RICARDO, 1937, p. 152). Cassiano Ricardo afirmou que aquela

ofensiva de inteligências, urgente e imprescindível, part[iu] de S. Paulo como

10 Segundo Jessica Mautinho (1991), a paulistanidade é uma ideologia afirmadora da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo em relação ao restante dos brasileiros. Essa afirmação, de acordo com a autora, surgiu em todas as épocas de crise e reformulação entre as relações do poder local e do Poder Central como, por exemplo, a reação do Partido Republicano Paulista contra a Revolução de 30, na Revolução Constitucionalista em 1932 e na campanha Presidencial de 1937.

11 Segundo Afrânio Coutinho (1970), o Modernismo foi o termo que se fixou na historiografia literária para designar o período artístico inaugurado com a Semana de Arte Moderna. No entender desse autor, a Semana foi mais do que um ponto de partida, foi a convergência e aglutinação de forças que se vinham constituindo entre escritores paulistas desde a segunda metade da década de 1910. Devemos ter ciência de que também é errônea a ideia de que o Modernismo foi um movimento exclusivamente paulista e que os escritores de outras regiões apenas copiaram. Segundo Mônica P. Velloso (2010), essa narrativa hegemônica foi empreendida pelas vanguardas paulistas nas décadas seguintes.

consequência de seu espírito perpetuamente renovador e como corolário da revolução intelectual que desencadeou em 1922, provocando então, uma violenta revisão de todos os processos de arte e estendendo o seu inquérito aos conceitos e preconceitos dominantes [...] O abalo fecundo, provocado por essa revolucionária investida intelectual que se processou, depois, em todos os centros da atividade brasileira, destruiu a velha mentalidade literária e criou a possibilidade de se erguer [...] a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo (RICARDO, 1937, p. 391).

Ao demarcar as origens literárias do ensaio, para não dizer do próprio Movimento Bandeira, o líder bandeirista salientou três elementos fundantes do grupo, os quais seriam inspirados na Semana de Arte de 1922: a crítica ao estrangeirismo, ao academicismo literário e a busca pela originalidade brasileira. Essas três premissas que, aliás, seriam herdadas das Bandeiras históricas, foram rearranjadas na década de 1930 para defender um projeto político oposto ao Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal, uma vez que todos esses projetos políticos eram reflexos do estrangeirismo. Para o líder do Movimento Bandeira, qualquer “ideologia forasteira pode virar numa infecção social. Uma infecção social maligna pode acarretar a destruição de tudo” (RICARDO, 1937, p. 201). Nas deformações que alguns pretendiam disseminar no Brasil, Cassiano Ricardo defendia que os “ismos” literários viram “ismos” políticos com imensa facilidade, ou seja, ontem “eram os ‘ismos’ literários. Hoje estão aí os ‘ismos’ políticos” (RICARDO, 1937, p. 208).

Cassiano Ricardo salientava que tais “ideologias sinistras formam a ronda silenciosa e terrível que invad[iu] por mil formas e através de mil feições, o nosso tesouro de originalidade e de vida” (RICARDO, 1937, p. 206). No intuito de reforçar a crítica aos estrangeirismos, Cassiano Ricardo considerava que entre os poetas que combateram os “ismos” europeus na década de 1920, pode-se encontrar: Menotti del Picchia, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Candido Mota Filho, Rodrigues de Abreu, René Thiollier e Afonso Schimidt. Apesar de todos os exemplos, o ensaísta evidencia que os poetas tipicamente brasileiros seriam Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida¹². Para o ensaísta, apenas esses escritores refletiram “mais nitidamente o sentido da Bandeira” e o “imperativo histórico e racial do planalto. Só esses três contribuíram com qualquer coisa de original para a poesia” (RICARDO, 1937, p. 203). Esses poetas – continua Cassiano Ricardo – repetiram a ação dos bandeirantes que marcaram as origens da nacionalidade e criaram “a poesia da ação” no “lugar da poesia de contemplação” (RICARDO, 1937, p. 174).

Ao compor uma interpretação dos “combates literários” dos anos vinte, Cassiano Ricardo (1937) – em meados da década de 1930 – reconstrói a memória histórica sobre o modernismo paulista. Para o ensaísta, após a Semana de 22 “os modernistas passaram

12 O interessante é que o ensaísta não cita Plínio Salgado. É importante lembrar que nos anos vinte, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado eram parceiros de caneta, mas na década de trinta ocorre a cisão política entre os escritores. Sobre o rompimento entre os dois intelectuais, ver: COELHO, George Leonardo Coelho. *Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936)*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 623-642, setembro-dezembro, 2017.

a discutir uns com os outros”, com isso, os de São Paulo se “dividiram em vários grupos” que se lançaram na procura da “originalidade brasileira” (RICARDO, 1937, p. 159). Na tentativa de explicar as correntes literárias de vinte, o autor destacou as duas alas em que se “bipartiu a vanguarda revolucionária”: a influência de Raul Bopp, com seu indianismo, determinou a formação do grupo “antropofágico”, com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Oswald Costa e Tarsila do Amaral; a outra foi composta por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Alfredo Elis e Alarico Silveiro com o “brasilianíssimo” verde-amarelo. De acordo com esse ponto do ensaísta, existe uma relação direta entre literatura e política, e como meio de defender essa tese¹³, o líder bandeirista afirmou que o

movimento antropofágico, feito de um roussonianismo retorno ao primitivismo da natureza, ou comunismo de tribo, devia-se fatalmente colorir-se de esquerdismo bolchevista. O movimento “verde-amarelo”, vivamente nacionalista, disciplinador, era uma firme e ousada marcha para a direita e, com Plínio, devia integrar-se numa forma fascista e, com Menotti e Candido Motta Filho no original nacionalismo da “Bandeira” (RICARDO, 1937, p. 161).

Cassiano Ricardo considerava que a Semana de Arte Moderna ressoou o “espírito bandeirante” do século XVII e XVIII para combater a “literatura de importação” (RICARDO, 1937, p. 152). Diante da proposição apresentada pelo líder bandeirista, na “hora atual” – quer dizer, na segunda metade da década de 1930 – esses pressupostos deveriam ser retomados e transformados em “uma nova consciência brasileira” contra os extremismos políticos (RICARDO, 1937, p. 152).

Ao mesmo tempo em que o ensaísta constrói a ponte entre a literatura e a política, ele estabelece uma “memória histórica” sobre a Semana de Arte Moderna como origem do ideário do Movimento Bandeira. Segundo o líder bandeirista, o Movimento Bandeira defendia a originalidade pretendida no início da década 1920 e, por isso, os “novos bandeirantes” seriam os verdadeiros herdeiros dos enunciados da Semana de Arte Moderna. Na “hora atual”, os verdadeiros inimigos destes “novos bandeirantes” seriam os deformadores políticos que buscavam por todas as formas introduzir teorias alheias às características étnicas e sociais do Brasil.

Assim como o quinto bandeirante no *Martim Cererê* reeditado em 1936, os “novos bandeirantes” se viam assombrados por dois fantasmas, um que quer levar para a direita e outro para a esquerda. Para exemplificar essa metáfora, o poema “André de Leão e o demônio de cabelo encarnado” – inserido na versão de 1934 do poema *Martim Cererê* – é uma boa amostra. Esse texto poético narra a história do “quinto bandeirante” perdido no sertão. Nessa situação, o quinto bandeirante se depara com dois “demônios” que pretendem atrapalhar o seu destino. O poeta descreve mais claramente essa contenda no

13 Para reforçar a afirmação de que toda “revolução política nasce de programas literários”, Cassiano Ricardo (1937, p. 162) utiliza como exemplo o caso italiano, pois o “fascismo, como se sabe, nada mais é do que o movimento de ideias levadas a efeito pelos escritores da modernidade italiana”, fato visto que Mussolini assinou o manifesto futurista de 1909. Assim como no exemplo italiano, a “Semana de Arte Moderna também trazia e renunciava qualquer coisa de mais sério e de mais profundo na vida mental do país” (RICARDO, 1937, p. 162).

seguinte fragmento:

assaltado por dois formidáveis mistérios:
como quem vai por um caminho
[...]
quando de sopetão se vê agarrado
por dois fantasmas de olhos amarelos,
terrivelmente iguais (rosto de um, rosto de outro)
que o querem conduzir de qualquer jeito,
cada qual para o seu lado,
um pelo braço esquerdo, outro pelo direito (RICARDO, 1936, p. 95-96).

Nesse fragmento, transparece uma representação poética dos debates políticos em que Cassiano Ricardo estava envolvido na década de 1930, visto que esses fantasmas da esquerda e da direita se referem às duas “ideologias forasteiras” – Comunismo e Integralismo – que o bandeirismo deveria combater. Ao final do ensaio *O Brasil no original*, o ensaísta transcreve esse poema a fim de reforçar que o país estava “na encruzilhada de um grande destino”, em que “dois espantalhos misteriosos [...] nos assaltam, um pela esquerda e outro pela direita” (RICARDO, 1937, p. 289). Ao transcrever um poema do *Martim Cererê* no ensaio *O Brasil no original*, Cassiano Ricardo colocava as duas produções literárias num mesmo plano, ou seja, o poema e o ensaio pretendiam reler as Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII, ambas obras eram herdeiras do modernismo verde-amarelo, e mais, estariam contidos nestes dois textos os princípios que orientariam a luta contra o Comunismo e ao Integralismo.

No desenrolar dessa trama, vemos a brasilidade persuadida pelos dois fantasmas que atrapalham a busca pelo destino, assim, o “quinto bandeirante” se vê perdido, mas o curupira lhe dita o caminho: vá “por aqui, direitinho” (RICARDO, 1936, p. 98). Nessa “encruzilhada”, Cassiano Ricardo (1937) queria impedir que o Brasil fosse “para o despenhadeiro da esquerda” e que, ainda pior, fosse conduzido “pela violência” do “caminho errado da direita”, pois o “caminho é um só: para a frente!” (p. 290). Ao fazer uso da alegoria do bandeirante perdido no sertão, o poeta ressignificou a aventura narrada em seu poema para representar os dilemas políticos do momento. Nessa aventura, a solução não seria seguir o caminho da esquerda e muito menos o da direita, mas o caminho do centro, bem “direitinho”. Segundo o líder bandeirista, ir “direitinho” seria a receita para que os demônios da esquerda e da direita – que atrapalham a caminhada rumo à frente – fossem “exorcizados”.

Bandeirantes, bandeirismo e revisionismo

Em relação à mitologia do bandeirante, Ricardo Luiz de Souza (2007) ressalta que é preciso pensá-la para além dos termos da positividade conferida pelos escritos do início do século XX. O autor nos lembra que a leitura sobre os feitos dos bandeirantes também teve seus críticos, entre eles, Aires de Casal (1976), D'Alincourt (1953) e Xavier da Veiga (1998), todos escritos antes do primeiro quartel do século XIX. Seguindo esse raciocínio, Antônio C. Ferreira (2002), sublinha que os

discursos a partir dos quais foi elaborada a mitologia bandeirante não foram, portanto, apenas aqueles que a descreveram em sua positividade [...] os críticos da mitologia bandeirante partiram, aliás, de uma concepção negativa do próprio paulista, visto no Rio de Janeiro, no final do século XIX, como caboclo ou sertanejo, com os bandeirantes entrando na história do Brasil como homens rudes e violentos, sendo, inclusive, o fato de situarem-se à margem dos círculos letrados cariocas (FERREIRA, 2002, p. 34-48).

O autor frisa que foi “principalmente a partir de Capistrano de Abreu que teve início a revisão da imagem do bandeirante, bem como do papel por ele desempenhado, associado [...] à violência e à escravidão indígena” (p. 166). Podemos dizer que Cassiano Ricardo foi herdeiro da corrente literária que exaltava a positividade dos feitos dos bandeirantes, especialmente a partir dos textos de Afonso d’E. Taunay (1922), Paulo Setúbal (1928) e Alfredo Ellis Jr (1934). Sendo tributário destas interpretações e, como outros escritores paulistas, se apropriou do símbolo bandeirante como expressão da personalidade desbravadora, destemida, altiva, determinada, independente, leal e líder (COELHO, 2015). Mesma perspectiva já havia sido apontada por Lúcia Lippi Oliveira (2000), a qual declara que Cassiano Ricardo destacou o bandeirante como o responsável pelas entradas no sertão, pela expansão das fronteiras da Pátria e pela formação da personalidade paulista.

Com base nestas constatações, poderíamos pensar que Cassiano Ricardo empreendeu algum tipo de revisionismo-negacionista ao reinterpretar a figura do bandeirante para sanar as lacunas políticas da década de 1930? Entendemos que sim, pois o revisionismo-negacionista promovido por Cassiano Ricardo foi fundamental para a elaboração do “mito bandeirante” como os construtores da Nação. Este procedimento foi, sobretudo, responsável pela cristalização das concepções de que o modernismo da década de 1920 foi eminentemente um movimento paulista e, como tudo no imaginário ricardiano, herdeiro do suposto “espírito bandeirante” que caminha no tempo. Para fundamentarmos um pouco mais nossa hipótese, torna-se necessário entender um pouco sobre a relação entre “revisionismo” e “negacionismo”.

Para Enzo Travesso (2004) o “revisionismo” é uma palavra que possibilita várias interpretações e “*que, en el curso del siglo XX, ha adquirido los significados más diferentes y contradictorios prestándose a usos múltiples y suscitando, a veces, malentendidos*” (p. 69). O autor, ressalta que ao se colocarem como porta-vozes de uma escola histórica

“reviscionista”, os negacionistas “*lograron contaminar el lenguaje y crear, así, una confusión considerable en torno al concepto de revisionismo*” (p. 69).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rollemberg e Cordeiro (2001) entendem que

o

termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação* (p. 60).

Para delimitar as diferenças entre revisões historiográficas e revisionismos, Enzo Travesso (2004) chama a atenção para algumas precisões metodológicas para a definição da prática revisionista historiográfica, entre elas, os usos responsáveis das fontes históricas.

O autor aponta para o fato de que o

descubrimiento de nuevas fuentes, la exploración de archivos, el enriquecimiento de testimonios, pueden alumbrar con una luz inédita acontecimientos que se creían perfectamente conocidos [...] A veces, la introducción de un nuevo paradigma puede dar significación a fuentes antes ignoradas (TRAVESSO, 2004, p. 71).

Para Travesso (2004), a “*historia se escribe siempre en presente y el cuestionamiento que orienta nuestra exploración del pasado varía, se modifica según las épocas, las generaciones, las transformaciones de la sociedad y los recorridos de la memoria colectiva*” (p. 72). Ao entender que as revisões da História são legítimas e, até necessárias, o autor entende que elas partem das problemáticas do presente e da utilização e interpretação de novas fontes. Ao entender desta forma, Travesso (2004) ressalta que certas revisões que se qualificam como revisionismo implicam em um recurso negativo e nefasto – também entendido por “*negacionismo*” –, as quais devem ser combatidas, uma vez que são apropriadas sem nenhuma consciência ética.

Ainda sobre essa diferenciação, Moraes (2011) lembra que as “*formas e padrões específicos do texto historiográfico são socialmente estabelecidos em uma comunidade de tipo específico*” (p. 7). Existe, segundo o autor, um

nível de elaboração abstrata que oferece fundamentos teóricos e metodológicos a procedimentos de escrita e de apresentação de resultados, a meios de obtenção de evidências, a formas de estabelecimento de relações causais entre proposições, a formas de condução de controvérsias, etc... (MORAES, 2011, p. 7).

O autor enfatiza, ainda, que os “*critérios de validade do escrito historiográfico estabelecem uma normatização para a escrita que, mesmo não escritos, compõe parte decisiva do habitus profissional dos historiadores*” (p. 7). É a partir desses elementos característicos da historiografia que Moraes (2011) pensa a caracterização do texto negacionista. Do ponto de vista de seu procedimento, o autor atenta para o fato de

que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação [...] e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições (MORAES, 2011, p. 10).

Mesmo não se pautando pela apresentação de uma tese, o autor supõe que os negacionistas buscam utilizar alguns recursos semelhantes utilizados pela historiografia, mas essa construção textual semelhante aos escritos historiográficos, não pode ser considerada pertencente ao campo disciplinar da História, mas sim uma “ilusão de historiografia” (MORAES, 2011, p. 11). Sendo assim, o autor reconhece

o negacionismo como uma fraude em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade [...] Por um lado, trata-se de uma historiografia falsificada, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico [...] Por outro, trata-se de um passado falsificado, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo (MORAES, 2011, p. 15).

Rolleberg e Cordeiro (2001) também diferenciam a historiografia do “negacionismo” através da contraposição dos termos “revisonismo” e “negacionismo”. Conforme os autores, apesar de serem confundidos, esses termos fazem referência a questões muito distintas, pois a “ideia de *revisonismo* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; *negacionismo*, por sua vez, a iniciativas de negá-los” (p. 61). Para tentar resolver a complexidade da questão, os autores entendem que um ponto “parece cristalino: o revisonismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História” (p. 61).

Sendo o “revisonismo” algo necessário ao desenvolvimento histórico e com o cuidado de não cairmos no sentido pejorativo do termo, optamos por nos referir à interpretação de Cassiano Ricardo como sendo um revisonismo-negacionista. Entendemos que a ressignificação do passado feita pelo líder bandeirista apoiou-se em um conjunto de leituras sobre o Bandeirante, mas não buscou interpretar o fato em si através da crítica às fontes. Por sua vez, o consumo cultural das obras pertencentes à tradição pautada pela heroização dos personagens históricos teve um objetivo delimitado; ressignificar o modernismo brasileiro e o passado histórico para atender as demandas da década de 1930.

No que concerne a releitura do bandeirante proposto por Cassiano Ricardo, suas análises não passaram necessariamente por procedimentos históricos como, por exemplo, a análise das fontes históricas, mas, somente recorreu às releituras de intelectuais que consagraram a figura heroica dos bandeirantes e às posições muito pessoais. Essas estratégias encontradas no ensaio *O Brasil no original* (1937) empreenderam, segundo

nossas apreensões, a um revisionismo próximo ao “negacionismo” que pretendeu reabilitar o acontecimento histórico das Bandeiras do século XVII e XVIII.

Talvez podemos fazer uma interpretação de certa forma exagerada, mas Cassiano Ricardo pode ser considerado um exemplo do revisionismo-negacionista do Brasil. Mesmo não tendo, no período, a profissionalização propriamente dita do historiador, fato que somente se consolidaria legalmente no Brasil apenas em 2020, não podemos negar que a historiográfica brasileira tinha uma tradição que remontava à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Essa corrente historiográfica foi marcada por grandes historiadores, entre ele, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima e Afonso d’Escragnoille Taunay. Diante dessa tradição historiográfica brasileira da virada do século XIX para o século XX – muitas vezes postas como ensaístas –, colocamos que a geração de pensadores paulistas das três primeiras décadas do século XX, sendo Cassiano Ricardo um destes herdeiros, negaram as visões críticas sobre os bandeirantes elaboradas na primeira metade do século XIX.

Compreendemos que essas elaborações poéticas, ensaísticas e historiográficas consolidaram um revisionismo-negacionista sobre o principal legado das Bandeiras dos séculos XVII e XVIII: a destruição das culturas indígenas e escravidão dos povos autóctones. Sob essa ótica, podemos utilizar as palavras de Moraes (2011) para entender o pensamento de Cassiano Ricardo (1937). Apropriando-se das palavras do autor, o líder bandeirista foi um negacionista que ofereceu “ao público receptor um *pseudopassado*, ou seja, uma narrativa com afirmações falsas sobre um tempo passado” (p. 2). É importante ressaltarmos o peso dessas interpretações que somente na década de 1950, com Vianna Moog e seu *Pioneiros e Bandeirantes* (1954), que as visões heroicas sobre os bandeirantes começaram a ser questionadas.

Considerações finais

Na década de 30, o Governo Federal teve que mediar as pressões pela reconstitucionalização do país, a defesa dos ideais liberais, o apelo dos Integralistas e o “perigo” comunista. Nos anos entre 1935 e 1937, o Movimento Bandeira se colocou nessa arena política. Na disputa entre os vários grupos políticos, os “novos bandeirantes” se apresentaram como os únicos portadores de uma “nova mentalidade” que defenderiam a originalidade brasileira. Seus representantes pretendiam combater as ideologias desagregadoras e defender a construção de um Estado Forte como caminhos necessários para manter a unidade espiritual do país. O bandeirante ricardiano demarcou as fronteiras territoriais e espirituais da Nação contra as “ideologias forasteiras”.

Apropriando-se de recursos de escrita, Cassiano Ricardo transitou do campo literário para o campo político, assim como, entre o passado histórico e a mitificação dos “heróis” para afirmar a superioridade estritamente paulista frente ao restante do país. O

ensaísta e representante do Movimento Bandeira interligou todos esses elementos para criar a sensação da herança heroica do passado no presente paulista. Essa ressignificação realizada pelo ensaísta também serviu como autoimagem dos “novos bandeirantes” como parte de um mesmo processo histórico, literário e político. Para Cassiano Ricardo, somente uma mentalidade ancorada no “espírito bandeirante” seria capaz de garantir o “Brasil na sua originalidade”. Essa é uma das principais finalidades práticas do programa do Movimento Bandeira, isto é, recuperar as forças do passado para formar uma intelectualidade que protegesse a Nação contra influências estrangeiras na política. Essa proposta guiaria a nação no caminho de encontrar sua nacionalidade através da incorporação das “populações do interior”, na instalação de um Estado Forte e no fortalecimento da “Democracia Social Nacionalista”.

O fato de que o ideário bandeirista estaria a “serviço da Pátria” e à disposição para que os governantes se apoderassem dele pode ser uma das principais características que aproxima esse ideário às concepções revisionistas-negacionistas da história, ou seja, distorcer o passado para atender as necessidades do presente. Como visto, essa premissa foi prontamente expressada logo na epígrafe do ensaio analisado neste estudo. Outro elemento característico desse revisionismo-negacionista era a rede de autores que buscavam divulgar as mesmas interpretações. Como exemplo, podemos citar as obras que seriam lançadas pelo Departamento Cultural da Bandeira, as quais fariam parte de um conjunto de textos de caráter histórico, político e social que viriam a contribuir com esta visão revisionista-negacionista das Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII.

Como visto, Cassiano Ricardo defendeu que o Modernismo paulista e o Movimento Bandeira fizeram parte de uma mesma continuidade histórica iniciada no século XVII com as bandeirantes. Essa associação foi a principal estratégia para subsidiar o papel da herança histórica das Bandeiras paulistas na sociedade brasileira na década de 1930, a qual foi marcada pela perspectiva revisionista-negacionista, pois o intelectual não tentou explicar o fato histórico em si, mas construir argumentações para justificar suas posições políticas no presente. Como foi possível perceber, apresentamos como a campanha empreendida pelos “novos bandeirantes” organizou a propaganda política baseada em afirmações falsas sobre o passado histórico brasileiro. E por essa razão que se torna necessário retornar ao estudo deste período e as disputas políticas da década de trinta, isto é, o retorno às investigações históricas da década de trinta é de suma importância para compreender como se organizou o pensamento ricardiano a serviço do Estado Novo.

BIBLIOGRAFIA

ABAL, Felipe Cittolin. Um risco para a história: normalização, revisionismo e reacionarismo. *Revista Hydra*, vol. 4, n. 7, dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9709>. Acesso em: 15 dez. 2021.

ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. 1985. 342f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

“BANDEIRA” O QUE PRETENDE A NOVA ORGANIZAÇÃO DE CULTURA E NACIONALISMO. *S. Paulo*, outubro de 1936, ano 1, n. 9, p. 1.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre Certezas e Inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 277 p.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.

COELHO, George Leonardo Seabra. Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936). *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, vol. 30, n. 62, p. 623-642, set./dez., 2017.

COELHO, George Leonardo Seabra. *O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo*. 2015. 346f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura Brasileira: modernismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1970.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1953.

ELLIS JR, Alfredo. *Populações Paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501 p.

JORNAL ANHANGUERA. Nº 1 – São Paulo – Sábado, 26 de junho de 1937.

MAUTINHO, Jessica. *A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso política*. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ts/a/JRRwG5CpCBnRvJYcTbc87Ds/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2021.

MELO, Luciana Maria de Moura. *A utopia de uma raça cósmica: o olhar de José Vasconcelos sobre a América latina*. 2010. Dissertação (História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

NOVOS LIVROS DA “BANDEIRA”. *Jornal Anhanguera*, 28 de junho de 1937, ano 1, n. 2, p. 5.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Americanos: representações da identidade nacional do Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, 224 p.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Brasil e Estados Unidos: fronteiras geográficas e culturais. In: SERPA, Élio Cantalício (Orgs.). *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Ed. UCG, 2004. p. 167-188
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Editora Novíssima: São Paulo, 1934.
- RICARDO, Cassiano. *O Brasil no Original*. 2ª ed. Coleção Cultural da Bandeira (Revista dos Tribunais): São Paulo, 1937.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê ou o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis*. São Paulo: Editora Hélios, 1928.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hélios, 1929.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1936.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1932.
- RICARDO, Cassiano. *Martim Cererê*. São Paulo: Editora Hélios, 1927.
- RICARDO, Cassiano. O Curupira e o Carão. In: PICCHIA, Menotti del.; RICARDO, Cassiano.; SALGADO, Plínio Salgado. *O Curupira e o Carão*. São Paulo: Editora Hélios, 1927.
- ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, n. 17, jan./jun., 2021.
- SETUBAL, Paulo. *A bandeira de Fernão Dias*: romance histórico. São Paulo: Editora Nacional, 1928.
- TRAVERSO, Enzo. Revisión y revisionismo. Pasajes: *Revista de pensamiento contemporáneo*, n. 14, 2004, p. 69-76. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8981111>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras, 1684-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.
- VELLOSO, Mônica. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos de memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

NEGACIONISMO E RELIGIOSIDADES: UMA PERSPECTIVA EVANGÉLICA¹

Data de aceite: 02/06/2023

Elizete da Silva

Professora doutora, titular plena da Universidade Estadual de Feira de Santana. Docente do Mestrado em História. Coordenadora do Centro de Pesquisas da Religião. Pós doutorado na Universidade de Évora. Vice coordenadora do GT História das Religiões da ANPUH. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0557949565804841>.

"No fim dos tempos
surgirão falsos Messias,
falsos profetas".

(BÍBLIA, APOCALIPSE
1, 7)

Introdução

Escrevemos este artigo sob o impacto do luto, da tristeza de se contar com mais de 611 mil mortes de brasileiros, vítimas da COVID 19. No mundo já são 5,13 milhões de vidas ceifadas, as quais,

segundo os especialistas, poderiam ter sido evitadas se realmente tivesse havido um cuidado efetivo das autoridades com políticas sanitárias rigorosas que respondessem à altura da gravidade da situação. A questão que nos instiga é qual a relação do negacionismo com a religiosidade evangélica? Como uma simples vacina, um antídoto para combater o vírus, se transformou em ponto de discórdia e rejeição de alguns setores evangélicos no Brasil?

O termo evangélico ou protestante nomeia os seguidores da Reforma Protestante, movimento religioso inaugurado em 1517, na Europa, liderado por Martinho Lutero, Henrique VIII, João Calvino, U. Zwinglio e Thomas Munzer, os quais questionaram o Catolicismo. Há uma diversidade de grupos protestantes no Brasil: históricos, a exemplo de Anglicanos, Luteranos, Metodistas, Presbiterianos, Congregacionais, Batistas e Episcopais Anglicanos; pentecostais: Congregação

1. Nota dos Organizadores: "O presente texto foi escrito e submetido à esta coletânea durante a presidência de Jair Bolsonaro (2018-2022) e faz referências a esse governo no presente. Optamos por deixar o texto como está, por guardar marcas do momento de sua escrita".

Cristã do Brasil, Assembleia de Deus, Igreja Deus é Amor, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja o Brasil Para Cristo; neopentecostais: Igreja Universal do Reino de Deus, Maranata, Igreja Internacional da Graça de Deus, Avivamento Bíblico, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Sara Nossa Terra, dentre outras.

Entendemos a religião como um elemento importante na formação cultural de uma determinada sociedade. Historicamente, diversas formas de relações com o sagrado contribuíram para moldar a realidade sociocultural brasileira, a exemplo do Cristianismo na sua versão Católica e Protestante, o Judaísmo, as Religiões Indígenas e as Religiões de Matrizes Africanas, acrescidas pelo Espiritismo, Islamismo e Novos Movimentos Religiosos na atualidade. A religião é a forma estruturada de crenças, teologia, ritos e instituições e a religiosidade como são internalizados pelos fiéis, as devoções e sentimentos, a religião vivida. (TEIXEIRA, 2017). Portanto, a perspectiva teórica que norteia este artigo perpassa por interfaces entre História Cultural, a partir de Roger Chartier (1990), e de Sociologia da Religião, especialmente o conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu (1974).

Quanto à noção de negacionismo, sinteticamente, é a negação da ciência ou de fatos históricos já comprovados. O termo se refere a um fenômeno político-intelectual ligado a movimentos de extrema-direita na Europa e nos EUA, que aflorou após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve origem em grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio dos judeus pelo nazismo e foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso (1987). O fenômeno foi ampliado, posteriormente, para negar a escravidão, o genocídio indígena na América e outros massacres de minorias populacionais (AVELAR, BERBER.VALIM, 2021).

II-Protestantismo e Relações com a Ciência

A Reforma Protestante ocorreu em um contexto de profundas transformações econômicas e sociais, e, como um marco da modernidade, também impulsionaria aspectos da Revolução Científica. Historiadores da ciência ressaltam que o princípio protestante do livre exame da Bíblia, a quebra do exclusivismo católico no Ocidente e o individualismo calvinista impulsionaram as invenções. “A ciência moderna desenvolveu-se, sobretudo no mundo protestante, prova de que as oposições que encontrou, não foram capazes de frear seu dinamismo” (ALLÈGRE, 2000, p.159).

Convém salientar que a nascente burguesia protestante também estava interessada em expandir seu espaço de atuação, bem como desejosa de lucrar com os novos mercados, por isso apostou na técnica e novas soluções para os problemas. Observar e estudar a natureza, como uma criação divina, fazia parte dos procedimentos metodológicos dos estudiosos do início da modernidade. O físico e professor de matemática Johannes Kepler (1571-1630), considerado um dos promotores da Revolução Científica, era de origem luterana e considerava os astrônomos sacerdotes de Deus no livro da natureza (HESS,

2003, p.173).

A ampliação e criação das Universidades nos países europeus de maioria protestante, também concorreram para o desenvolvimento de um espírito mais investigativo. João Calvino e Teodoro de Beza reestruturaram a Universidade de Genebra em 1559. Líderes calvinistas e Guilherme I, príncipe de Orange, criaram a Universidade de Leiden, nos Países Baixos em 1575. Amós Comenius (1592-1670), um professor e pastor protestante, de filiação religiosa aos Irmãos Morávios, escreveu a *Didática Magna* e defendeu a escola pública como a entendemos na atualidade.

Na saudação ao leitor da *Didática Magna*, afirmou o educador e pastor Amós Comenius que “da educação virá a salvação de todo o gênero humano” e que se trata de um árduo trabalho. Para comprovar sua tese, citou Cícero, preocupado com a educação dos romanos e Filipe Melanchton no século XVI: “a educação é coisa um pouco mais difícil que a tomada de Tróia” (COMENIUS, 1996, p. 47). Seguindo um princípio reformado, Comenius preconizaria na sua *Didática Magna* uma escola pública para todas as pessoas, uma metodologia de ensino e escolarização para meninos e meninas (SILVA, 2019). A tradição da escola ao lado do templo protestante, se espalhou e certamente contribuiu para a evolução do pensamento científico.

Diante de uma peste, que assolou a região da Baixa Silésia, Martinho Lutero escreveu o panfleto “É permitido fugir do risco de morte?” (LUTERO, 1527). Aconselhava que se alguém vive e enfrenta a doença amparado pela fé não significa que deva evitar medidas de prevenção ou tratamento. Lutero criticou duramente as pessoas que não se cuidavam, pois “Deus criou a medicina, os medicamentos e concedeu a razão para que exerçam a prevenção em relação ao corpo e cuidem dele, para que seja saudável e viva” (LUTERO, *apud* RIETH, 2021, p.81). Conforme o reformador alemão, o cristão deve exercer o bom discernimento e não jogar irresponsavelmente o problema para Deus:

Eis minha exortação: contrariamente, alguns pecam por demais para o lado oposto, são atrevidos e descarados quando tentam a Deus e são negligentes por completo enquanto deveriam prevenir a mortalidade e a peste. Desprezam o uso de medicação e não evitam lugares e pessoas que tiveram a peste e dela se recuperaram, mas jogam e brincam com elas, querendo com isso comprovar sua esperteza (LUTERO, *apud* RIETH, 2021, p.81).

No período contemporâneo, observamos que o desenvolvimento e a popularização de pesquisas relevantes para a humanidade foram realizados por cientistas protestantes ou em instituições vinculadas, tradicionalmente, às denominações evangélicas. Vários expoentes das ciências médicas no mundo ocidental no século XIX eram evangélicos. A Senhora Ellen White, liderança da Igreja Adventista do Sétimo Dia, não era médica, mas uma observadora atenta da sociedade industrializada estadunidense e preocupada com a insalubridade em que viviam os trabalhadores e a população dos EUA passou a investigar formas alternativas e naturais de como ter boa saúde e muitos dos seus ensinamentos,

ainda hoje, continuam a ser praticados pela medicina natural (WHITE, 2007).

O médico britânico, Joseph Lister, que revolucionou as práticas cirúrgicas, era evangélico de origem Quaker, grupo dissidente que condenava a escravidão na Inglaterra e nos EUA. A fé em Deus, ou a filiação religiosa de matriz protestante, nunca foi impedimento para os seus seguidores aceitarem as pesquisas científicas, muito menos acreditarem na ação divina nos processos científicos de cura e conservação da saúde da humanidade.

No Brasil do século XIX e da primeira metade do século XX, anglicanos, luteranos, presbiterianos, metodistas, congregacionais e batistas formavam um minoritário contingente protestante, mas envolveram-se em questões e problemas sanitários que assolavam a população. Na Bahia, o médico anglicano John Paterson, professor da Faculdade de Medicina, na epidemia de *cólera morbus*, (1855-1856) colocou, a serviço da sociedade brasileira, seus conhecimentos sobre as doenças tropicais. Paterson ficou conhecido como o médico dos pobres pelo seu cuidado com a população desassistida. Como reconhecimento pelo seu trabalho foi erguida, pelas autoridades, uma estátua na Rua da Graça, na cidade de Salvador (SILVA, 2017).

Ao final da Guerra de Canudos em 1891, encetada pelo exército brasileiro contra o movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, presbiterianos e anglicanos juntaram-se ao Comité Patriótico em defesa das vítimas da guerra, magistralmente narrada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*. Os protestantes providenciaram tratamento médico e conforto para os sobreviventes do massacre perpetrado pelo exército republicano, que destruiu o arraial de Belo Monte construído pelos sertanejos conselheiristas (SILVA, 2017).

Em 1910, quando da passagem do Cometa Halley na Bahia, o Padre do município de Pojuca, no Recôncavo Baiano, fez uma procissão e anunciou a possibilidade de haver chegado o fim do mundo. Professora Archimínia Barreto, membro da Primeira Igreja Batista do Brasil, foi contrária àquela histeria coletiva, alimentada pela “desinformação popular e o oportunismo do padre”. Archimínia foi intimada pelo clérigo a retirar-se da cidade. Não se intimidando, pediu providências ao Chefe de Polícia, exigindo garantias de vida e liberdade de culto conforme prescrevia a Constituição do País (BARRETO, 1971, p.21). O incidente entre a Professora Archimínia e o padre serviu de inspiração para um artigo no Jornal Baptista, no qual acusava duramente a Igreja Católica de explorar a ignorância dos seus fiéis para extorquir bens e lucros financeiros. A racionalidade teológica dos batistas não coadunava com a datação de episódios para marcar o fim do mundo.

Em 26 de maio de 1910, o Jornal Batista publicou uma matéria sobre a passagem do Cometa Halley, ressaltando que “passou, felizmente, sem consequências funestas, exceto por alguns suicídios de neurasthenicos e explorações por parte de certos miseráveis que de tudo se servem para tirar proventos pecuniários” (O JORNAL BAPTISTA, 26 de maio de 1910, p.1). Além de criticar a superstição e a falta de conhecimento dos avanços da ciência, o periódico batista foi drástico contra a religião majoritária: “houve indivíduos que andaram

vendendo uma oração em forma de cruz que, como de praxe, foi dictada por um anjo a uma menina.” (O JORNAL BAPTISTA, 26 de maio de 1910, p.1). Nas páginas do Jornal Batista, vários artigos ressaltavam as descobertas científicas e a biografia dos cientistas, protestantes ou originários de países de maioria reformada (SILVA, 2017).

O jornal *Esthandarte* Cristão dos episcopais anglicanos também publicou artigos sobre o cometa Halley ressaltando a ciência na compreensão da natureza criada pela mão divina: “A sciencia nos auxilia, agora, a melhor comprehender a criação de Deus, e é mais fácil confiar n’Elle, quando a dita sciencia nos afirma sobre o cometa Halley, cortar duas vezes a orbita da terra, humanamente falando, não há a menor possibilidade de uma collisão com o nosso planeta” (ESTHANDARTE CRISTÃO, 30 DE ABRIL DE 1910). Acatavam os avanços científicos como um conhecimento permitido por Deus para auxiliar a humanidade. Na década de 1930, frente a um surto de lepra que atacou São Paulo, a Igreja Metodista fez intervenções nos seus periódicos, alertando a comunidade religiosa para seguir os protocolos de higiene, além de atitudes mais práticas pela saúde pública (ALMEIDA, 2018).

III-Momento de inflexão: o Fundamentalismo Protestante nos EUA e no Brasil

Ao observarmos a trajetória do Protestantismo, como de diversos grupos religiosos, observamos que não existe uma linearidade em suas concepções e práticas, mas há rupturas e mudanças conjunturais nos discursos e representações, que se explicam pelas transformações históricas provenientes do próprio contexto social, os quais, por sua vez, sofrem injunções de diversos fatores, não apenas aos que remontam ao sagrado ou devocional.

Na transição do século XIX para a centúria do XX, o mundo passou por profundas mudanças, inclusive no interior do Protestantismo. Com o avanço das Ciências Históricas e da Arqueologia muitos exegetas e teólogos iniciaram a questionar a interpretação dogmática do texto bíblico. Gestou-se um movimento conservador nos EUA, como reação ao que se considerava modernismo teológico e desvio das verdades bíblicas da fé reformada, preconizados pelos novos teólogos europeus e estadunidenses que se utilizavam da crítica histórica para interpretar a Bíblia.

Especialmente repercutiram os discursos opositores, entre setores Presbiterianos e Batistas, os quais condenavam a Nova Teologia, chamada de modernismo. Nos anos 1909 e 1915, publicaram uma série de brochuras consideradas pelos autores elementos fundamentais da fé cristã e intitularam *The Fundamentals: A Testimony To The Truth* (PACE; STEFANI, 2002). O conceito de fundamentalismo originou-se dessas formulações feitas pelo Protestantismo dos EUA. Pugnavam contra “o modernismo pernicioso” e o Evangelho Social que tinha uma proposta de releitura bíblica a partir dos problemas sociais.

Os fundamentalistas defendiam um retorno às verdades bíblicas, em torno dos

princípios doutrinários: “a absoluta inerrância do texto bíblico; reafirmação da divindade de Cristo; Cristo nasceu de uma virgem; redenção universal garantida pela morte e ressurreição de Cristo; ressurreição da carne e certeza da segunda vinda de Cristo” (PACE; STEFANI, 2002, p. 28). Os principais inimigos eram: a Igreja Católica, o Socialismo, a Filosofia Moderna e a Teologia Liberal. “Num encontro da *Northern Baptist Convention* em 1920, Curtis Lee definiu fundamentalista como alguém que está disposto a recuperar territórios perdidos para o Anticristo e a lutar pelos fundamentos da fé” (ARMSTRONG 2001, p.150).

Gradativamente o movimento fundamentalista transformou-se em discurso político, com desdobramentos sociais. Durante a Primeira Guerra Mundial demonizaram a Alemanha, considerada um país nefasto de onde procediam as doutrinas modernistas.

Em 1919, organizaram um congresso em Filadélfia com mais de seis mil evangélicos de todas as denominações e fundaram a *World's Christian Fundamentalist Association* (WCFA), com a intenção de propagar suas ideias e práticas. A criação da *homeschooling* é desse período, quando pais evangélicos fundamentalistas resolveram escolarizar suas crianças em seus próprios lares para evitar as ideias científicas do darwinismo, que discordavam da leitura criacionista da Bíblia (ARMSTRONG, 2001).

No século XX, o principal divulgador dos princípios fundamentalistas foi o Reverendo Presbiteriano Carl McIntire, líder do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs, criado em 1948, em oposição ao Conselho Mundial de Igrejas, de linha ecumênica e progressista. Calcados no princípio da inerrância bíblica condenavam qualquer exegese bíblica que buscasse uma contextualização dos ensinamentos das Escrituras, eram literalistas e anacrônicos na sua interpretação da Bíblia. Jean-Paul Willaime sugeriu que a busca do fundamentalismo pode ser uma demanda psicossocial: “Ao oferecer uma verdade religiosa bastante definida, o fundamentalismo pode responder às aspirações psicossociais daqueles que, num mundo em profunda mutação, procuram referenciais estáveis” (WILLAIME, 2000, p. 28).

O movimento fundamentalista não admitia o progresso da crítica histórica, tinha uma atitude de descrédito e de negação da ciência. O final do século XIX foi um tempo de incertezas nos EUA, o que certamente favoreceu o ressurgimento de ideias apocalípticas, o reavivamento das doutrinas bíblicas e a certeza que só Deus salvaria a pátria e o mundo decaído pelo modernismo e o cientificismo materialista. O episódio com o Professor John Scops, que ministrava aulas de Biologia (1925) no Tennessee seguindo as teorias do darwinismo e por isso foi levado ao tribunal ganhou estrondosa repercussão: criacionismo x evolucionismo, ciência x religião se tornou um debate público.

Martin Dreher concluiu que “para o fundamentalismo, a verdade religiosa é pressuposto para a ação política. Seu alvo é a sociedade perfeita” (DREHER, 2005, p. 9). Ao criticar o modernismo teológico e o cientificismo da sociedade, os fundamentalistas também buscavam intervir na ordem social. Consideravam o Evangelho Social e os sindicatos como diabólicos e um sinal do Anticristo. Após a II Guerra Mundial, os fundamentalistas

alinharam-se à direita. “McIntyre aderiu à J. McCarthy contra o comunismo e alimentou o macarthismo entre os evangélicos.” (ARMSTRONG, 2017, p.352).

Instituições eclesiásticas centenárias dividiram-se em opositores e defensores do fundamentalismo. Em 1920, um grupo liderado pelo Pastor Batista William Bell Riley se afastou da Convenção Batista do Norte dos EUA, criticando o liberalismo teológico fundando a Bible Baptist Union. O Reverendo Carl McIntire organizou a Igreja Presbiteriana Bíblica e o Seminário Teológico da Fé seguindo os discursos e as práticas fundamentalistas. “O movimento conservador foi abraçado por empresários, que passaram a financiar publicações e atividades proselitistas nos EUA e no exterior” (SILVA, 2021).

O Protestantismo Brasileiro esteve sempre atrelado às grandes instituições evangélicas dos EUA, em decorrência da atuação de missionários estadunidenses e a cooperação financeira com os empreendimentos educacionais e proselitistas no País. O Reverendo Carl McIntire ultrapassou as fronteiras dos EUA em sua cruzada fundamentalista, conferenciando no Chile, Peru, Argentina e Coreia. Em 1959, chegou ao Brasil, realizou palestras em São Paulo, no Teatro Municipal e no Rio de Janeiro.

Reverendo McIntire pregou em templos congregacionais, no Rio de Janeiro, a convite do Pastor Sinésio Lyra da Igreja Bíblica Congregacional, o qual fez questão de explicar ao articulista do jornal *Correio da Manhã*, em uma missiva: “pertencço a um Grupo de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas do Brasil (não confundir com a Confederação Evangélica do Brasil que está ligada ao Concílio Mundial de Igrejas)” (CORREIO DA MANHÃ, 1959, ed. 20358). Pastor Sinésio Lyra foi considerado por McIntire “um santo e um soldado a nosso comando” (ANDERSON; RHOADS, 2011, p. 153), tornou-se presidente da Associação Fundamentalista Evangélica da América Latina (ALADIC).

Uma tentativa de inserção do fundamentalismo entre os Batistas ocorreu em 1949, atingindo lideranças da Convenção Batista da Bahia e da Associação Batista do Brasil, naquele momento separadas da Convenção Batista Brasileira dirigida pelos missionários estadunidenses da Junta de Richmond. A NABA se diferenciava das demais agremiações atuantes no Brasil pela “afirmação fundamentalista e antimodernista, ao aceitar a doutrina bíblica exatamente como está nos textos sagrados, numa leitura linear e interpretação direta” (TEIXEIRA, 2017, p. 90).

A Associação Fundamentalista Evangélica da América Latina (ALADIC) continuou realizando congressos, com temáticas escatológicas e conservadoras: Em 2012, aconteceu em Campinas, o XXI congresso da ALADIC e o XVIII Congresso Internacional do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs fundado por Carl McIntire. Em 2015, ocorreu em Recife o XXII congresso da ALADIC, com o tema “Vigiar para não cair no racionalismo, que é muito perigoso” com a presença de delegações dos EUA e de toda América Latina.

O movimento fundamentalista criou raízes na sociedade estadunidense, bem como na sociedade brasileira, se adaptou às novas conjunturas e renovou-se seguindo as novas tecnologias de comunicação. O fundamentalismo se ressignificou: a geração de

1960, incluindo o Pastor Batista Billy Graham e sua Associação Evangélica, absorveu o conservadorismo teológico, que desembocaria na década de 1970 na Nova Direita Cristã e na Maioria Moral, alinhada a uma pauta política conservadora, sob a liderança de Jerry Falwell, que combatia o liberalismo nos EUA. Era o “neofundamentalismo evangélico” (MARTELLI, 1995, p. 10).

O fundamentalismo e o conservadorismo do Pastor Batista Billy Graham marcaram profundamente os protestantes brasileiros. Os livros do Pastor Batista estadunidense foram intensamente divulgados no Brasil. A obra *Mundo em Chamas*, de 1968, publicada no País pela Record, traz uma mostra do pensamento fundamentalista de Graham no próprio título, *o mundo em chamas*, que remete ao fogo apocalíptico que, na sua visão, tinha “explosão demográfica, cientificismo, iniquidade, imoralidade, novas teologias, cristianismo sem Deus e o comunismo ateu, que queria dominar o mundo politicamente” (GRAHAM, 1968, p. 248).

No Brasil, os setores protestantes progressistas e opositores do movimento fundamentalista vinculavam-se à Confederação Evangélica do Brasil, apoiada pelo Conselho Mundial de Igrejas, que fundou o Setor Igreja e Sociedade, em 1955, proposta ecumênica e voltada para os problemas do País. O grupo era liderado pelos presbiterianos Richard Shaul e Waldo Cesar formado por setores de várias denominações. O fundamentalismo reavivou o ódio ao comunismo, pois o Protestantismo brasileiro o identificava como diabólico desde a Revolução Russa, em 1917, e representavam a Rússia como o reino do terror, mandíbulas do inferno. “O perigo que ameaçava o mundo era o bolchevismo, o ateísmo e crimes, semeando a discórdia entre patrões e operários, além de perseguir as religiões” (SILVA, 2017, p. 135).

Os protestantes ecumênicos realizaram quatro conferências nacionais sobre a responsabilidade social da Igreja (SILVA, 2010). Por causa desta visão social, os setores progressistas eram vistos pelos fundamentalistas como heréticos e comunistas. Reverendo Sinésio Lyra afirmou: “a influência comunista está se fazendo em vários setores da vida nacional. Líderes do Concílio Mundial de Igrejas são agentes do comunismo, protestantes apóstatas, que vêm ludibriando igrejas evangélicas” (CORREIO DA MANHÃ, 1959, ed.20358). O anticomunismo se confundia com o antiecumenismo entre os fundamentalistas.

Em 1964, frente ao Golpe militar que instalou a Ditadura civil militar no Brasil, apoiada oficialmente pela hierarquia protestante, Reverendo João Dias Araújo da Igreja Presbiteriana relatou que no mesmo dia do golpe, o Reverendo Presbiteriano Israel Gueiros, líder fundamentalista, num programa na Rádio Clube Pernambuco “agradeceu a Deus pelos militares golpistas e denunciou que, havia uma cátedra de teologia marxista no Seminário Presbiteriano do Norte, e o professor era João Dias de Araújo” (ARAÚJO, JOÃO DIAS. ENTREVISTA CONCEDIDA À ELIZETE DA SILVA, FEIRA DE SANTANA, 26 NOV., 2013). Reverendo Israel Gueiros prosseguiu nas denúncias contra o Reverendo João Dias de Araújo “acusado de incitar os jovens seminaristas às ideias comunistas”. Delatado, o Reverendo Araújo foi chamado pelo DEOPS para depor.

IV- A Conjuntura atual: Evangélicos Negacionistas e a Teologia da Prosperidade

O Coronavírus é uma pandemia que se arrasta por quase dois anos e demonstrou de forma clara os vínculos de um setor evangélico com o fundamentalismo, o negacionismo e a necropolítica. Segundo o historiador camaronês Achille Mbembe, a necropolítica é o poder de dispor da vida e da morte vivido em regimes autoritários, bem como durante a escravidão e no período colonial (MBEMBE, 2016). A necropolítica, concretamente, pode se manifestar em expressões e atitudes de incentivo à violência repetidas pelos eleitores bolsonaristas: “bandido bom é bandido morto” ou “para que Direitos Humanos para bandidos?”

O discurso do setor evangélico fundamentalista, que segue a Teologia da Prosperidade, sobre a pandemia do Coronavírus se alinhou de forma explícita com a política negacionista do Governo Federal. O Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, em redes sociais em 15 de março de 2020, declarou “Veja só, todo mundo está falando no Coronavírus e o mundo inteiro está ajoelhado diante dessa maldição, dessa praga chamada Coronavírus, histeria da imprensa e obra de Satanás” e recomendou como antídoto o “Coronafé”. Seguindo a mesma postura do Palácio do Planalto, o Bispo iurdiano acusou: “a mídia tem jogado pavor no ar, há muito mais mortes por outras causas. Por trás há interesse econômico, é uma tática de Satanás.” (MACEDO, 2020).

Edir Macedo é um líder religioso poderoso, pois comanda dez mil templos da Igreja Universal do Reino de Deus espalhados em todo o território nacional e em vários países do mundo. Em 11 de junho de 2020, o Bispo Macedo postou em suas redes sociais, que teve o Coronavírus, se hospitalizou e foi curado com a cloroquina. A “Cloroquina de Jesus” já foi cantada em manifestação pública pelos evangélicos em vários locais do Brasil.

A insistência do Presidente da República em prescrever Cloroquina até para as emas do bosque do Palácio do Planalto não vem de uma revelação divina especial que ele recebeu, como pensam alguns evangélicos, mas da influência do Donald Trump seguido por Jair Bolsonaro, que é sócio de uma indústria de fármacos que fabrica o tal remédio, conforme notícia de periódicos estadunidenses e brasileiros. Mais uma vez, o mercado acima de tudo desmente na prática presidencial o seu slogan “Deus acima de Tudo”. Só se ele fala de outro Deus. Como diria o crítico Paul Lafargue (1842-1911) “é o deus mercado que comanda a vida na religião do capitalismo”, no seu famoso panfleto *O Direito à Preguiça* (1999). Ou seguem o deus Mamom, como está na Bíblia ao se referir à ganância do dinheiro, segundo o texto bíblico de Mateus 6:24.

Outra atitude negacionista dos evangélicos fundamentalistas foi a reação contra o isolamento social, que partiu principalmente dos pastores empresários Silas Malafaia do ministério Vitória em Cristo, ligado à Assembleia de Deus e Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, grupos religiosos de origem pentecostal e seguidores da Teologia da

Prosperidade, uma vertente doutrinária largamente difundida entre os Neopentecostais, que enfatiza a prosperidade material e financeira do fiel, como o foco central tanto da liturgia, quanto das práticas rituais. O pastor assembleiano Malafaia, em suas redes sociais, desafiou as recomendações das autoridades e atrevidamente disse: “ninguém vai impedir meus cultos.” (MALAFAIA, 2020)

À primeira vista, uma possível razão para tal atitude seria a confiança que Deus livraria os fiéis reunidos em sua congregação dos malefícios e da letalidade de um vírus, que já ceifou milhões de vidas. Deus acima de tudo, inclusive das evidências da realidade e dos diagnósticos científicos, atitudes típicas de religiosos negacionistas, fundamentalistas. Mas, observando o discurso pastoral com mais cuidado, chegamos a outras razões para tal irresponsabilidade de homens que, em decorrência da liderança espiritual exercida, deveriam contribuir, positivamente, para preservar seus fiéis e a população em geral dos perigos de uma infecção catastrófica.

Pelo princípio do sacerdócio universal, os evangélicos, para realizarem a sua devoção, não precisam frequentar o templo do Pastor Malafaia ou do Bispo Macedo. Os evangélicos, doutrinariamente, não precisam ir ao templo, nem do pastor para realizar seus cultos. O sacerdócio universal garante que todos os fiéis, homens e mulheres podem se relacionar com Deus sem a mediação do pastor. Na Bíblia está escrito, que “Deus não habita em templos feitos pela mão do homem” (BÍBLIA, ATOS 7: 48), portanto não existe o lugar sagrado, Deus está em qualquer lugar que seja invocado. Os protestantes não confundem o templo, o espaço físico, com a Igreja, a reunião dos fiéis, a congregação.

Uma prática corrente entre os evangélicos, pelo menos entre os Batistas, é a realização de cultos domésticos, geralmente feitos antes das refeições nos lares, com leitura bíblica, cânticos e orações, seguindo a mesma liturgia do templo. Portanto, para realizarem a sua devoção não precisam frequentar o templo do Pastor Malafaia ou do Bispo Macedo, aliás, templos acintosamente luxuosos frente à pobreza dos milhares de irmãos, que os frequentam e sustentam. Na verdade, o que alimenta a atitude desses líderes religiosos negacionistas é a prática da Teologia da Prosperidade, que se nutre da doação dos dízimos e das ofertas das pessoas, que frequentam seus templos. O dízimo, as ofertas também estão na Bíblia, porém a forma coercitiva como é cobrado por esses pastores é profundamente mercadológica, adequada ao capitalismo selvagem que apenas visa o lucro, independente da exploração causada aos trabalhadores.

O Pastor Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, mais um mercador da fé, foi processado por estar difundindo falsas esperanças de cura do Coronavírus com uma plantinha milagrosa, vendida a preço astronômico. Segundo Santiago era para cobrir os prejuízos pelos templos fechados. Certamente, a pobreza e a caridade evangélica que esses pastores deveriam cultivar se transformaram em cobiça do vil metal, ao colocar em risco os próprios membros de sua congregação, pois poderiam realizar seus cultos e reuniões via online, como muitos grupos religiosos têm realizado.

O Decreto do Presidente da República de 26 de março de 2020 colocando as agências de loterias e igrejas como serviços essenciais e que devem ser mantidos nos remete ao lucro que o Estado auferir com os jogos lotéricos e aos pastores com o recebimento dos dízimos, que em tese, não pertence a eles individualmente, mas às comunidades religiosas que administram. Que motivos levariam o mandatário do Governo a decretar a abertura aos cultos, senão atender a uma demanda do setor evangélico, que sustenta o seu governo, em especial a Bancada Evangélica, conhecida pelo conservadorismo e defesa de interesses particulares de grupos religiosos, em detrimento de políticas públicas que, de fato, possam resolver os graves problemas nacionais, inclusive o combate ao Coronavírus.

Os pastores empresários da fé e negacionistas são homens ricos. Bispo Edir Macedo é considerado um dos mais ricos do país, dono de um império de comunicação a serviço do Governo Bolsonaro. Segundo a Revista Forbes de janeiro de 2013, a fortuna do Bispo Macedo é de dois bilhões. O Pastor Valdemiro Santiago da Igreja Mundial do Poder de Deus acumula 400 milhões e Pastor Silas Malafaia 300 milhões. O Pastor R. R. Soares da Igreja Internacional da Graça de Deus aparece com 250 milhões, o qual solicitou aos fiéis que durante a pandemia com os templos fechados fizessem a doação dos dízimos via transferência bancária.

A reação desses religiosos, que estão sempre a brandir suas Bíblias, nos faz lembrar um episódio narrado nas Escrituras Sagradas, quando os sacerdotes do templo de Salomão foram expulsos por Jesus pelo fato de mercadejar as ofertas e sacrifícios dos judeus e transformar o local em covil de ladrões e vendilhões dos símbolos sagrados, conforme narrado no Evangelho de João. Estes pastores empresários seguem os princípios bíblicos seletivamente, o que lhes interessa para aumentar as verbas de seus negócios. Esqueceram o que Jesus recomendou: “Não ajunteis tesouros na terra, onde a prata e a ferrugem consomem, onde os ladrões minam e roubam...olhai os lírios do campo, não trabalham nem fiam e vosso Pai Celestial os alimenta” (BÍBLIA, MATEUS 6:19.20).

A necropolítica do Governo Bolsonaro tem se manifestado da forma desumana. No dia 28 de abril de 2020, o Coronavírus provocou alarmantes sinais de que, de fato, estávamos vivendo uma tragédia anunciada. O pico de morte atingiu cidadãos brasileiros mais do que atingiu a China, além de hospitais sem condições de prestar socorro e cemitérios enterrando cadáveres empilhados. Perguntado pelos jornalistas a sua opinião, o Presidente da República do Brasil respondeu de forma monstruosa: “E daí? Lamento, mas o que eu posso fazer? Eu sou Messias, mas não faço milagres!” (CARTA CAPITAL, 28 DE ABRIL DE 2020). O Presidente se comporta como Pôncio Pilatos da narrativa bíblica, que lavou as mãos frente à crucificação de Jesus.

As práticas negacionistas do Presidente da República e de setores evangélicos fundamentalistas frente à Pandemia do Coronavírus são legitimadas no Parlamento, por uma *Bancada Evangélica*, que dá sustentação política a Bolsonaro e quer dominar politicamente o País, numa atitude típica de agremiações autoritárias, que pensam ter a

melhor religião, os melhores valores e querem impor à sociedade, em geral. Pesquisando as perspectivas políticas dos neopentecostais fundamentalistas, Caroline Luz Silva Dias concluiu: “os evangélicos fundamentalistas querem governar o Brasil chegar ao poder e exercê-lo segundo suas doutrinas” (DIAS, 2009, p. 133).

Setores evangélicos fundamentalistas dos EUA também defenderam as ações iniciais de Donald Trump em relação ao Coronavírus. O Pastor Landon Spradlin, cantor gospel, residente no estado da Virgínia, também foi à imprensa dizer que não havia pandemia e sim histeria provocada pelos inimigos do seu correligionário Trump. O Pastor estadunidense continuou suas atividades religiosas públicas, não tardou ser atacado por uma pneumonia e logo depois infectado pelo Coronavírus, que o levou a óbito em 26 de março de 2020, segundo o Jornal ABC.

A necropolítica do Governo estadunidense, da era Trump, parece ser o modelo seguido pelo Governo Federal do Brasil. Nos EUA, as manifestações de evangélicos fundamentalistas contra o isolamento social foram semelhantes. Segundo manifestantes em Maryland: “Existiu uma reação exagerada, na verdade isso é como uma gripe. É hora de voltar à vida normal. Estudei a Bíblia e descobri que Satã está por traz de tudo isso, porque quer um governo mundial” (EL PAÍS, 2020). Numa alusão ao Armagedon, a luta entre Deus e o Diabo no final dos tempos, o apocalipse.

Como detratores das pesquisas científicas, os evangélicos fundamentalistas, devem ficar felizes com um presidente que trata a Pandemia do Coronavírus como “uma gripezinha, e que nada pega nos brasileiros, que vivem com os pés no esgoto”. Porém, idosos e jovens evangélicos foram infectados, como o Pastor Sócrates Oliveira de Souza da Igreja Batista Atitude, frequentada pela então primeira dama Michele Bolsonaro, testou positivo para o Coronavírus, bem como o presidente da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, o Pastor e deputado Silas Câmara, do Partido Republicano, certamente não acreditavam que o Coronavírus fosse tão grave. A cantora gospel Bárbara Amorim, da Igreja Renascer em Cristo, liderada pela Bispa Sônia e o Bispo Hernandes, também foi infectada pelo Covid 19. A pergunta imperativa: como o Tomé da Bíblia estes evangélicos só acreditariam na pandemia se sentisse pessoalmente na pele?

Pesquisadores da História e das Humanidades em geral estão sendo atingidos por uma onda de narrativas equivocadas realizadas por pseudo-professores que defendem versões dos fatos de forma preconceituosa, anacrônica e opiniática sobre a História do Brasil: uma versão tupiniquim do negacionismo. Tanto evangélicos quanto católicos conservadores são retroalimentados com vídeos da empresa *Brasil Paralelo*, fundada no Rio Grande do Sul, em 2016, com objetivo de contar outra trajetória do País. Trata-se de uma produtora de conteúdos que nega a historiografia acadêmica, acusando de marxista e ideológica. Um exemplo da narrativa equivocada: a fonte documental que usaram para falar da Independência do Brasil são relatos do deputado do PSL Luiz Philippe Maria José Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, um monarquista descendente da

família real (BRASIL PARALELO, 2018).

V-A Reação Democrática dos Evangélicos contra a Necropolítica

Os Evangélicos não formam um grupo religioso homogêneo. Assim como seguem distintas doutrinas, também divergem em posicionamentos políticos. Protestantes ecumênicos e progressistas presbiterianos, metodistas, batistas e luteranos criaram em 2016 um grupo de oposição designado como *Frente Evangélica Pelo Estado de Direito*, defendendo a Democracia, contra a cassação do mandato da Presidenta Dilma Rousseff e a instrumentalização política das Igrejas Evangélicas pelo voto de cajado, o antigo voto de cabresto. Desenvolvem atitudes radicalmente opostas aos negacionistas evangélicos. Ariovaldo Ramos, pastor evangélico e um dos líderes da *Frente Evangélica Pelo Estado de Direito*, opinou em pronunciamento em rede social: “no Brasil, o trato da pandemia virou questão ideológica, e a verdade se tornou um luxo proibido, e, assim, cada cidadão ou cidadã morta por coronavírus, virou um mero detalhe, um efeito colateral” (DOM TOTAL, RAMOS, 2021).

Em julho passado, a *Coalizão Evangélica Contra Bolsonaro*, constituída por Evangélicos opositores de todo o Brasil, lançou um manifesto contra a “política de morte” do Presidente Jair Bolsonaro. O Pastor Batista Henrique Vieira é um dos líderes do movimento que publicizou no dia 22/7/2021 um documento assinado por 37 entidades religiosas inclusive a *Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, *Movimento Negro Evangélico* e a *Missão Integral*. “Bolsonaro não tem ideia do que seu Negacionismo causou na base da fé cristã, dos protestantes, o que deve ter acontecido com católicos e espíritas”, afirmou o Pastor Ariovaldo Ramos (DOM TOTAL, 27 de julho de 2021).

No manifesto da *Coalizão Evangélica Contra Bolsonaro*, condena-se explicitamente a instrumentalização da fé de alguns setores para atingir as propostas governistas: “o bolsonarismo cria uma religiosidade mentirosa que nada tem a ver com o verdadeiro Evangelho, causando perversão e idolatria cega, além de uma ignorância negacionista, tanto da ciência como dos ensinamentos libertadores e verdadeiros de Jesus Cristo”(VOZ DAS COMUNIDADES, 25/07/2021). Enquanto nos Evangelhos do Novo Testamento encontra-se a valorização da vida e da dignidade humana, a cura de enfermos e a multiplicação dos pães e peixes, no governo de Jair Bolsonaro há “um agir maligno, que já permitiu a morte desnecessária de mais de meio milhão de irmãos e irmãs”, diz o documento (VOZ DAS COMUNIDADES, 25/07/2021).

Lideranças da *Frente Evangélica pelo Estado de Direito* lamentam o estrago que o negacionismo e a irresponsabilidade das autoridades provocaram na população brasileira. Segundo os cálculos internos foram centenas de evangélicos mortos pelo Coronavírus, “A proporção de evangélicos (entre 25% e 30% da população brasileira) que morreram é muito grande. Muitos pastores cooperaram com o negacionismo de Bolsonaro. As pessoas o apoiaram na prática, foram a movimentos, cultos, encontros. Mas, então, começaram a ser

assaltadas pela realidade”, diz Ramos. “O tio, a avó, o avô, parentes começaram a morrer” (DOM TOTAL, 27 de julho de 2021).

A tragédia que já levou a óbito milhares de brasileiros é impossível de ser negada. O combate de Bolsonaro a medidas simples, mas fundamentais, como uso de álcool em gel, máscaras de proteção, distanciamento social, e até mesmo as vacinas, foi seguido por milhões de evangélicos, e o resultado catastrófico se abateu sobre eles. “A nossa fé não combina com um governo que, como disse Jesus, se assemelha à face do mal – que veio para matar, roubar e destruir (João 10:10)”, diz a Coalizão Evangélica. (VOZ DAS COMUNIDADES, 25/07/2021).

VI -Considerações Finais

Seria a hipótese de pensarmos que os mesmos fundamentalistas defensores que a terra é plana acreditam que estarão imunes ao vírus apenas pelo fato de serem evangélicos? Esse é o obscurantismo que nega os avanços da ciência, não faz parte da trajetória dos evangélicos históricos no Brasil e no mundo, em geral. Tal atitude que se nega a pensar em soluções coletivas e científicas frente aos problemas sanitários, de fato, nada tem de evangélico é, sobretudo, parte do individualismo e do amor ao dinheiro dos falsos profetas, dos falsos messias, dos falsos mestres, que defendem os seus próprios interesses, seguindo o neoliberalismo e o Governo omissivo.

Os evangélicos fundamentalistas fizeram alianças com os grupos políticos mais conservadores do país, defendendo valores tradicionais e o negacionismo científico, como um retorno anacrônico aos princípios bíblicos. São os mesmos seguidores de um projeto de poder que se nutre de visões teológicas impositivas, de um moralismo farisaico, que não leva em consideração a pluralidade religiosa da sociedade brasileira.

Por outro lado, um setor evangélico progressista e ecumênico vem fazendo oposição ao autoritarismo e a necropolítica do Governo Federal encetando campanhas de esclarecimento e procedimentos recomendados pela Organização Mundial da Saúde, em defesa da saúde pública no país e de uma espiritualidade inclusiva, que respeita a diversidade religiosa do Brasil, que não se autorreferencia como dona da verdade e se coloca a serviço de uma convivência democrática e do diálogo inter-religioso.

Referências Bibliográficas

ALLÈGRE, Claude. Deus e a Ciência. Bauru-S P. EDUSC, 2000.

ALMEIDA, Vasni de. “Ouvir a Voz de Deus no Mundo” história dos modos de integração social de uma igreja evangélica brasileira. Nova Editora, Tocantins, 2018.

ANDERSON, Nancy T. e RHOADS, Gladys. *McIntire defender of Faith and Freedom*. USA, Xulon Press, 2011.

ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus*. O Fundamentalismo no Judaísmo, Cristianismo e no Islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AVELAR Alexandre de Sá. Bevernage, BERBER . VALIM, Patrícia. Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

COMÊNIO, J. A. *Didática Magna*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes, 1996.

DIAS, Caroline Luz Silva. *Os Neopentecostais em Feira De Santana: Da Visão Celular no Modelo dos 12 ao Mover Celular do Fruto Fiel*. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

DREHER, Martin N. O Fundamentalismo Religioso e sua Importância na Resolução ou Agravamento do Conflito Palestino-Israelense. *Rev. Trimestral*, Porto Alegre, v.35, n.149, set, 2005.

GRAHAM, Billy. *Mundo em Chamas*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

HESS, Pieter M. J. Os Dois Livros de Deus: a Revelação Especial e a Ciência Natural no Ocidente Cristão In PETERS, Teo e BENNETT, Gaymond. *Construindo Pontes Entre a Ciência e a Religião.*, São Paulo, Editora UNESP, e Edições Loyola, 2003.

LAFARGUE, Paul *O Direito à Preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LEONÁRD, Emile G. *O protestantismo brasileiro*. ASTE: São Paulo, 2002.

MARTELLI, Stefano. *A Religião na Sociedade Pós-Moderna*. Entre Secularização e Dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.

MBEMBE Achilles Necropolítica biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios revista do ppgav/eba/ufjf* n. 32 dezembro, 2016.

PACE, E. P. STEFANI O Fundamentalismo Religioso contemporâneo, São Paulo, Paulus, 2002.

RIETH, Ricardo W. É permitido fugir do risco de morte? M. Lutero: Práticas culturais em um panfleto da peste no começo da Época Moderna *Revista M*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-91, jan./jun. 2021.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*. Paris: Seuil, 1987.

SILVA, Elizete da. A Trajetória de João Amós Comenius: Um Educador Insurgente e Ecumênico. In Souza, Sueli Ribeiro Mota, Santos, Luciano Costa (Org.) *Entre-Linhas Salvador*, EDUFBA, 2019.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria Anglicanos e Batistas na Bahia*. Salvador: SAGGA Editora, 2017.

SILVA, Elizete da. Fundamentalismo Cristão Na Perspectiva Protestante. In CHEVITARESE, André, CAVALCANTI, Juliana, MARIA, Tayná L. (Orgs.) *Fundamentalismo Religioso Cristão Olhares Transdisciplinares*. Rio de Janeiro. Ed. Kliné, 2021.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

TEIXEIRA, Marli Geralda “Nós os Batistas” Um Estudo de História das Mentalidades. Salvador: Saggá, 2017.

WHITE, Ellen G. *Conselhos Sobre Saúde*. Tatuí, São Paulo, Casa Publicadora Brasileira, 2007.

WILLAIME, Jean-Paul. Para uma análise sociológica do protestantismo. In *Estudos de Religião*. São Bernardo do Campo: UESP, 2000.

Lista de fontes

BÍBLIA Sagrada. Edição J. F. Almeida

BRASIL PARALELO, 2018. Blog.

CARTA CAPITAL, 28 DE ABRIL DE 2020

CORREIO DA MANHÃ, 1959, ed.20358

DOM TOTAL, 27 de julho de 2021 Blog

EL PAÍS, 2/05/2020

ESTHANDARTE CRISTÃO, 30 DE ABRIL DE 1910.

O JORNAL BATISTA, RIO DE JANEIRO, 26 DE MAIO DE 1910.

O JORNAL BATISTA. RIO DE JANEIRO 26 DE MAIO DE 1910.

REVISTA FORBES de janeiro de 2013. ÉPOCA NEGÓCIOS ONLINE

18 JAN 2013.

VOZ DAS COMUNIDADES, 25/07/2021. Blog.

OS LIMITES DO HUMANO NA REPRESENTAÇÃO CINEMATOGRAFICA DE “TIROS EM COLUMBINE” E “PRECISAMOS FALAR SOBRE O KEVIN”

Data de aceite: 02/06/2023

Flávio Vilas-Bôas Trovão

Universidade Federal de Rondonópolis
–UFR

O título instigante da mesa “Discursos e experiências de negação na fronteira do Humano” permitiu-me pensar sobre os estudos que venho realizando nos últimos 15 anos entre a História e o Cinema, considerando esse último como fonte para a construção e escrita da primeira. Essa relação teve nos escritos de Marc Ferro (2010), nos anos 1970, sua primeira tentativa de estruturação historiográfica, tratando o filme metodologicamente enquanto fonte. Há que se destacar que o uso didático do cinema no ensino de História é bem anterior a esse empreendimento da Nova História francesa.

Ferro nos apresenta um pressuposto que julgo importante destacar: que o filme enquanto documento revela mais sobre o tempo histórico de sua produção do que aquele que é representado em sua

narrativa.

Resta agora estudar o filme, associá-lo com o mundo que o produz. Qual é a hipótese? Que o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História. E qual o postulado? Que aquilo que não aconteceu (e por que não aquilo que aconteceu?), as crenças, as intenções, o imaginário do homem, são tão História quanto a História. (FERRO, 2010, p. 32)

Contribuições de outros pesquisadores de Cinema e História nos levam a considerar a obra cinematográfica também em sua forma e conteúdo. Portanto, além do contexto histórico da produção, a linguagem estética que compõe o produto fílmico também comunica historicamente e deve ser analisada em sua composição de representação. Do ponto de vista metodológico, a historiadora francesa

Michèle Lagny afirma que:

O filme demanda, ao mesmo tempo, um bom conhecimento da história do cinema e certa competência no domínio da leitura da imagem. Trata-se, pois ainda, da questão da necessidade de passar pelo estudo da elaboração das narrações fílmicas como da escrita cinematográfica, processo regularmente esquecido em geral não permitido nos estudos dos historiadores. (LAGNY, 2009, p. 120)

Ao tomarmos os filmes em tela para nossa análise, fez-se necessário, portanto, além dos elementos históricos, debruçarmo-nos também sobre os de ordem estética, linguística (do ponto de vista da linguagem cinematográfica) e o contexto histórico de produção, como sugerido por Ferro.

A autora acrescenta às duas premissas anteriores, a seguinte: que a análise da representação fílmica empreendida pela História é um excelente caminho para a problematização do tempo presente do historiador que se coloca em tal empreendimento.

Com efeito, o procedimento do historiador não é o do especialista de cinema: interogue o filme sobre problemas factuais (a guerra ou a revolução), sobre problemas sociais que se desenvolvem na longa duração, sobre representações, sobre evoluções culturais, sobre formas de escrever a história, o que lhe importa é o uso que ele pode fazer do filme enquanto fonte para sua própria pesquisa, definida a partir de questões que excedem o campo cinematográfico. Ele não se detém no filme, nem mesmo no cinema ou na televisão (mesmo quando lhes faz referência, ao ponto de negligenciar certos traços essenciais): ele procura através desses meios saber a respeito dos fatos ou a expressão de um grupo social (cada vez mais difícil de delimitar no quadro da 'mundialização'), ou mesmo um instrumento de reflexão sobre suas próprias práticas. (LAGNY, 2009, p. 117)

Nesse sentido, problematizo algumas questões que o título da mesa, em consonância com o tema do Seminário Internacional promovido pelo PPGHispan do Curso de História do Câmpus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulado “Crise da história e assombros da memória” me provocaram, à luz dos Estudos Culturais e da Psicanálise, campos epistemológicos que venho manejando na construção mais recente de minhas pesquisas sobre História e Cinema.

Minha atenção se volta para as representações de juventudes no cinema norte-americano, a partir da década de 1980, sobretudo nas películas direcionadas para as plateias infanto-juvenis, pelas questões que passo a destacar: primeiro, que desde meados dos anos 80, as plateias infanto-juvenis superaram as de espectadores adultos nas salas de cinema, fenômeno que se mantém constante desde então. Assim, creio que grande parte das produções comerciais visa a esse público em primeiro lugar.

Também porque as representações de juventude são um filão bastante presente no cinema hollywoodiano desde seus primeiros anos de industrialização, tendo seu auge nos anos 1950 e seguindo dali em diante. No geral, essas representações tendem a retratar os jovens como um problema social, ainda mais se os grupos em questão forem de

maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, aceitamos o desafio de José Machado Pais, sociólogo português, que convida o investigador das juventudes a mudar suas lentes de uma concepção da juventude como problema social, para a juventude como um problema sociologicamente construído, portanto, aberto a pluralidade de sujeitos, experiências e performances que essas pessoas – adolescentes e jovens – constroem ao longo de sua trajetória etária.

Nessa perspectiva, Rossana Reguillo afirma:

É importante afirmar desde já que os jovens não representam uma única categoria. A juventude é uma categoria construída culturalmente, não se trata de uma essência e os comportamentos da juventude estão necessariamente ligados a contextos sócio-históricos, produto das relações de poder em determinada sociedade. (REGUILLO, 2007, p. 49) ¹

A partir, então, desse quadro conceitual inicial, gostaria de trazer como fato para nossa reflexão os episódios ocorridos em abril de 1999, na Escola de Ensino Médio Columbine, nos Estados Unidos. Nesse triste episódio, dois jovens, Eric Harris e Dylan Klebold, entraram na escola fortemente armados, atiraram abertamente contra várias pessoas matando 12 estudantes, um professor e ferindo outras 21. Emboscados, ambos se suicidaram.²

A tragédia de Columbine foi amplamente noticiada dentro e fora dos Estados Unidos, mobilizando educadores, forças policiais, profissionais da saúde mental, bem como burocratas de estado, para tentar “explicar” o horror empreendido pelos dois adolescentes de 17 anos. No limite, a pergunta era: por que dois adolescentes de classe média alta, moradores dos endinheirados subúrbios norte-americanos, cometeram um ato extremo, *des-humano* com seus semelhantes? Trata-se de um ato de rebeldia juvenil?

O cinema hollywoodiano tentou responder a essa pergunta através de algumas obras, das quais seleciono duas para analisar: *Tiros em Columbine*, (Bowling from Columbine, USA, 2002), documentário ganhador do Oscar daquele ano, dirigido pelo norte-americano Michael Moore; e *Precisamos falar sobre o Kevin* (We Need to Talk About Kevin, Reino Unido, 2011), adaptação literária do livro homônimo, dirigido por Lynne Ramsay e indicado ao Globo de Ouro, pela atuação de Tilda Swinton no papel da mãe de Kevin.

O filme *Bowling from columbine*, traduzido como “Tiros em Columbine”, carrega em seu título a ironia que caracterizará alguns momentos do documentário. Antes de cometerem

1 Livre tradução de: “Es importante plantear de entrada que los jóvenes no representan una categoría unívoca. La juventud es una categoría construida culturalmente, no se trata de una esencia y los comportamientos de lo juvenil, está necesariamente vinculada a los contextos sociohistoricos, producto de las relaciones de fuerza en una determinada sociedad.”

2 “O Massacre de Columbine foi um massacre escolar que ocorreu em 20 de abril de 1999, na Columbine High School, em Columbine, uma área não incorporada de Jefferson County, no Colorado, Estados Unidos. Além do tiroteio, o ataque complexo e altamente planejado envolveu o uso de bombas para afastar os bombeiros, tanques de propano convertidos em bombas colocados na lanchonete, 99 dispositivos explosivos, e carros-bomba. Os autores do crime, os alunos seniores Eric Harris e Dylan Klebold, mataram 12 alunos e um professor. Eles também feriram outras 21 pessoas, e mais outras três ficaram feridas enquanto tentavam fugir da escola. Depois de trocarem tiros com policiais respondentes, a dupla cometeu suicídio.” (WIKIPEDIA, Massacre de Columbine). Acesso em 20.12.2021. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Columbine

o ato extremo de assassinar os colegas de escola e a si próprios, Eric e Dylan foram à aula de “boliche” às 06:30 da manhã. Moore questiona o valor pedagógico no aprendizado do boliche e o título de seu filme sugere que o massacre cometido pelos jovens na escola de Columbine pode ser representado pela bola derrubando os pinos, ao final da pista.

A metáfora, acredito, é uma forma de tentar responder “o porquê” do ato. Em sua narrativa, *Tiros...* abre várias frentes de reflexão, cuja base se assenta sobre os seguintes argumentos: há uma cultura armamentista descontrolada nos Estados Unidos, incentivada por associações ligadas à indústria bélica, que facilitam o acesso às armas (Eric e Dylan compraram as diversas armas que usaram no massacre), pautada em uma “cultura do medo” (como a define o sociólogo Barry Glassner, que inclusive participa da película). Ao mesmo tempo, a sociedade norte-americana não oferece opções de futuro aos seus adolescentes e jovens, sobretudo das periferias e em situação de vulnerabilidade, a não ser o serviço militar ou o subemprego.³

Em duas cenas memoráveis do filme, Moore crava sua tese: na primeira o cineasta vai à casa do ator e militante do direito ao armamentismo nos Estados Unidos, Charlton Heston. Apesar de trazer em sua biografia uma trajetória razoavelmente progressista e de defesa dos direitos civis e da igualdade racial nos Estados Unidos, ao longo dos anos 1980 Heston se tornou um republicano ferrenho, apoiando o governo Reagan e o direito ao porte de armas, chegando à Presidência da Associação Nacional de Rifles, em 1998. Após os fatos em Columbine, Heston foi à cidade, mobilizando os apoiadores do porte de armas em uma grande convenção, marcando um ponto de resistência à tentativa de controle da venda e comercialização de armas no país.

Moore vai até a casa de Heston e tenta convencê-lo que sua posição é equivocada. Ao perceber que estava sendo questionado, o ator veterano deixa o diretor sozinho na sala, em uma situação que constrange até mesmo o distante espectador que nada tem a ver com aquela celeuma. Já deixando a mansão, Moore retorna ao portão e, em um plano sem cortes (que atribui maior realismo à ação), deixa a foto de uma criança assassinada por arma de fogo no canto de um dos muros. A ação de Moore é bastante performática e ele sai de cena, com um ar de quem tentou, mas não conseguiu.

A segunda é uma entrevista com o cantor Marilyn Manson, conhecido por polêmicas performances musicais, com temas sombrios e símbolos que desafiam as religiões cristãs. Na época dos acontecimentos de Columbine, os jovens assassino-suicidas eram ouvintes das músicas do artista. Isso rendeu à imprensa um fio condutor discursivo no qual a causa

3 “Por que há tantos medos no ar, e tantos deles sem fundamento? Por que será que, apesar dos índices de criminalidade terem despencado durante toda a década de 1990, dois terços dos americanos acreditam que subirão?” (GLASSNER, 2003, p. 19). Nessa obra o sociólogo norte-americano investiga as relações entre mídia, violência policial e problemas sociais, alegando que os dados que mais aterrorizavam os norte-americanos no final da década de 1990 e início dos anos 2000, como o tráfico de drogas, epidemias de saúde, criminalidade, entre outros, tiveram consideráveis melhoras ao longo da década, ao contrário da percepção da maior parte da população. Nesse sentido, o autor estabelece a ideia da existência de uma cultura do medo veiculada pelos grandes meios de comunicação, com interesses políticos e de lobbies econômicos naquele país.

dos fatos podia ser encontrada na decadente e anticristã cultura pop norte-americana daquele momento. Manson defendeu-se, afirmando que era mais fácil para os jornalistas, e toda a sociedade “de bem” norte-americana, acusar seu trabalho como motivador para jovens transtornados atacarem uns aos outros, que enfrentar a realidade das contradições da própria sociedade norte-americana. “O que você diria para aqueles jovens, se você pudesse?, questiona Moore. “Eu não diria nada, eu ouviria o que eles teriam a dizer”, respondeu o artista.

Percebe-se, portanto, que Moore escolhe situações e personagens que corroborem com sua tese central de que a violência descontrolada na sociedade americana é um problema causado pela própria indústria bélica norte-americana, que não encontra resistência para comercializar seus produtos letais, inclusive em redes de lojas departamento e supermercados. Bastante convincente, Moore se coloca no lugar de paladino de um espírito americano perdido ao longo do tempo, mais verdadeiro e menos violento. Em uma sequência polêmica, o diretor consegue suspender a venda de projéteis para revolver na rede de mercados Wal-Mart (bastante popular por lá), ao levar um dos jovens atingidos pelos disparos em Columbine à sede da empresa, como estratégia de pressão.

Porém, em sua película, os dois protagonistas da tragédia de Columbine aparecem apenas em uma sequência, nos últimos momentos do massacre, através da inserção de imagens das câmeras de segurança da escola. Na narrativa fílmica construída por Moore, Eric e Dylan são dois criminosos que só fizeram o que fizeram porque há algo na cultura norte-americana que propicia um “cultivo do ódio”, que associado ao fácil acesso às armas, pode ser uma bomba relógio. O filme foi produzido em 2000 e exibido em 2001, momento de ascensão de George W. Bush à Casa Branca. Moore, como seus próximos filmes demonstram, é um ferrenho crítico do Partido Republicano, cuja base de apoio é formada por grupos como a Direita Cristã e o *lobby* da indústria bélica.⁴

Em resumo, na película de Moore não se levanta a hipótese de o ódio ao outro, o desejo de morte de si e do outro, ser algo próprio do campo do humano. É fruto de um processo político e cultural mal conduzido. Parecendo concordar com a tese *rousseauiana* de humanidade, quem fez de Eric e Dylan assassinos foi a sociedade na qual cresceram.⁵ Nessa perspectiva, o sujeito e a sociedade são entidades dissociadas, tornando-se a experiência do sujeito a de absorção total da experiência social que se dá na corrupção de seu ser. Edward P. Thompson nos lembra, em *A formação da classe operária inglesa*, que

4 “O que entendemos por direita cristã passa tanto por um movimento de cunho religioso e conservador como também por um movimento político que, nas últimas décadas, somando vitórias e derrotas eleitorais e políticas, caminhou de uma condição nascente *outsider* nos anos de 1970 para uma das forças políticas mais bem organizadas e influentes, principalmente no Partido Republicano no limiar do século XXI.” (FINGUERUT, 2009, p. 113).

5 Refiro-me aqui ao famoso texto de Rousseau intitulado “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, onde o filósofo advoga a tese do bom “selvagem”, um estado da humanidade próximo da natureza, valorizado e de certa forma idealizado, que se contrapõem ao homem em sociedade, susceptível à corrupção das paixões, das circunstâncias sociais, etc. O homem em sociedade “desfiguraria” o estado anterior, natural. Assim, parece que Moore também entende o ser humano como aquele vindo de um estado bom por natureza e que é corrompido pela sociedade em que vive. Ver: ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. em: **Os Pensadores**. vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

os sujeitos estão se constituindo a si mesmos na própria experiência social e que essa é, por sua vez, afetada e construída a partir dos conflitos e contradições que compõem tanto o sujeito quanto o meio em que ele vive. Assim, não haveria dicotomia entre experiência do sujeito e experiência social, uma vez que a construção de ambos é ativa e conflitante.

Sue Klebold, mãe de Dylan, escreveu um livro que se tornou um *best seller* e leitura obrigatória para quem se debruça sobre o estudo dos fatos ocorridos na escola de Columbine: *O acerto de contas de uma mãe: a vida após a tragédia de Columbine* (2016). A obra de leitura densa e reflexões profundas, é dividida em duas partes: na primeira Sue Klebold narra o sofrimento e a dificuldade de compreender como o filho amoroso e amado por sua família, pudesse ser o sujeito das ações atroz e maldosas executadas naquele 20 de abril de 1999. O leitor acompanha, praticamente, o luto de uma mãe que, em um primeiro momento, se vê na condição de aceitar a morte do filho e, em um segundo momento, aceitar o fato desse mesmo filho ser o assassino de outras 12 pessoas.

Na segunda parte do livro, Sue parece mais convencida da realidade em que foi jogada juntamente com os tiros que seu filho disparou, e passa a analisar o que poderia ter ocorrido na vida de Dylan. Sua conclusão é que o filho sofria de graves transtornos mentais. Dois anos antes da tragédia, Dylan tivera problemas com a polícia e passara por um processo de reabilitação supervisionada. A mãe argumenta, com profunda dor, não ter notado o estado de sofrimento mental e pessoal em que o filho se encontrava e concorda com a tese dada pelos investigadores do caso:

O Dr. Dwayne Fuselier, psicólogo clínico e supervisor responsável pela equipe do FBI durante a investigação em Columbine, me disse: Acredito que Eric foi a escola para matar pessoas e não se importava se morresse ou não, enquanto Dylan queria morrer e não se importava se outros também morressem. (KLEBOLD, 2016, p. 176).

Na narrativa de Sue Klebold, seu filho e o amigo dele eram jovens que sofriam de graves problemas *cerebrais* (que ela explica a diferença em relação a problemas ‘mentais’, uma vez que aqueles são possíveis, inclusive, de serem localizados biologicamente nos sujeitos). Ainda que assuma a dura realidade que Eric e Dylan eram assassinos, na narrativa sofrida e corajosa dessa mãe, tratavam-se, sobretudo, de jovens doentes.

O filme *Precisamos falar sobre o Kevin*, realizado pouco mais de uma década após a tragédia de Columbine, retoma o tema central daquele lúgubre evento. Não se trata de uma reconstituição dos fatos ocorridos na escola norte-americana, mas uma história adaptada de livro homônimo que narra a história de Eva, uma renomada escritora cujo filho adolescente mata o próprio pai, a irmã e colegas na escola onde estuda. Ao final, restam mãe e filho: ele preso e ela com a vida pública e pessoal totalmente devastada.

Segundo Felipe Almeida Picon,

Baseado no *best seller* de Lionel Shriver e dirigido pela cineasta escocesa Lynne Ramsay, *Precisamos falar sobre o Kevin* é um suspense psicológico que nos conduz pelas memórias de uma mãe, Eva, interpretada por Tilda

Swinton, sobre o nascimento, desenvolvimento e fatídico desfecho de seu primogênito. O filme tem um curso entrecortado, por vezes lembrando o andamento de um pesadelo que, na verdade, é real. A narrativa mistura acontecimentos vividos por Eva após o evento catastrófico perpetrado por seu filho, com memórias desde antes de seu nascimento e imagens onde predominam a cor vermelha. Cinematograficamente brilhante, o filme injeta doses constantemente crescentes de tensão até a saturação de nossa capacidade de pensar e sentir, realizando com sucesso a transmissão das emoções dessa díade mãe-filho, em seu relacionamento vazio e violento. O livro que deu origem ao filme é uma obra de ficção que parece baseada nos fatos verídicos que aconteceram numa escola de ensino médio em Columbine, nos EUA, em 1999. Há semelhanças entre as duas histórias, mas aqui o ponto de vista é o da mãe, que busca um sentido para seu passado e presente. Vinda de uma carreira bem-sucedida como escritora de livros turísticos e uma vida exclusivamente a dois; desde antes do parto, a maternidade parece se configurar como um fardo muito difícil de ser carregado. (PICON, 2011, p. 92.)

O crítico, portanto, concebe que o filme dialoga diretamente com os episódios de Columbine. As cenas da tragédia cometida por Kevin lembram, em muito, a realidade vivida na escola norte-americana em 1999. Por sua vez, o mote dessa película é a ideia de que uma maternidade mal conduzida, bem como, a falta de coragem dos pais de enfrentarem a perversidade do filho, escondendo-a debaixo de argumentos como “isso é coisa de meninos”; “foi um acidente”, foram os causadores da tragédia.

Há uma diferença entre as duas películas aqui analisadas: a primeira se trata de um documentário. Isso não o isenta de estar menos influenciado por abordagens ficcionais, pois sabemos que filme algum, seja documental ou não, é neutro, uma vez que somente o processo de montagem das imagens já determina uma condução discursiva. Assim sendo, penso que podemos analisar os dois filmes em conjunto, ainda que se trate de gêneros cinematográficos diferentes, uma vez que se referem ao mesmo fato histórico.

Na segunda película, chama-nos a atenção o nome da mãe de Kevin, Eva. Como se sabe, esse é o nome da primeira mulher, da “mãe” de toda a humanidade. Na tradição judaico-cristã, somos todos os “degredados filhos de Eva” que, “gemendo e chorando nesse vale de lágrimas” (a vida terrena), alcançaremos a salvação (vida eterna, pós-morte) se tivermos um comportamento regrado e piedoso.

Eva, mãe de Kevin, é representada como uma mulher que não desejou ser mãe. Aqui está seu primeiro “pecado”, abrir mão do destino que a própria criação lhe reservou. Eva, tanto a filmica quanto a personagem bíblica é a antítese de Maria, Mãe de Jesus, arquétipo de amor materno e dedicação imensurável ao filho. A cena da “concepção” de Kevin é tensa e nada erótica. A gestação, um sofrimento. O nascimento, um verdadeiro “parto”, no sentido *latto* do termo, doloroso e sofrido.

Os primeiros gestos entre mãe e filho, ainda bebê, mostram o vazio afetivo que marcará a relação entre os dois. Eva não o abraça. O pequeno Kevin, por sua vez, não pára de chorar, transformando o dia da protagonista em um verdadeiro inferno. A cena

emblemática de Eva parada com o carrinho de bebê ao lado de uma obra pública, onde o barulho da betoneira se sobrepõe ao choro do filho, é constrangedora.

À medida que Kevin cresce, o conflito entre os dois fica mais evidente, sobretudo nas expressões do filho para a mãe. Em um momento de fúria com as birras do filho, Eva atira Kevin no chão, quebrando seu braço e o fato se mantém em segredo entre os dois. Dali em diante, Kevin manipulará os sentimentos de culpa da mãe a seu favor. A perversidade da personagem cresce juntamente com sua idade e estatura. Já com 16 anos, idade próxima dos jovens de *Columbine*, Kevin começa a pôr em prática seu desejo assassino: mata o hamster da irmã, esmagando-o no triturador da pia da cozinha. Na sequência fura o olho da irmã em um “acidente” provocado e, no desfecho final, mata seu pai, sua irmã e os colegas da escola, em uma sequência que rememora as imagens jornalísticas e policiais da cobertura dos eventos em *Columbine*.

Na perspectiva dessa película, destaca-se aquilo que o psicanalista Sandor Ferenczi aborda em seu texto intitulado “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”. Nesse texto Ferenczi defende a perspectiva de que uma criança “não desejada” ou que chega ao seio familiar e não recebe da mãe o afeto e cuidado necessários, pode se tornar um adulto com problemas, sobretudo no convívio social (FERENCZI, 1992, p. 49). Nessa perspectiva, portanto, podemos compreender que a dificuldade de Eva em ser mãe seria a causa da tragédia ocorrida no seio de sua família e de sua comunidade, com os assassinatos perpetrados por Kevin na escola. Assim como a Eva bíblica, é dela a responsabilidade pela desgraça que atinge toda a sua família. Eis a razão pela qual, desde o início da película (e desconhecida pelo público), Eva é desprezada e maltratada pelas pessoas de sua comunidade.

Diante dessas duas produções cinematográficas e das representações que constroem sobre os episódios ocorridos na Escola *Columbine*, nos Estados Unidos, podemos concluir que nessas situações limites de violência e de “ausência de humanidade” (segundo alguns), procuramos causas que nos expliquem e apazigue uma terrível impressão, aquela de que qualquer um de nós (o que inclui a mim mesmo) pode cometer atos extremos, se isso se tratar de uma característica humana.

A tentativa de resposta que os filmes propõem ao dilema em questão – por que dois jovens de classe média “bem nascidos e criados” se tornam perigosos assassinos - se pauta nos conflitos de relação entre o indivíduo e a sociedade, no caso da primeira película, e nas dificuldades de relacionamento familiar (sobretudo da mãe com o filho), no segundo filme. No primeiro, portanto, trata-se de um problema macroestrutural e no segundo, do campo das micro relações.

Por sua vez, não seria a possibilidade de agir em direção a atos mórbidos, seja contra si mesmo ou contra o outro, justamente o *limite* de nossa humanidade? Não se tratando de algo externo a nós, tampouco distante, mas justamente parte constituinte de nossa condição de seres humanos?

Freud, em seu ensaio centenário (*Além do princípio do prazer*) nos diz que as pulsões de morte existem e nos constituem e, por vezes, podem se tornar as forças propulsoras do nosso inconsciente. Imperceptível ao sujeito moderno, consciente de si e da realidade em que vive, as pulsões de morte são repetitivas, reinserem-se na trajetória dos sujeitos e tendem à realização de seu destino final: um gozo de morte.

Jean Baudrillard pergunta: “Para onde foi o mal? Para toda parte; a anamorfose das formas contemporâneas do Mal é infinita” (BAUDRILLARD, 1990, p.89). Sem reduzir as análises sociológicas, filosóficas e históricas que nos auxiliam a compreender a presença de forças limites entre nós, vemos como duas obras cinematográficas levam o espectador a compreender a tragédia e a maldade humana: fruto do distúrbio social e de um ambiente desfavorável; sejam eles a cultura do país onde se vive ou da família em que se é acolhido.

O que talvez fosse interessante assistirmos seria uma película que, menos preocupada em explicar os motivos de nossa “desumanidade”, nos demonstrasse que o equilíbrio entre o bem e mal e seu completo controle, mais que um problema, pode ser uma fantasia. O que parece aqui entrar em xeque é termos de abrir mão de uma visão otimista de História e do ser humano idealizados desde o Iluminismo; uma visão linear de que a humanidade caminha em direção ao seu próprio progresso e para um mundo necessariamente melhor. Seria, enfim, admitirmos o limite real do humano em sua própria constituição. “Humano, demasiado humano”.⁶

REFERÊNCIAS

1. Fílmicas

TIROS em Columbine. Direção: Michael Moore. Produção: *Dog eat dog*. Roteiro: Michael Moore. USA: United Artists, 2002. 114 min. *english*. Dolbydigital. 1 DVD.

PRECISAMOS falar sobre o Kevin. Direção Lynne Ramsay. Produção: Independent. Roteiristas Lynne Ramsay(roteiro); Rory Stewart Kinnear(roteiro); Lionel Shriver(romance). UK: Paris Filmes, 2011. 113 min. *english*. Dolbydigital. 1blueray disc.

2. Bibliográficas

BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal**. Ensaio sobre os fenômenos extremos. Campinas: Papirus, 1990.

FERRO, M. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FERENCZI, S. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (Org.). **Uma nação com alma de Igreja**. Religiosidade e políticas públicas nos EUA. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 113-155.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

⁶ Título do ensaio filosófico de Friedrich Nietzsche.

KLEBOLD, Sue. **O acerto de contas de uma mãe**. A vida após a tragédia de Columbine. Campinas: Verus, 2016.

LAGNY, M. O cinema como fonte de história. em: NOVOA, J., FRESSATO, S., FEIGELSON, K. (orgs). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. Da UNESP, 2009. p. 99-131.

PICON, F.A. Precisamos falar sobre o Kevin: um breve momento de reflexão. **Revista brasileira de psicoterapia**. 2011; 13(3): 91-93.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: um campo de estudio; breve agenda para la discusión. em: **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

ARQUEOLOGIA DOS SINTOMAS COLETIVOS: PENSANDO RECORDAÇÃO, REPETIÇÃO, E ELABORAÇÃO NUM PLANO HISTÓRICO-SOCIAL.

Data de aceite: 02/06/2023

Eloy San Carlo Máximo Sampaio

Doutor em psicologia pela Universidade de São Paulo- USP, com período de estudos na Université Paris VII - Denis Diderote bolsista da Capes; professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins.

Vitor Hugo Abranche de Oliveira

Doutor em história pela Universidade Federal de Goiás, com período de estudos na l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e bolsista da Capes; professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins e do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3540558249390894>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1460-8992>

Há dois princípios — entre outros — que compõem a teoria psicanalítica de Sigmund Freud. O primeiro deles, resultado de suas investigações acerca do recalçado, estabelece que aquilo que não pode ser lembrado conscientemente acaba emergindo em forma de sonhos, de atos

falhos, de chistes ou, nos casos clínicos, de sintomas. O segundo, proveniente de suas pesquisas mais *sociológicas*, afirma que toda psicologia individual também é, conseqüentemente, uma psicologia coletiva. O texto aqui apresentado procura aproximar essas duas assertivas freudianas e apresentar algumas breves conclusões que possam servir de indicativo para pesquisas futuras.

No início da década de 1910, no período de estruturação da psicanálise enquanto possibilidades clínicas, Freud viu-se diante da necessidade de estabelecer parâmetros metapsicológicos, de delimitar o que era a psicanálise e de delinear alguns conceitos e métodos que vinha aplicando na clínica psicanalítica, a fim de distingui-la de outras psicoterapias que se avizinhavam. Desse momento, é publicada uma série de textos, intitulados *Artigos sobre a técnica*, do qual queremos destacar um em específico: *Recordar, repetir e elaborar* (1914).

Esse texto tornou-se um dos mais basilares da psicanálise, pois estabelece,

de maneira precisa, o trabalho da clínica psicanalítica. Os pacientes, incapazes de se *recordar* de determinadas vivências inconscientes, acabavam por *repetir* involuntariamente determinadas ações, que se configuram como sintomas. O trabalho da clínica freudiana configurava-se, então, na *elaboração*, ou seja, pela reflexão, pela fala e pela associação livre, o paciente aos poucos, em seus atos falhos e sobressaltos da linguagem, revela aquelas vivências que até então estavam inacessíveis. Ao encontrar-se com essas lembranças, o paciente tem a possibilidade de compreender o sintoma, libertando-se dele.

A descoberta de Freud se dá nesse momento em que ele percebe que “o analisando não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, mas sim o atua. Ele não reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber o que faz” (1914/2010, p. 199-200). Ele repete através de atitudes, as lembranças que ele não pode evocar. Até mesmo quando, no começo da terapia, o analisando afirma que não tem nada o que dizer, isso representa uma repetição de uma “resistência contra qualquer recordação” (Ibidem, p. 201).

Com o mecanismo da transferência, Freud pode perceber mais claramente a compulsão à repetição: “logo notamos que a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido, [transferência] não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente” (Ibidem, p. 201). O que isso esclarece é que a repetição é o que torna possível a ocorrência de análise, uma vez que sem transferência não existiria a possibilidade de qualquer perspectiva de tratamento.

Ao invés de recordar, o paciente cede ao impulso de repetir. E isso não ocorre apenas com o médico, mas também com outras pessoas, em outras relações ou atividades (um relacionamento amoroso ou uma tarefa de trabalho, por exemplo). “Quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir)” (Ibidem, p. 201). Da mesma maneira, quanto mais intensa e mais hostil for a transferência, mais o paciente sentirá a necessidade de reprimir, e aí a recordação novamente é substituída pela repetição (atuação). “A partir de então as resistências determinam a sequência do que será repetido. É do arsenal do passado que o doente retira as armas com que se defende do prosseguimento da terapia, as quais temos de lhe arrancar peça por peça” (Ibidem, p. 202).

Mas *o que* ele repete? *O que* ele atua? “Ele repete tudo o que, das fontes do reprimido, já se impôs em seu ser manifesto: suas inibições e atitudes inviáveis, seus traços patológicos de caráter. Ele repete todos os seus sintomas durante o tratamento” (Ibidem, p. 202). Foi trocado o “fazer lembrar” dos anos iniciais da teoria psicanalítica pelo “fazer repetir”. Por isso, os pacientes tem a quase inevitável sensação de “piora” que acontece durante o início da terapia. Mas, ela é necessária e passageira.

O doente, antes do tratamento, costuma lamentar a doença. Isso faz com que ele a subestime, numa “política do avestruz” (Ibidem, p. 203). Ao mostrar a doença e sua origem no reprimido, a terapia pode dar ao paciente coragem para enfrentar e vencer um forte adversário. “Não se pode liquidar um inimigo que está ausente ou não está próximo

o bastante” (Ibidem, p. 203). Por outro lado, pode ocorrer que “impulsos instituais novos e mais profundos, que ainda não se haviam imposto” (Ibidem, p. 204) sejam despertados com a transferência, gerando resistências inesperadas, gerando novos danos temporários.

O objetivo do terapeuta é fazer com que o paciente reproduza no âmbito psíquico (pela recordação) o que seria descarregado pela via motora, pela ação. Por isso, também, aconselha-se o paciente a precaver-se de tomar decisões de maior importância durante a terapia. “O principal meio de domar a compulsão de repetição do paciente e transformá-la num motivo para a recordação está no manejo da transferência” (Ibidem, p. 206). A transferência cumpre o papel de trazer à tona o que estava oculto na vida psíquica do paciente. Cria um espaço artificial, provisório, possível da manifestação da resistência, entre a vida e a doença. A terapia, assim, auxilia no processo de substituição da “neurose ordinária por uma neurose de transferência” (Ibidem, p. 206).

Ao final do texto, Freud lembra que desvelar a resistência, nomeá-la, não significa resolvê-la, cessá-la. Desvelar a resistência é apenas o início do trabalho. Muitas vezes, a terapia pode parecer não estar progredindo. Resolvê-la exige tempo, trabalho, labor, daí a expressão *e-laborar*. “Somente no auge da resistência podemos, em trabalho comum com analisando, descobrir os impulsos instintuais que a estão nutrindo, de cuja existência e poder o doente é convencido mediante essa vivência” (Ibidem, p. 209). Alcançada a resistência, é preciso dar tempo, esperar e trabalhar para descobrir como resolver, elaborar a resistência.

Na prática, essa elaboração das resistências pode se tornar uma tarefa penosa para o analisando e uma prova de paciência para o médico. Mas é a parte do trabalho que tem o maior efeito modificador sobre o paciente, e que distingue o tratamento psicanalítico de toda influência por sugestão. (Ibidem, p. 209)

Mesmo depois de mais de um século de criação e concretização dessa jovem ciência e de inúmeros pesquisadores de vários países, esse texto continua sendo um dos mais revisitados, sobretudo quando se deseja estabelecer as bases clínicas do atendimento psicanalítico. Um dos motivos mais frequentes que trazem os pacientes ao início de tratamento é a incompreensão acerca da repetição de determinadas ações, condutas, comportamentos, reações corporais ou até mesmo, em casos patológicos, de inervações graves, reações histéricas, surtos psicóticos, etc.

Elaborar, essa parte do método, pressupõe um fator bastante delicado e necessário: o tempo. A análise psicanalítica não é imediata, de resolução simples, unidirecional e rápida. Elaborar possui dentro de si mesma a palavra *labor*, que pressupõe trabalho, organização, refinamento, aprimoramento, formulação, lapidação, etc. Tudo isso leva *tempo*, exige a compreensão do transcurso do tempo para se encontrar as respostas que até então só se revelavam pelo sintoma.

Ademais, outros fatores participam do processo, como a *transferência*, que é a

reprodução de determinados modelos afetivos que o paciente estabelece com o analista, que permitirá repetir no analista determinados afetos vividos com outrem no passado; e como a *associação livre*, que é o exercício pelo qual o paciente externa livremente na linguagem aquilo que lhe vem à mente, sem quaisquer restrições.

Voltemos à questão do tempo. Para que a prática psicanalítica se efetue, é preciso compreender que há um deslocamento temporal do tempo da análise, uma duração entre o início do tratamento até o ponto onde ambos alcançaram (que pode resultar ou não no encerramento da análise). O tempo da análise certamente não é o mesmo da lógica produtivista, ávida por resultados que têm como régua de sucesso o encurtamento do tempo; nem o tempo dos outros ramos da medicina, nos quais a “cura” depende dos exames, diagnóstico e prescrição do remédio correto.

Na clínica psicanalítica o reencontro com determinados afetos e lembranças nem sempre é prazeroso, por isso há todo um cuidado com o momento certo para se tocar em determinados assuntos. Pode ser relativamente longo o tempo necessário para se estabelecer uma transferência segura, para então se dar um passo adiante.

É certo que nosso passado não é feito apenas de lembranças afáveis, que gostamos de reencontrar frequentemente. O *labor* da clínica psicanalítica propõe esse reencontro com um passado, uma ação de revisitá-lo com a finalidade de olhar novamente, compreender que algumas vivências assaz desagradáveis não puderam ser evitadas, outras que se acredita excepcionais são bastante comuns ou até mesmo algumas que pareciam atemorizantes ou excepcionais podem ser absolutamente banais.

Esse caminho a um passado mal resolvido pode ser doloroso, sombrio e até mesmo insuportável, dependendo do paciente e do teor da vivência. O psicanalista deve compreender seu papel de receptor das transferências do paciente, mas, ao mesmo tempo, servir de amparo e ponto de equilíbrio nesse reencontro com repetições do passado. É preciso uma boa dosagem de esforço e coragem para esse enfrentamento.

Essas descobertas e elaborações clínicas de Freud abalaram a própria noção de indivíduo que se tinha no início do século XX. Na concepção freudiana, o indivíduo é multifacetado em consciente, pré-consciente e inconsciente (da Primeira Tópica) e Eu, Supereu e Id (da Segunda Tópica); o ser-humano é, assim, resultado de um esforço permanente e inacabado de manter todas essas instâncias ligadas a uma identidade. Na definição de “quem sou eu”, estão todos esses esforços para esquecer e afastar aquilo que não liga a identidade individual. Mas essa é uma tarefa fracassada, pois nosso inconsciente e nosso Id nos interpelam a todo momento com lembranças, sonhos, atos falhos e sintomas que destabilizam essa identidade que queremos que seja estável. Na definição de “quem sou eu”, esses vários “eus” nos incomodam e nos surpreendem a todo instante.

No final, o objetivo é a resolução dos problemas trazidos no início do tratamento: não mais repetir, incompreensivelmente, as mesmas atitudes, as mesmas escolhas, os *mesmos erros*, que se cometeu no passado. Diferentemente de outras psicoterapias

que tentam agir na superfície da evidência do comportamento, a psicanálise crê que essas atitudes incômodas, esses sintomas, são resultado de passados inconscientes, que perduram irresolutos. Através da clínica psicanalítica, entretanto, Freud conseguiu abrir alguns flancos sobre esse passado. Por isso ela é frequentemente vista como uma travessia: mais tortuosa em alguns momentos, mais amena em outras, mas que certamente leva a caminhos surpreendentes.

A questão que colocamos como central aqui é: *se e em qual medida é possível pensarmos essa dimensão da técnica psicanalítica explanada em Recordar, repetir e elaborar*, descrita resumidamente acima, num plano histórico-social.

Antes de enfrentarmos essa questão, devemos esclarecer que a relação indivíduo-sociedade, para Freud, não é nem de completa oposição ou de resolução. Há, sim, uma permanente *tensão* entre essas duas categorias. De um lado o indivíduo tentando satisfazer as suas pulsões, de outro a sociedade limitando essas tentativas do indivíduo. Mas ambos não podem prescindir um do outro.

Na introdução de *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2011), Freud expõe seu ponto de vista de que não faz muito sentido a separação entre psicologia individual e psicologia das massas. Esclarecendo, Freud está se referindo ao fato de que o indivíduo se constitui socialmente, através da relação com a alteridade:

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (1921/2011, p. 14)

É através da *tensão* entre o interesse individual — sua tentativa de satisfazer suas pulsões —, e o interesse coletivo, do(s) Outro(s), de refrear essas satisfações em nome da perpetuação e sobrevivência da coletividade que se constitui o indivíduo. É nas limitações que o coletivo lhe impõe que ele constitui sua individualidade.

Da mesma maneira que o indivíduo tenta estabilizar-se em uma identidade centralizada, podemos pressupor que a sociedade também tente a fazê-lo. Para definir “o que é” uma cultura nacional, por exemplo, é realizado todo um trabalho de seleção de algumas lembranças e de esquecimentos de outras. Uma série de mecanismos de defesa devem, metaforicamente, entrar em ação para recalcar, negar, deslocar as lembranças sociais e coletivas que são inconvenientes à coletividade e à identidade nacional.

Os “sintomas” que se manifestam em determinadas sociedades — que à primeira vista parecem incompreensíveis, sem sentido, como irrupções de violência, por exemplo — muitas vezes revelam aquilo que desejam esconder. Uma presença de um passado incômodo, sem espaço para ser recordado, debatido e elaborado, mas que perdura inconscientemente inacessível. A *ignorância*, nesses casos, deve ser tomada em sua amplitude semântica: ao mesmo tempo em que se deseja não conhecer determinado passado, a força aplicada por alguns grupos para mantê-lo inacessível é evidente e reveladora. A nível individual,

Freud conceituou como “formações reativas” essas construções que transparecem o que se deseja esconder, permeado por medo, vergonha, etc. Esse conceito pode ser pensado a nível coletivo, a partir de suas elaborações e de seus alcances.

Até aqui, seria tentadora uma equiparação *ipsis litteris* entre indivíduo e sociedade, uma aplicação das descobertas expostas no texto de 1914 à coletividade. Se o indivíduo repete aquilo que não elabora, assim também agiria a sociedade. Acreditamos que essa apreensão não está completamente equivocada. Certamente devemos pensar que uma sociedade, uma nação, um país que foge de seu passado, omitindo-o, tende a repetir sintomaticamente os mesmos erros e, pior, não compreender porque repete. E os repete porque se nega a recordá-los, a debater-los, a elaborá-los.

Mas, se pensamos que indivíduo e sociedade não são a mesma coisa, devemos admitir que não é possível aplicar irrestritamente as descobertas de *Recordar, repetir e elaborar* no plano coletivo. Deve haver um limite para isso e aqui há um nó nessa elaboração. É provável, por exemplo, que a sociedade não recalcifique da mesmíssima maneira que o indivíduo. Sua percepção temporal é outra, o jogo entre os atores que disputam protagonismo, também.

Advertidos que existe uma diferença entre os processos individuais e coletivos podemos voltar no próprio Freud para tentar compreender como alguma aproximação seria possível. Nesse sentido, alguns textos são basilares e apresentam a curiosa característica de ou serem obras prioritariamente clínicas, mas que acabam por discutir fenômenos sociais ou, diferentemente, escritos culturais que acabam por abordar o desenvolvimento singular do sujeito.

Uma obra ligada ao primeiro grupo seria *Atos obsessivos e práticas religiosas* (1907/2015). Freud apresenta nesse escrito a ideia de que fenômenos tipicamente clínicos, como os casos de neuroses obsessivas, teriam paralelos importantes com certas instituições sociais, mais especificamente a religião. Para sustentar a sua ideia o autor localiza, em primeiro lugar, que em ambos casos existem certas práticas que são executadas de maneira cerimonial, obedecendo um roteiro normalmente rígido. Assim, notaríamos paralelos entre um caso de um neurótico que sempre precisa lavar a mão de um determinado modo e, por exemplo, o ritual de eucaristia, pois nos dois casos existem uma série de ações que precisam ser feitas sempre do mesmo modo.

A comparação sugerida por Freud se aprofunda e avança para a própria gênese desses dois elementos. O surgimento de uma neurose obsessiva seria decorrência de uma renúncia pulsional feita pelo sujeito. O indivíduo precisa abdicar de certas manifestações da sexualidade e os atos obsessivos surgem como medida de proteção contra algumas dimensões sexuais. No caso da religião teríamos algo análogo, uma vez que ela também surgiria por uma renúncia pulsional, porém nesse caso a diferença fundamental é que essa renúncia é coletiva e que esses impulsos “não são, como na neurose, exclusivamente componentes sexuais, mas instintos egoístas, socialmente danosos” (1907/2015, p. 311).

Esse quadro permitiu que Freud estabelecesse inclusive a ideia de correspondências entre as duas manifestações, que embora sejam claramente diferentes continuam a apresentar certas estruturas que se repetem. Assim, para o autor:

Em vista dessas coincidências e analogias, podemos tomar a liberdade de caracterizar a neurose obsessiva como a contrapartida patológica da formação da religião, a neurose como uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal. (FREUD, 1907/2015, p. 312)

Por outro lado, conforme afirmamos acima, também existiriam escritos que o esforço principal é uma reflexão sobre a cultura, mas que acabam por abordar fenômenos ligados ao desenvolvimento do indivíduo. Seria exatamente esse o caso de *Totem e Tabu* (1913), que se tornou um texto central para a articulação entre antropologia e psicanálise. No capítulo III Freud apresenta a hipótese de que a sociedade passaria por diferentes formas de avaliar o mundo e compreender a realidade. Nesse sentido, notaríamos inicialmente a ocorrência do animismo¹, posteriormente uma visão baseada na religião e, finalmente, a compreensão do mundo baseada na ciência. O que vale notar é que Freud propõe a existência de uma *homologia* entre certos processos coletivos e individuais, de tal modo que existiria a possibilidade de “fazer uma comparação entre as fases do desenvolvimento da visão humana do universo e as fases do desenvolvimento libidinal do indivíduo” 1913/....., p. 100). Tal comparação é explicitamente apresentada da seguinte maneira

A fase animista corresponderia à narcísica, tanto cronologicamente quanto em seu conteúdo; a fase religiosa corresponderia à fase da escolha de objeto, cuja característica é a ligação da criança com os pais; enquanto a fase científica encontraria uma contrapartida exata na fase em que o indivíduo alcança a maturidade, renuncia ao princípio de prazer, ajusta-se à realidade e volta-se para o mundo externo em busca do objeto de seus desejos (FREUD, 1913/1996, p. 100)

Um elemento importante dessas reflexões é que Freud propõe apenas uma aproximação, uma comparação de duas coisas que são diferentes, mas apresentam traços em comum. Dito de outra maneira: o animismo não é narcisismo, são fenômenos diferentes, cada um inclusive com um significante próprio, mas que, apesar disso, ainda podem ser aproximados. Assim, ficamos diante do desafio metodológico de pensarmos certos processos que resguardam semelhanças, mas que ocorrem em duas esferas claramente diferentes, o indivíduo e a sociedade.

Para darmos conta dessa encruzilhada talvez seja interessante utilizar a ideia de *homologia* para nos referirmos a esses processos. Homologia possui como um sinônimo possível o conceito de correspondência, o que acaba por dialogar com o que estamos propondo. Todavia, talvez seja mais fértil recuperarmos que homologia também é um

1 O animismo é a maneira de compreender a realidade supondo que o mundo é habitado por “inumeráveis seres espirituais, benevolentes e malignos; e considera-se esses espíritos e demônios como as causas dos fenômenos naturais acreditando que não apenas os animais e os vegetais, mas todos os objetivos inanimados do mundo são animados por eles.”

conceito da biologia e diz respeito da possibilidade de comparar a semelhança estrutural de órgãos ou partes do corpo de diferentes animais que sofreram evoluções diversas. Assim, existiria algo da estrutura óssea da mão humana que também se repetiria nos ossos das asas de um morcego ou ainda na barbatana de uma baleia.

Essa ideia parece interessante por deixar bem claro que da mesma maneira como a mão não é igual a uma barbatana, um ato obsessivo não é a mesma coisa que uma religião ou, ainda, que animismo e narcisismo não sejam totalmente correspondentes. Porém, mesmo que sejam fatores diferentes ainda podemos localizar certas estruturas que se repetem ao encontrarem correspondência.

Podemos utilizar a ideia de *homologia* para refletir sobre o *Recordar, Repetir e Elaborar*. Não existe uma correspondência completa entre o que se desenrola no plano clínico, na atenção conferida para a manifestação singular da pessoa, e o que se dá no plano social, nos vários fenômenos coletivos que constituem a realidade. Porém, a identificação de homologias parece ser possível e ser algo autorizada pela letra freudiana.

Entendemos, pois, que socialmente há uma *homologia* na forma como o indivíduo e a sociedade se comportam: na impossibilidade ou recusa em *elaborar* uma lembrança, ambos tendem a reproduzir no presente aquilo que não pôde rememorar conscientemente.

Mas nos parece demasiado arriscado pensar a aplicação direta de *Recordar, repetir e elaborar* de maneira direta no campo social. Por exemplo: ainda que haja semelhanças, a dimensão temporal muda pois o transcurso do tempo se dá de maneira diferente para o indivíduo e para a sociedade; ou ainda, o inconsciente individual, responsável por recalcar lembranças incômodas, não pode ser equiparado diretamente aos inúmeros agentes sociais, responsáveis pelo esquecimento deliberado de determinadas histórias.

Ademais, se a pressuposição do inconsciente individual é uma das bases do pensamento psicanalítico, sendo adotada por todas as escolas psicanalíticas subseqüentes, a pressuposição de um inconsciente coletivo não goza da mesma unanimidade entre os estudiosos. Em outras palavras, não é possível uma conclusão peremptória de que a sociedade reproduza os mesmos mecanismos descobertos em *Recordar, repetir e elaborar* ainda que, repetimos, possamos pensar numa *homologia*.

Isso nos leva a essa conclusão parcial desse texto de que é preciso uma elaboração teórica *própria* ao âmbito da análise social, que lance mão de outros conceitos, mas que se justaponham aos pensados no âmbito individual: *recordar, repetir, elaborar*. Não deve apenas uma escolha sinonímica com esses termos, mas uma conceitualização específica, que garanta, por um lado, a homologia com o mecanismo já demonstrado por Freud e, por outro, a autonomia do pensamento em âmbito social.

BIBLIOGRAFIA

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar* (1914). In Obras completas, volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Trad. Paulo César de Souza — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Pags. 193-209

FREUD, Sigmund. *Atos obsessivos e práticas religiosas* (1907). In Obras completas, volume 08 — *O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen*, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). Trad. Paulo César de Souza — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Pags. 300-313.

Dilemas contemporâneos: Tecnologias, Negacionismos, Memória

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Dilemas contemporâneos:
**Tecnologias,
Negacionismos,
Memória**

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2023